

2019

PLANO INTEGRADO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA ZEIS PICI

Plano de Geração de
Trabalho e Renda



**Prefeitura de
Fortaleza**
Instituto de Planejamento
de Fortaleza



FUNDAÇÃO CETREDE



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ**
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

IMAGEM: © STELME GIRÃO

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO

Coordenadora geral: Irllys Alencar Firmo Barreira

Equipe técnica: Genílria Almeida Rios
Luíza Perdigão

ECONOMIA

Coordenador de área: Gil Célio de Castro Cardoso

Equipe técnica: André Vasconcelos Ferreira
Maione Rocha
Catarina Maria Rabelo
Selma Maria Peixoto Alcântara
Thaís Gabriela Veras Gama
Nicole Stephanie Florentino de Sousa Carvalho
Paulo Torres Junior
Lucas Moreira Pontes
Bruno Almeida Bandeira
Natanael Alves Ferreira
Victoria Régia Arrais de Paiva

MOBILIZADORES SOCIAIS

Antonia Francinilida Vieira Pereira
Cícera da Silva Martins
Cláudio Henrique Lima Carneiro Brasileiro
Francisca Régia de Maria
Gabriel Arcelino do Rêgo
Jerssiane Alves Simão
Jonas Pereira de Jesus
Maria Micinete de Lima
Raimundo Nonato da Silva

Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR)

Superintendente
Eudoro Walter de Santana

Diretora de Integração e Articulação de Políticas
Juliana Mara de Freitas Sena Mota

Gerente de Integração de Políticas Públicas
Joana e Silva Bezerra Kesselring

Gerente de Gerência de Políticas para Zonas Especiais
Natália Nunes Saraiva

Analistas de Planejamento e Gestão
Armando Elísio Gonçalves da Silveira
Gérsica Vasconcelos Góes
Haroldo Soares Lopes Filho

Comissão Técnica para o acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato 025/2019
(IPLANFOR/FUNDAÇÃO CETREDE):

Ana Elisa Pinheiro Campelo de Castro
Ellen Garcia de Silveira
Gérsica Vasconcelos Goes
Haroldo Lopes Soares Filho

CONSELHO GESTOR DA ZEIS PICI

CONSELHEIRO/A	SITUAÇÃO
GILVAN DE SOUZA SILVA	Titular
FRANCISCO FERNANDO MARTINS	Titular
FRANCISCO RICARDO DE SOUZA	Titular
JACKELINE ALVES FRANÇA	Titular
MARIA JOSÉ MOISES DE ALMEIDA	Titular
ANTONIO LEONOR DE MARIA	Titular
DJALMA PEREIRA LIMA	Suplente
VILGUEMBERG SILVA DO NASCIMENTO	Suplente
MARIA DAS DORES VIEIRA PEREIRA	Suplente
ANTONIO JOSE DE JESUS	Suplente
TARAMELA – ASSESSORIA TÉCNICA EM ARQUITETURA E CIDADE	Org. Civil
ESPAÇO CULTURAL FREI TITO DE ALENCAR – ESCUTA	Org. Civil Suplência

ÓRGÃO

SITUAÇÃO

GABINETE DO REFEITO	Titular Suplente
IPLANFOR	Titular Suplente
HABITAFOR	Titular Suplente
CEPS	Titular Suplente
SEUMA	Titular Suplente
SER III	Titular Suplente Titular
CMF	Suplente

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Diagrama Percurso metodológico para elaboração do Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Pici.....	18
Figura 2: Matriz Fofa (Análise S.W.O.T).....	20
Figura 3: Mapa de Localização da ZEIS Pici.....	45
Figura 4: Mapa de Concentração dos Serviços de Alimentação na ZEIS Pici.....	58
Figura 5: Mapa de Concentração de Comércio na ZEIS Pici.....	60
Figura 6: Mapa de Concentração de Outros Serviços na ZEIS Pici.....	62
Figura 7: Mapa de Concentração dos Serviços de Infraestrutura Urbana na ZEIS Pici.....	65
Figura 8: Mapa de Concentração dos Espaços de Lazer na ZEIS Pici.....	66
Figura 9: Mapa da Concentração de Espaços Educativos na ZEIS Pici.....	67
Figura 10: Mapa de localização das Instituições, Associações e Museus na ZEIS Pici.....	70
Figura 11: Ciclo da Gestão – Planejamento.....	119

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Oficina de Diagnóstico Participativo.....	21
Foto 2: Oficina de Diagnóstico Participativo.....	21
Foto 3: Oficina de Planejamento em Economia Solidária.....	22
Foto 4: Oficina de Planejamento em Economia Solidária.....	22
Foto 5: Oficina Gestão Estratégica e Operacional voltada à Economia Solidária.....	23
Foto 6: Oficina Plano de Negócio Sustentável e Solidário.....	24
Foto 7: Oficina Plano de Negócio Sustentável e Solidário.....	24
Foto 8: Exposição dos produtos como atividade de formação em preparação ao 18º Feirão de Socioeconomia Solidária.....	24
Foto 9: Exposição dos produtos como atividade de formação em preparação ao 18º Feirão de Socioeconomia Solidária.....	25
Foto 10: Apresentação cultural do Grupo de Flautas da UECE.....	26
Foto 11: Mesa de abertura.....	26
Foto 12: Painel 1: Socialização dos resultados do PIRF.....	27
Foto 13: Painel 2: Instituições de apoio e fomento à Economia Solidária.....	28
Foto 14: Painel 3: Experiências exitosas em Economia Solidária.....	29
Foto 15: Painel 4: O papel das incubadores de Economia Solidária	30
Foto 16: Painel 5: Diálogos com as outras Economias.....	31
Foto 17: 18º Feirão de Socioeconomia Solidária - Praça da Gentilândia.....	33
Foto 18: Apresentação Cultural do Grupo Cordapés no 18º Feirão de Socioeconomia Solidária. Praça da Gentilândia.....	34

/

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Escolaridade na ZEIS Pici.....

68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Processos e Atividades PIRF/UFC – Economia.....	34
Quadro 2: Visão de Futuro, Valores, Metas e Estratégias de Atuação Arte e Cultura.	73
Quadro 3: Matriz FOFA - Ambientes Interno e Externo Arte e Cultura.....	73
Quadro 4: Visão de Futuro, Valores, Metas e Estratégias de Atuação Alimentação...	79
Quadro 5: Matriz FOFA: Problemáticas e soluções para o arranjo Alimentação.....	79
Quadro 6: Visão de Futuro, Valores e Estratégias de Atuação Artesanato.....	83
Quadro 7: Matriz FOFA: Ambientes Interno e Externo Artesanato.....	83
Quadro 8: Produtos que compõem o arranjo Artesanato.....	85
Quadro 9: Problemáticas e possíveis soluções para o arranjo Artesanato.....	89
Quadro 10: Visão de Futuro, Valores e Metas e Estratégias de Atuação Confeção..	91
Quadro 11: Matriz FOFA: Ambientes Interno e Externo Confeção.....	92
Quadro 12: Matriz Operacional do Plano por APL.....	98
Quadro 13: Matriz Simplificada de Monitoramento e Avaliação por APL.....	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Crimes Letais Intencionais.....	48
Gráfico 2: Crimes Violentos contra o Patrimônio – *CVP1.....	49
Gráfico 3: Crimes Violentos contra o Patrimônio – **CVP1.....	50
Gráfico 4: Ocorrências de Furto.....	51
Gráfico 5: Crime de apreensão de arma de Fogo.....	52
Gráfico 6: Crimes Sexuais.....	53
Gráfico 7: Ocupação dos Moradores – ZEIS Pici.....	54
Gráfico 8: Natureza do Trabalho – ZEIS Pici.....	54
Gráfico 9: Desemprego na Família – ZEIS Pici.....	55
Gráfico 10: Atividades Econômicas reconhecidas pelos Moradores com maior Frequência – ZEIS Pici.....	55
Gráfico 11: Segmentos Econômicos – ZEIS Pici (%).....	56
Gráfico 12: Empreendimentos do Setor de Alimentação – ZEIS Pici.....	56
Gráfico 13: Empreendimentos do Setor de Comércio – ZEIS Pici.....	59
Gráfico 14: Empreendimentos do Setor Outros Serviços – ZEIS Pici.....	61

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABIT	Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
AIS	Áreas Integradas de Segurança
Anteag	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
APL	Arranjo Produtivo Local
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
Cearat	Central do Artesanato do Ceará
Cetra	Centro de Estudos do Trabalhador
CEP	Código de Endereçamento Postal
Cuca	Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte
CUT	Central única dos Trabalhadores
CPS	Coordenadoria de Participação Social - Fortaleza
CVP	Crimes Violentos contra o Patrimônio
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
EES	Empreendimento Econômico Solidário
FBB	Fundação Banco do Brasil
Fofa	Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (Análise SWOT)
Gespar	Gestão Participativa para o Desenvolvimento
IADH	Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEMI	Instituto de Estudos e Marketing Industrial
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEES	Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários
IFCE	Instituto Federal do Ceará
Iplanfor	Instituto de Planejamento de Fortaleza
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
Iteps	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários
Intesol	Incubadora Tecnológica de Economia Solidária
Expoece	Exposição Agropecuária do Estado do Ceará

M&A	Monitoramento e Avaliação
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PARQFOR	Parques Tecnológicos e Criativos de Fortaleza
PIRF	Plano Integrado de Regularização Fundiária
PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza
PNAD	Pesquisa Nacional de Domicílios
PNES	Política Nacional de Economia Solidária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RCSES	Rede Cearense de Socioeconomia Solidária
SDE	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Secultfor	Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza
Sesc	Serviço Social do Comércio
Seuma	Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINAES	Sistema Nacional de Economia Solidária
Sine-IDT	Sistema Nacional de Emprego - Instituto de Desenvolvimento do Trabalho
SIP	Sistema de Informações Policiais
SSPDS	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação
Unilab	Universidade da Integração Internacional da Lusofania Afro-Brasileira
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA DA ZEIS PICI	16
2.1 Construindo Ações Fortalecedoras da Economia Local	17
2.2 Ações de Sensibilização e Mobilização do Território.....	18
2.3 Ações de Formação e Capacitação.....	20
2.3.1 <i>Oficina Diagnóstico Participativo (Oficina I)</i>	20
2.3.2 <i>Oficina Planejamento em Economia Solidária (Oficina II)</i>	21
2.3.3 <i>Oficina Gestão Estratégica e Operacional voltada à Economia Solidária (Oficina III)</i>	22
2.3.4 <i>Oficina Plano de Negócio Sustentável e Solidário (Oficina IV)</i>	23
2.3.5 <i>II Seminário Cearense de Economia Solidária: geração de trabalho e renda nos territórios das ZEIS Bom Jardim, Pici e Poço da Draga</i>	25
2.3.6 <i>Ações Complementares</i>	31
2.4 Matriz de processos e atividades.....	34
3 FUNDAMENTOS E CONCEPÇÕES ORIENTADORAS DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	37
3.1. Arranjos Produtivos Locais e Economia Solidária: construindo uma estratégia de desenvolvimento da economia local.....	37
3.2 Economia Solidária e Autogestão: princípios e estratégias de fortalecimento da economia local	39
3.3 Planejamento Estratégico e Operacional: uma ferramenta de desenvolvimento da economia local	40
3.4 Empreendedorismo e Inovação: tecnologias sociais apropriadas ao desenvolvimento dos empreendimentos econômicos locais.....	42
4 DIAGNÓSTICO ANALÍTICO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	45
4.1 Aspectos Gerais da Análise Diagnóstica.....	46
4.1.1 <i>Configuração da Violência e Criminalidade</i>	46
4.1.2 <i>Indicadores</i>	47
4.1.3 <i>Mercado de Trabalho e Economia Solidária</i>	53
4.2 Análise Diagnóstica dos Arranjos Produtivos Locais (APLs)	72

4.2.1 Arte e cultura.....	73
4.2.2 Alimentação.....	79
4.2.3 Artesanato	83
4.2.4 Confeção.....	91
4.3 Matriz Operacional do Plano por APL: eixos, objetivos, atividades estratégicas, parcerias/fontes de recurso e prazos de execução	98
5 GESTÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO: aperfeiçoando a estrutura organizacional e articulando parcerias institucionais	119
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
7 REFERÊNCIAS.....	126
8 ANEXOS	129
8.1 Cartaz Seminário	129
8.2 Programação Seminário	130
8.3 Convite Instituições.....	131
8.4 Conteúdo Programático das Oficinas.....	132
8.5 Cartaz do 18º Feirão de Socioeconomia Solidária e Agricultura Familiar	133
8.6 Programação do 18º Feirão.....	134
8.7 Documento Complementar ao Plano de Geração Trabalho e Renda da ZEIS Pici.	135

1 INTRODUÇÃO

O presente Plano de Geração de Trabalho e Renda é resultado da intervenção da equipe de Economia da Universidade Federal do Ceará (UFC), compondo o Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF), na Zona Especial de Interesse Social – ZEIS Pici. Trata-se de território reconhecido pelo governo municipal por seu potencial econômico, ao mesmo tempo em que apresenta fragilidade social decorrente das condições precárias de regularização fundiária.

É no contexto das desigualdades sociais e econômicas que surge e se intensifica historicamente a segregação entre a “cidade formal” e a “cidade informal”. No tocante à primeira, o Estado realiza uma gestão baseada na oferta de recursos com infraestrutura básica que garante o bem-estar da população. Já a “cidade informal” é caracterizada pela clandestinidade e invisibilidade social e política. Uma das referências dessa “cidade informal” explicita-se no (re)desenho urbano associado a “novas” áreas de interesse, conforme o desenvolvimento local e a especulação imobiliária. A construção de empreendimentos luxuosos, de infraestrutura, bem como parques industriais, porto, estações de trem etc., algumas vezes articulados ao plano urbanístico, não isento de interesses econômicos, turísticos ou esportivos, contribui para o aumento da cidade informal.

Na política de desenvolvimento urbano, as ZEIS são consideradas áreas ocupadas de forma irregular, geridas por uma legislação específica, sendo também caracterizadas como um instrumento de regularização fundiária. O Art. 123 do Plano Diretor de Fortaleza, elaborado em 2015, define as ZEIS como:

[...] porções do território, de propriedade pública ou privada, destinadas prioritariamente à promoção da regularização urbanística e fundiária dos assentamentos habitacionais de baixa renda existentes e consolidados e ao desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social e de mercado popular nas áreas não edificadas, não utilizadas ou subutilizadas, estando sujeitas a critérios especiais de edificação, parcelamento, uso e ocupação do solo (SEUMA, 2015, p. 41).

Para alcançar territórios de ZEIS, o poder público elabora o Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF), que consiste em um

[...] conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana, e o direito ao meio ambiente equilibrado (FORTALEZA, 2016, p. 5).

Em Fortaleza, o PIRF constitui uma proposta de planejamento elaborada pela Prefeitura Municipal, por meio do Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor), em parceria com diversas universidades e centros de ensino superior, entre as quais a UFC, que compreende ser o plano um instrumento de potencialidade social e desenvolvimento para os territórios/ZEIS.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA DA ZEIS PICI

A metodologia adotada espelhou-se em três experiências realizadas com cuidado e rigor, sendo ajustadas à realidade da ZEIS Pici. Uma delas refere-se à Metodologia GESPAR - Gestão Participativa para o Desenvolvimento, construída no âmbito do convênio BNB/PNUD - BRA 93/012. Essa abordagem metodológica leva em conta a realidade dos sujeitos diretamente envolvidos e o contexto no qual estão inseridos, a participação em todos os processos de formação e capacitação, e o reconhecimento dos saberes popular e técnico.

A articulação e a integração entre instituições e entidades locais e regionais buscam dar significado teórico-prático ao conceito de gestão participativa na perspectiva do desenvolvimento local endógeno, integrado e sustentável.

A Metodologia de Sustentabilidade da Fundação Banco do Brasil (FBB) enfatiza a participação da comunidade na construção do desenvolvimento local, considerando, para tal, a definição de uma equipe de campo, atuando como mobilizadora, em diálogo com a equipe técnica. Tem como foco as dimensões das cadeias produtivas e tecnologias sociais, além das próprias políticas públicas, visando à inclusão socioproductiva, ao mesmo tempo, definindo uma perspectiva específica de política de combate à pobreza.

Já a metodologia de construção do plano de negócio/sustentabilidade desenvolvida pela Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) segue princípios participativos, adequando-se à proposta de inclusão e participação do PIRF. A ferramenta da Planilha de Indicadores de Autogestão tende a contribuir no processo de geração de trabalho e renda em uma perspectiva econômica solidária.

O plano de negócios/sustentabilidade da ANTEAG, organizado por empreendimento econômico solidário (EES), forneceu inicialmente a ferramenta do seu diagnóstico organizacional como base para construção do Plano de Geração de Trabalho e Renda aqui reunido, organizado por arranjos produtivos locais (APLs) e tendo como fundamento os princípios da economia solidária, sendo sua elaboração primordial para a respectiva inserção na cadeia produtiva (PARREIRAS, 2007). Neste sentido, a economia solidária oferece uma contribuição direta à construção de outro modelo de desenvolvimento, pensado em suas múltiplas dimensões, já que o modelo de organização do empreendimento econômico solidário e as práticas da economia solidária pressupõem a existência de coesão social, forte organização territorial, redução das desigualdades, respeito às diferenças, de

forma a fomentar o dinamismo econômico, promover a proteção ambiental e colaborar para a organização sociopolítica de territórios e comunidades.

A economia solidária expressa as formas de organização econômica – de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo – baseando-se no trabalho associado, na autogestão, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na solidariedade. São milhares de atividades econômicas realizadas por organizações solidárias: cooperativas, associações, empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão, grupos solidários informais, redes de cooperação em cadeias produtivas e arranjos econômicos locais ou setoriais, bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos, dentre outros.

A prática da economia solidária tem conduzido a sociedade para uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e da ecologia. Sua base é associativa e cooperativa, voltada para o modo autogerido tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida. Essa experiência se deve à visão econômica de geração de trabalho e renda em espaços públicos na perspectiva de construção de um ambiente socialmente justo e sustentável. Em outras palavras, a economia solidária consiste em um movimento social baseado nos princípios da autogestão; na solidariedade; na cooperação; no respeito ao meio ambiente, às diferenças étnicas, culturais, sexuais e de gênero; e no consumo justo, sustentável e solidário como um sistema harmônico, interdependente e auto gestor.

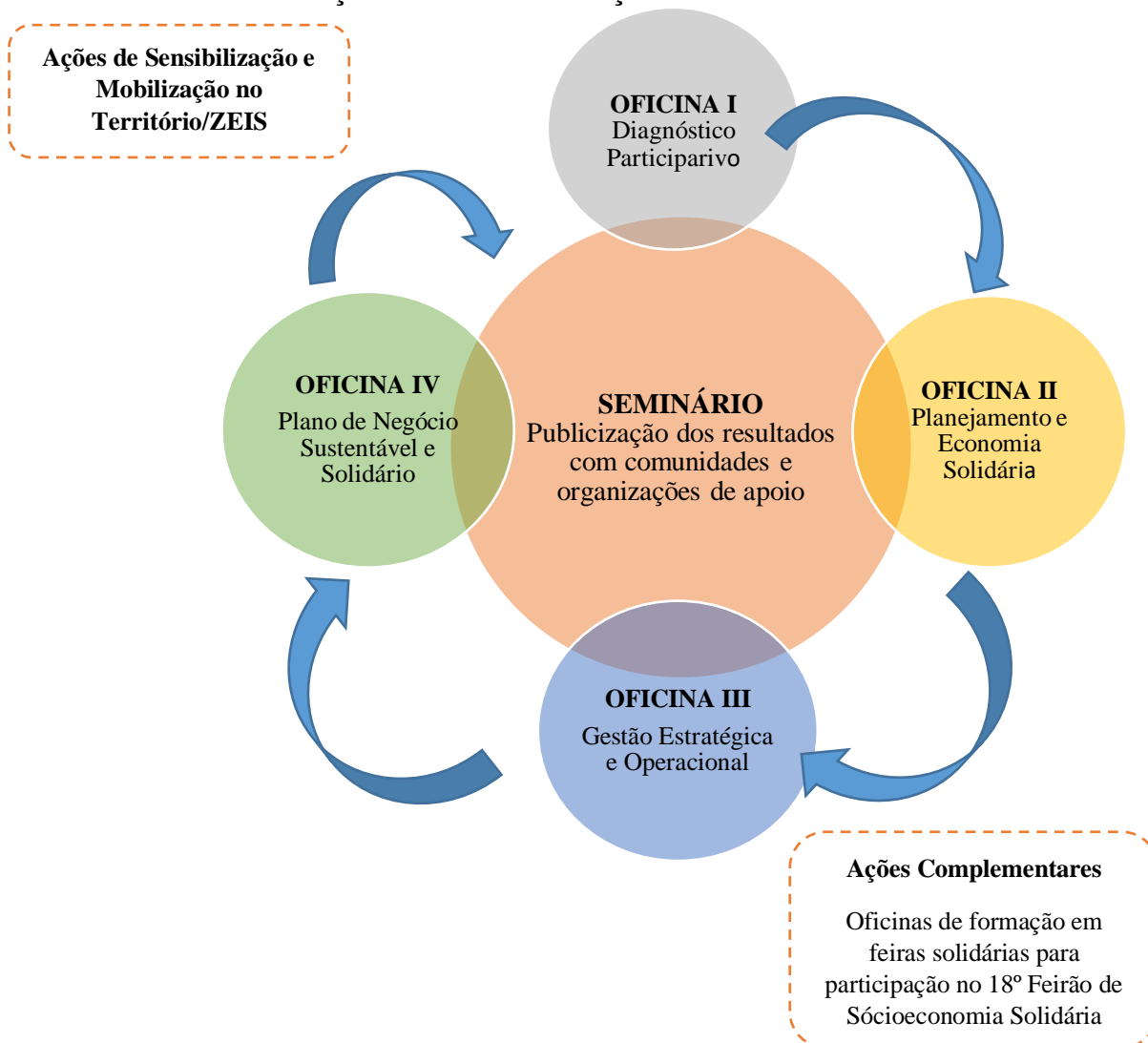
2.1 Construindo Ações Fortalecedoras da Economia Local

A metodologia adotada se fundamenta em processos de formação e capacitação focados na participação e na autonomia dos/as moradores/as no olhar e agir sobre a sua realidade, identificando e maturando os fenômenos objetivos e subjetivos que dão materialidade à microeconomia e sua relação com as condicionalidades dos espaços e das políticas públicas fomentadoras de iniciativas de trabalho e renda. O Plano configura, portanto, proposições que atentem para a realidade dos APLs, das vocações e potencialidades econômicas dos espaços urbanos, e das boas práticas produtivas experimentadas pelos diferentes espaços e segmentos da ZEIS Pici, das instituições e entidades que atuam nas políticas de fomento às iniciativas de natureza socioeconômica e produtiva, enfim, que oportunizem a ferramenta do diagnóstico socioeconômico, contribuindo efetivamente para

aprimorar as iniciativas produtivas existentes, ao tempo em que oferece indicações de outras iniciativas produtivas viáveis no contexto do território em questão.

Apresenta-se, no diagrama a seguir, as principais atividades que fundamentaram a elaboração do Plano de Geração de Trabalho e Renda.

Figura 1 - Diagrama Procedimentos metodológicos para elaboração do Plano de Geração de Trabalho e Renda



Fonte: Equipe PIRF/UFC - Economia, 2019.

2.2 Ações de Sensibilização e Mobilização do Território

Esse processo perpassou todos os demais, sendo realizado um conjunto de reuniões e contatos com o Conselho Gestor e a Comunidade, bem como junto aos Mobilizadores Sociais com vistas à realização dos encontros e/ou eventos acordados com seus

respectivos desdobramentos, com arquivamento de lista de frequência e registro fotográfico, além da presença da equipe PIRF/UFC, uma vez por semana, no escritório de campo. Essa vivência de campo oportunizou uma maior aproximação com os/as técnicos/as das diversas áreas de conhecimento da UFC, bem como dos moradores e grupos locais, oferecendo aos interessados o serviço de orientação sobre educação financeira e elaboração de orçamento familiar. Tal iniciativa fortaleceu a aproximação entre as partes, firmando os laços de confiança e, ao mesmo tempo, formando cidadãos/os capazes de promover uma gestão financeira pessoal e de seus empreendimentos com mais eficiência.

Destaca-se que, durante o processo permanente de sensibilização e mobilização, foram listadas as instituições público-privadas e entidades da sociedade civil - algumas já contatadas desde o início do trabalho - que já atuam ou são estratégicas para apoiar as ações de capacitação da mão-de-obra, bem como de outras ações sociais públicas demandadas pelas ZEIS Pici.

Nas 04 oficinas, dando continuidade ao processo de sensibilização e mobilização, deu-se o aperfeiçoamento da identificação e das visitas às instituições, entre elas, a Pró-reitoria de Extensão – UFC; a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SDE/Prefeitura de Fortaleza; o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae/Ce; e a Coordenadoria de Participação Social/Prefeitura de Fortaleza.

Em relação às entidades da sociedade civil, essa mesma articulação foi efetivada, entre elas, o IADH - Projeto Habitação de Interesse Social; o Cetra - Rede Agroecológica do Ceará; e o Curso de Gestão de Políticas Públicas/UFC, responsável pelo Projeto com a Rede Feminista Estrela de Iracema, a Rede Bodega de Comercialização Solidária e a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária – Cáritas Diocesana.

Outro movimento de articulação foi direcionado às experiências de extensão voltadas para o Painel 4: “O papel das Incubadoras de Economia Solidária”, entre elas, registra-se o IEES/Universidade Estadual Vale do Acaraú; a Intesol/Unilab; o Iteps/UFCA; a Incubadora do IFCE e a Associação Emancipada, empreendimento incubado pelo Instituto Palmas, com apoio da UFC.

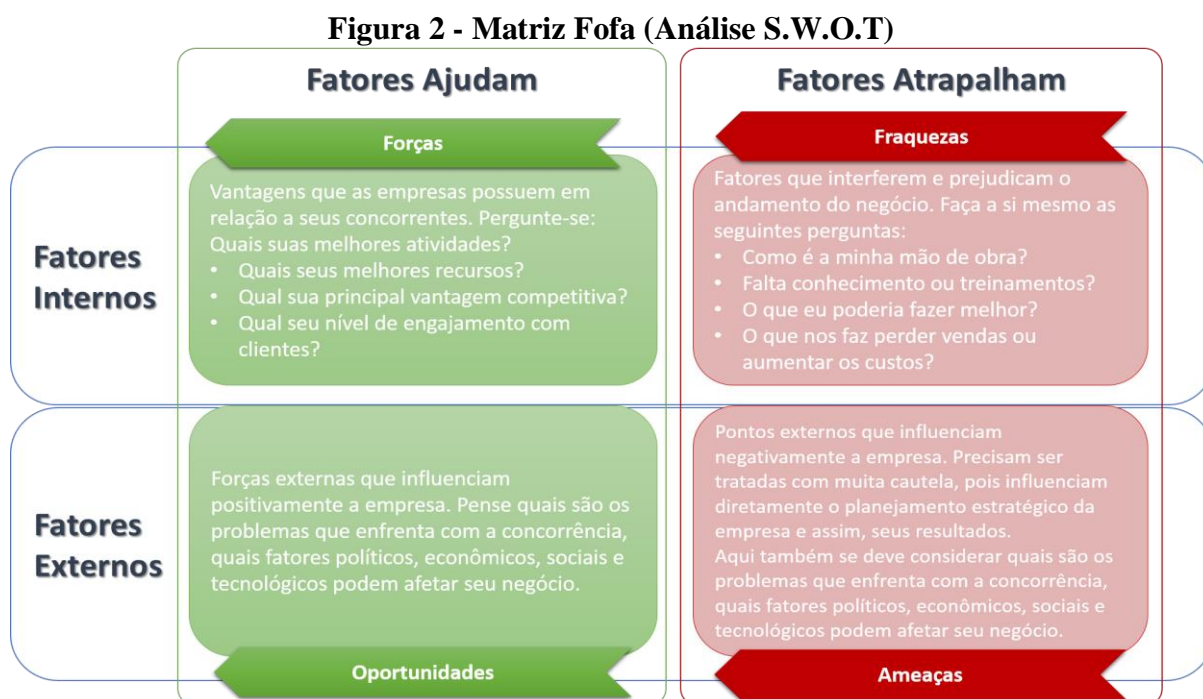
Todo esse processo de articulação culminou com a participação das instituições e entidades acima referidas no II Seminário Estadual de Economia Solidária, momento em que se buscou o diálogo formal em torno do comprometimento público com as demandas apresentadas pelos territórios das ZEIS Pici, Bom Jardim e Poço da Draga.

2.3 Ações de Formação e Capacitação

2.3.1 Oficina Diagnóstico Participativo (Oficina I)

A Oficina foi realizada no dia 25 de setembro de 2019, em dois momentos, nos espaços Salão São Francisco e EEMTI Antonieta Siqueira, contando com a presença de 32 participantes. Como principal ferramenta pedagógica, foi utilizada a Matriz FOFA para a identificação das fortalezas e fraquezas (ambiente interno), oportunidades e ameaças (ambiente externo), bastante utilizada em processos de planejamento participativo¹. Com base na sistematização dos dados, as empresas / os empreendimentos (individual-solidário) passaram a serem orientados e agregados por segmentos econômicos, no caso, Arte e Cultura, Alimentação, Artesanato e Confeccção.

No Plano optou-se pelo conceito e pelos fundamentos do que se compreende por Empreendimento Econômico Solidário (EES individual-solidário) por melhor se adequar e explicar a realidade da microeconomia no contexto da ZEIS Pici. Veja mais à frente o detalhamento da construção da Matriz Fofa por arranjo produtivo, desenvolvida na forma apresentada na figura a seguir.



Fonte: Julcenei Cardoso, elaboração própria, 2017.

¹ Maiores informações estão disponíveis no livro: Planejando Empreendimentos Econômicos Solidários, publicada pela Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT, em 2001.

Abaixo, seguem algumas fotos da atividade:

Fotos 1 e 2 – Oficina de Diagnóstico Participativo (Oficina I)



Fonte: Registro da equipe PIRF/UFC – Economia.

2.3.2 Oficina Planejamento em Economia Solidária (Oficina II)

A oficina foi realizada no dia 1º de setembro de 2019, no Salão São Francisco, com 23 participantes entre representações do Conselho Gestor, dos Empreendimentos e Mobilizadores/as Sociais. A referida oficina teve por objetivo sensibilizar os empreendimentos para a necessidade de organização em arranjos produtivos solidários, em contraponto à lógica estritamente competitiva e desfavorável à sobrevivência e sustentabilidade dos pequenos e médios empreendimentos. Na segunda parte da oficina, os/as empreendedores/as foram organizados por segmento econômico e deram continuidade ao processo de levantamento de informações – iniciado com a aplicação da FOFA – mediante preenchimento de questionário adaptado a partir do plano de negócio/sustentabilidade da ANTEAG, referido anteriormente.

A construção da ideia sobre consumo solidário ocorreu ao longo das oficinas II e III, as quais impulsionaram os empreendedores a pensar em compras coletivas, consumo consciente e consciência ambiental. A oficina II trabalhou a economia solidária e sua organização produtiva, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo, baseando-se no trabalho associado, na autogestão, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na solidariedade, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida ou bem-viver.

Apresenta-se, a seguir, registro fotográfico da oficina.

Fotos 3 e 4 – Oficina Planejamento em Economia Solidária



Fonte: Registro da equipe PIRF/UFC - Economia

2.3.3 Oficina Gestão Estratégica e Operacional voltada à Economia Solidária (Oficina III)

A oficina foi realizada no dia 8 de outubro de 2019, no Salão São Francisco, contando com a presença de 19 participantes, em especial representações dos arranjos produtivos. A atividade buscou aprofundar a compreensão e a importância do planejamento estratégico e operacional, exercitando em grupo, por segmento produtivo, a situação de como se encontra cada arranjo, onde pretende chegar e como se organizar para alcançar os objetivos a que se propõe. Na segunda parte dessa oficina, também foi dado prosseguimento ao levantamento de informações mediante preenchimento de questionário adaptado a partir do plano de negócio/sustentabilidade da Anteag.

Durante a oficina três, os modelos de negócio solidários e sustentáveis foram apresentados. Um exemplo no Pici é o grupo Brilho da Lua, que atua principalmente na fabricação de bonecas, mas tem empreendedoras que fabricam tapetes, enfeites para casa, peso de porta utilizando retalhos ou roupas usadas/velhas ou materiais reutilizáveis. Na oficina avançou-se na compreensão da sustentabilidade do empreendimento, com instruções sobre: Redução de custos operacionais; Gestão de insumos e/ ou matérias-primas (água, energia, combustíveis, materiais recicláveis - coleta ou venda). Nessa perspectiva foram trabalhadas as possibilidades do artesanato que usa as tampinhas e as garrafas pet para decoração, brinquedos, dentre outras peças artesanais. Outra vertente na oficina III refere-se à gestão sustentável de resíduos e o próprio layout do estabelecimento que garanta iluminação e ventilação natural. Para sedimentar o trabalho das oficinas I e II, os painéis 4 e 5 do II Seminário Cearense de Economia Solidária aprofundaram a ideia de consumo solidário, quando foram apresentadas as boas práticas em economia solidária no âmbito do município de Fortaleza e do estado do Ceará. Segue registro fotográfico da atividade:

Foto 5 – Oficina Gestão Estratégica e Operacional voltada à Economia Solidária



Fonte: Registro da equipe PIRF/UFC - Economia

2.3.4 Oficina Plano de Negócio Sustentável e Solidário (Oficina IV)

A oficina foi realizada no dia 29 de outubro de 2019, no Salão São Francisco e contou com a presença de 26 participantes. No primeiro momento da atividade, além da acolhida, utilizou-se a dinâmica “Teia do Conhecimento”, que permitiu compartilhar os saberes em relação às oficinas anteriores, o que facilitou a exposição e discussão do tema em questão. O trabalho de grupo foi orientado por um roteiro no sentido de discutir os aspectos que compõem o Plano de Negócio Sustentável e Solidário relacionado a cada arranjo produtivo. Em plenária, foram discutidos elementos para se pensar estrategicamente as ações de enfrentamento dos problemas e desafios indicados por cada arranjo produtivo.

Abaixo, apresentam-se algumas fotos da oficina:

Fotos 6 e 7 - Oficina Plano de Negócio Sustentável e Solidário



Fonte: Registro da equipe PIRF/UFC - Economia

Por fim, tendo sido planejado antecipadamente, deu-se a exposição dos produtos dos segmentos alimentação, artesanato e confecção, como atividade de preparação ao 18º Feirão de Socioeconomia Solidária.

A seguir, estão algumas fotos da atividade:

Foto 8 – Exposição dos produtos como atividade de preparação ao 18º Feirão de Socioeconomia Solidária



Fonte: Registro da equipe PIRF/UFC – Economia.

Foto 9 – Exposição dos produtos como atividade de formação em preparação ao 18º Feirão de Socioeconomia Solidária



Fonte: Registro da equipe PIRF/UFC - Economia

2.3.5 II Seminário Cearense de Economia Solidária: geração de trabalho e renda nos territórios das ZEIS Bom Jardim, Pici e Poço da Draga

O referido seminário teve por objetivos: a) apresentar o PIRF às representações dos diversos segmentos das comunidades e organizações governamentais e não governamentais, indicando os resultados, as possibilidades e os desafios do trabalho desenvolvido; b) construir possibilidades de parcerias e uma agenda de compromissos com as instituições e organizações sociais e não governamentais para o fortalecimento do território/ZEIS; c) relatar experiências inspiradoras em economia solidária; d) abordar o papel da incubação no fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários.

Considerando a relevância desse evento, como culminância do processo vivenciado no PIRF/UFC, as páginas seguintes apresentam uma breve sistematização, em que serão destacados o processo de organização, em parceria com a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, os painéis temáticos, as atividades culturais e a participação dos grupos produtivos integrados às ações do PIRF no Feirão Estadual.

O evento aconteceu nos dias 12, 13 e 14 de dezembro, no Auditório José Albano (Centro de Humanidade) da Universidade Federal do Ceará, tendo reunido mais de 100 pessoas, dentre moradores da ZEIS, organizações de apoio governamentais e da sociedade

civil, profissionais que atuaram no PIRF/UFC, estudantes, entre outros. A seguir, algumas fotos dos momentos que compuseram a programação do evento:

Foto 10 – Apresentação cultural do Grupo de Flautas da UECE



Fonte: Registro da equipe PIRF/UFC – Economia.

Foto 11 - Mesa de abertura



Fonte: Registro da equipe de Economia – PIRF/UFC.

Participantes (da esquerda para a direita): Rogério da Costa Araújo (Conselho Gestor ZEIS Bom Jardim), Francisco Fernando Martins (Conselho Gestor ZEIS Pici), Prof. Gil Célio (Coord. Economia PIRF/UFC), Profª. Irllys Barreira (Coord. Geral PIRF/UFC), Haroldo Lopes Soares Filho (Iplanfor) e Álvaro Graça Júnior (Conselho Gestor ZEIS do Poço da Draga).

O primeiro painel reuniu os coordenadores de área do PIRF/UFC e cada um apresentou os resultados dos percursos vivenciados, conforme pode ser apreciado na foto 12:

Foto 12 – Painel 1: Socialização dos resultados do PIRF



Fonte: Registro da equipe de Economia – PIRF/UFC

Participantes (da esquerda para a direita): Prof. André Ferreira (Equipe Economia PIRF/UFC); Haroldo L. Soares Filho. (Iplanfor), Prof^a Lígia Maria Silvia Melo Casimiro (Coord. Direito PIRF/UFC) e Prof^a Clarissa Freitas (Coord. Arquitetura PIRF/UFC).

O painel seguinte teve o intuito de fomentar a formulação de uma agenda de compromissos com as ações de consolidação do PIRF – principal demanda externada pelos participantes do Seminário; e o painel 2 reuniu diversas instituições que apoiam ou se dispõem a apoiar as atividades econômicas nas ZEIS. Nesse sentido, compuseram o referido painel as seguintes representações: da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza (SDE); da Coordenadoria de Participação Social (Prefeitura de Fortaleza); do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); do Programa de Microcrédito Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Foto 13 – Painel 2: Instituições de apoio e fomento à Economia Solidária



Fonte: Registro da equipe de Economia – PIRF/UFC

Participantes (da esquerda para a direita: Sheila Freitas Lima de Sousa (Banco do Nordeste do Brasil – Gerente de Negócios); Luis Carlos de Araújo (SDE/Prefeitura de Fortaleza), Prof. André Ferreira (Equipe Economia PIRF/UFC); Paulo Jorge Mendes Leitão (Sebrae/Ce) e Raimundo Ferreira Filho (Coordenadoria de Participação Social/Prefeitura de Fortaleza).

Destaque-se que o referido painel coaduna com os objetivos contidos no Termo de Referência que tratam do *Fomento e Desenvolvimento de Empreendimentos de Economia Solidária*, notadamente nos eixos: *identificar instituições públicas e privadas que apoiam empreendimentos de Economia Solidária*, nesse caso, indo além da mera identificação formal, iniciada nas comunidades, durante as oficinas e as reuniões, mas também criando possibilidades de diálogo e estabelecimento de compromissos públicos com as ZEIS.

Os painéis seguintes também foram oportunidades de intensos debates sobre diversas temáticas ligadas à economia solidária no Ceará, incluindo experiências exitosas com mulheres nos meios urbano e rural, habitação de interesse social, finanças solidárias, entre outros.

Foto 14 – Painel 3: Experiências exitosas em Economia Solidária



Fonte: Registro da equipe de Economia – PIRF/UFC.

Participantes (da esquerda para a direita): Nicole Carvalho (Equipe Economia PIRF/UFC); Ângela Monteiro (IADH – Projeto Habitação de Interesse Social), Flávia Cavalcante Tavares (Cetra – Rede Agroecológica do Ceará), Catarina Rabelo (Equipe PIRF Economia), Prof^a Nazaré Soares (Prof^a do curso de Gestão de Políticas Públicas responsável pelo Projeto com a Rede Feminista Estrela de Iracema), Luciana Eugênio (Rede Bodega de Comercialização Solidária) e Isabel Forte (Rede Cearense de Socioeconomia Solidária - Cáritas Diocesana).

Ainda no que se refere às experiências exitosas, deu-se destaque para o papel das universidades no apoio e fomento aos empreendimentos solidários. Nessa direção, o painel 4 abordou o papel das Incubadoras de Economia Solidária no Ceará, tendo contado com a participação das atualmente existentes.

Foto 15 – Painel 4: O papel das Incubadoras de Economia Solidária



Fonte: Registro da equipe de Economia – PIRF/UFC.

Participantes (da esquerda para a direita: Nicole Carvalho (Equipe PIRF Economia – UFC); Prof. Francisco Guedes (IEEES/Universidade Estadual Vale do Acaraú), Profª Clébia Freitas (Intesol/Unilab), Profª Victoria Paiva (Iteps/UFCA), Maíra Nobre (Incubadora do IFCE) e Kathyana Silva (Associação Emancipadas, empreendimento incubado pelo Instituto Palmas, com apoio da UFC)².

No dia 14/12, com o intuito de aprofundar os debates sobre as “Outras Economias”, deu-se também o painel voltado para uma discussão mundial sobre o que vem sendo denominado pela expressão “Economias de Francisco³”, devido ao chamamento do Papa para a necessidade de criar novas possibilidades de organização da vida econômica. Nesse sentido, estiveram presentes integrantes das Economias de Comunhão, do Negro, Solidária, entre outras, como pode ser verificado na foto a seguir:

² O Prof. Osmar de Sá Ponte Jr esteve presente no evento, relatando a experiência da Incubadora de Cooperativas Populares de Autogestão da UFC (uma das primeiras criadas do Brasil), porém precisou ausentar-se antes do final do painel.

³ Mais informações estão disponíveis no site: <<https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/paradigmas-para-uma-economia-de-francisco-1/>> Acesso em: 3.mar.2020.

Foto 16 – Painel 5: Diálogos com as Outras Economias



Fonte: Registro da equipe de Economia – PIRF/UFC.

Participantes (da esquerda para a direita): André Ferreira (Economia Solidária), Eduardo Barbosa (Economia de Comunhão), Jonas de Jesus (Economia do Negro), Profª Victoria Paiva (Mediadora/UFCA), Thais Veras (Economias de Francisco) e Prof. Aécio Alves de Oliveira (Curso de Economia Ecológica da UFC). Também participaram Ana Célia Batista (Economia Feminista) e Rafael Silva (Economias de Francisco).

Ocorreu, ainda, o que foi denominado de Ações Complementares, não previstas no planejamento inicial, mas que foram agregadas ao cronograma de atividades pela relevância das parcerias firmadas. A principal delas foi a participação de integrantes da equipe do PIRF/UFC nas ações de preparação e organização do 18º Feirão de Socioeconomia Solidária e Agricultura Familiar, conforme descrito no item a seguir.

2.3.6 Ações Complementares

O 18º Feirão de Socioeconomia Solidária e Agricultura Familiar - dialogando e convergindo com as outras economias que buscam construir o Bem Viver e suas reuniões preparatórias, foi um evento realizado pela Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES). Contou com várias parcerias de instituições governamentais e não governamentais, entre elas o PIRF/UFC, com o objetivo de fortalecer os empreendimentos solidários em seus diversos segmentos (artesanato, alimentação, agricultura orgânica, saúde e beleza, arte e

cultura, entre outros) da área metropolitana e interior do estado do Ceará, articulados à RCSES.

A participação da ZEIS Pici no Feirão ocorreu através de 6 representantes da comunidade, todas mulheres, que buscaram maior inserção no mercado de artesanato e confecção para melhoria da renda familiar. Os produtos em exposição foram diversificados, entre eles bonecas de pano, panos de prato, conjuntos para cozinha, bolsas pintadas à mão e artesanatos natalinos em feltro.

A maioria das representantes expositoras da ZEIS Pici não havia participado do Feirão de Socioeconomia Solidária em anos anteriores, apesar de já possuírem experiência como participantes de outras feiras de Fortaleza (foram citadas Exposição Agropecuária do Estado do Ceará - Expoece e Feiras dos Terminais de Ônibus de Fortaleza). Com exceção do Grupo de Mulheres Brilho da Lua, as outras empreendedoras relatam não haver tido qualquer experiência anterior em economia solidária e avaliam como um espaço positivo para articulação com vistas ao fortalecimento das suas vendas.

A avaliação das participantes confirma as expectativas iniciais no sentido de ser um espaço bem organizado, de troca de experiências e aprendizagem, uma oportunidade de fazer contatos com outras pessoas e empreendedores/as que, segundo as mesmas, amplia a possibilidade de encomendas e convites para outros espaços de exposição de seus produtos. No entanto, ponderações foram feitas no sentido de que a movimentação estava baixa no período e as vendas foram menores do que o previsto, o que também ressalvam como algo natural a esse segmento. Por fim, o interesse em continuar participando de espaços organizados pela Rede Cearense de Economia Solidária foi unânime entre as participantes.

Em relação à coordenação da RCSES e do Feirão, foi destacado que a participação da ZEIS Pici foi positiva e que sentiram no grupo a vontade de uma maior integração às atividades da RCSES. Nas palavras de uma das coordenadoras: “Meu sentimento é que ganhamos pessoas para o movimento de Ecosol. Ficamos felizes pela participação de gente nova; sempre que chega alguém pra agregar, é muito bom”. Outro ponto foi a reaproximação de alguns EES, conforme afirmou: “Havia algumas pessoas que eu já conhecia, que já tinham participado da Rede antes [Brilho da Lua], mas que estavam um pouco afastadas. Então, foi uma oportunidade de trabalhar novamente com essas pessoas e nos reaproximarmos. Avalio que foi uma experiência boa, de juntar todo mundo, inclusive o pessoal da Feira Negra”.

A seguir, apresentam-se algumas fotos do 18º Feirão de Socioeconomia e Agricultura Familiar (local de exposição dos produtos), com destaque para apresentação cultural do Grupo Cordapés (apoiado pelo SESC):

Foto 17 – 18º Feirão de Socioeconomia Solidária - Praça da Gentilândia



Fonte: Registro da equipe PIRF/UFC – Economia.

**Foto 18 – Apresentação Cultural do Grupo Cordapés no
18º Feirão de Socioeconomia Solidária. Praça da Gentilândia**



Fonte: Registro da equipe PIRF/UFC – Economia.

Outras ações foram desencadeadas no processo e contaram com a participação dos profissionais que atuaram no PIRF/UFC, a exemplo, das reuniões ordinárias da RCSES - Metropolitana, da Plenária do campo popular - Plano Diretor, entre outras.

2.4 Matriz de processos e atividades

O quadro a seguir mostra o detalhamento do percurso metodológico vivenciado, relacionando a cada processo as suas principais atividades.

Quadro 1 – Processos e Atividades PIRF/UFC – Economia

PROCESSOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Diagnóstico Socioeconômico e Produtivo	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões e/ou contatos com o Conselho Gestor, instituições públicas e privadas e entidades da sociedade civil organizada: que atuaram ou atuam na área de abrangência da ZEIS Pici e bairros vizinhos, na perspectiva da mobilização e sensibilização para a construção participativa do Plano de Geração de Trabalho e Renda, bem como na disponibilização de informações de caráter socioeconômico e produtivo já coletadas e processadas. - Inventário de Estudos e Diagnósticos Socioeconômicos já existentes e/ou disponibilizados para a ZEIS Pici: a equipe PIRF/UFC, de posse de um roteiro orientador focado na realidade da população empregada e desempregada, identificou e sistematizou informações secundárias (sites de instituições e entidades, dissertações, teses, artigos e, em particular, os documentos que constam no Plano Fortaleza 2040).

PROCESSOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
	<ul style="list-style-type: none"> - Sondagem junto ao SINE/IDT, IBGE, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico/PMF, Superintendência Regional do Trabalho, entidades não governamentais para coleta e processamento de informações secundárias sobre o Mercado de Trabalho: no âmbito de Fortaleza e da ZEIS Pici, consultas a sites; visitas e/ou reuniões foram realizadas nas Instituições e Entidades como recurso para a preparação da Oficina Diagnóstico Participativo (Oficina 1). - Mapeamento de concentração de atividades sociais e econômicas existentes, considerado as informações identificadas pelo levantamento da equipe PIRF/UFC, mediante aplicação de questionário e etnografia rua a rua, que indicaram elementos de caracterização das atividades. - Identificação de instituições públicas e privadas de apoio e fomento aos empreendimentos econômicos da ZEIS Pici: nessa direção a equipe PIRF/UFC, desde o início da operacionalização das atividades, nomeou esta atividade como uma ação de relevada importância com vistas à articulação e integração de ações conjuntas na referida ZEIS, culminando com a realização do II Seminário Cearense de Economia Solidária e do 18º Feirão de Socioeconomia Solidária e Agricultura Familiar (urbana e rural).
<p>Oficinas e Eventos de Formação e Capacitação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões com o Conselho Gestor e Mobilizadores Sociais com vistas à identificação de necessidades de formação profissional para segmentos da força de trabalho local e proposição de projetos: as informações já descritas no Diagnóstico Participativo e na Matriz Operacional do Plano indicaram, respectivamente, as necessidades de formação e capacitação específica, algumas delas realizadas no contexto das próprias Oficinas e Ações complementares, bem como outras demandas de modo mais continuado de curto, médio e longo prazos dispostas no Plano de Geração de Trabalho e Renda, mais especificamente nas ações estratégicas que tratam da ampliação do acesso a conhecimentos para o desenvolvimento dos arranjos produtivos Arte e Cultura, Alimentação, Artesanato e Confeção. - OFICINAS (ver detalhamento no item 2) <ul style="list-style-type: none"> * Oficina I Diagnóstico Participativo * Oficina II Planejamento e Economia Solidária * Oficina III Gestão Estratégica e Operacional * Oficina IV Plano de Negócio Sustentável e Solidário <p>As ações estratégicas listadas abaixo perpassaram todas as oficinas e, com maior aprofundamento no II Seminário Cearense de Economia Solidária, realizado no período de 12 a 14 de dezembro de 2019, indicando, inclusive, possibilidades de estabelecer parcerias em apoio aos processos já em curso e a novos processos para o planejamento e implantação de iniciativas de interesse dos arranjos produtivos, a exemplo de redes solidárias (produção, comercialização e consumo consciente), banco social/comunitário, instâncias permanentes de discussão sobre gestão (e controle social), monitoramento e avaliação do Plano de Geração de Trabalho e Renda, entre outras.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Difusão da ideia do Consumo Solidário e da Conscientização Ambiental; estímulo à formação de redes solidárias e arranjos produtivos locais. - Rediscussão com bancos públicos sobre a possibilidade de retomada do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários. - Articulação com Instituições Públicas e Privadas, Acadêmicas e Não Acadêmicas a fim de constituir Grupos de Apoio, também através da participação em Redes Solidárias visando ao Desenvolvimento Local Sustentável e Participativo.
<p>Ações Complementares</p>	<ul style="list-style-type: none"> - 18º Feirão de Economia Solidária e Agricultura Familiar: dialogando e convergindo com as outras economias que buscam construir o Bem Viver. - Ações demandadas pela própria ZEIS Pici e pelo Plano de Geração de Trabalho e Renda aconteceram no processo e contaram com a participação dos profissionais que atuaram no PIRF, a exemplo, das reuniões ordinárias da RCSSES Fortaleza-Metropolitana e da Plenária do campo popular-Plano Diretor, entre outras.

PROCESSOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Plano de Geração de Trabalho e Renda	<ul style="list-style-type: none">- Sistematização das informações de diagnóstico e formulação de ideias e proposições de geração de trabalho e renda construídas no processo de intervenção da equipe PIRF/UFC.- Elaboração e revisão do produto final do Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Pici.

Fonte: Caderno de Planejamento Estratégico para Elaboração do PIRF, 2019.

Observe-se, ademais, que as etapas executadas ao longo da intervenção da UFC contaram com a interação entre as equipes do PIRF, instituições públicas e privadas, membros da comunidade, sendo todos estes agentes importantes para a construção do referido Plano.

3 FUNDAMENTOS E CONCEPÇÕES ORIENTADORAS DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

3.1. Arranjos Produtivos Locais e Economia Solidária: construindo uma estratégia de desenvolvimento da economia local

Ao se tratar do termo arranjos produtivos, buscou-se fomentar a discussão em torno dos negócios que envolvem pequenos empreendimentos estabelecidos em uma comunidade, considerando as potencialidades produtivas locais. Essa proposta parte da concepção de arranjos locais de pequenas empresas que interagem entre si, formulada por Lastres *et al.* (1999). Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) se inserem no contexto micro ao incorporar a perspectiva local a partir de suas potencialidades e da interação entre os agentes envolvidos na criação, na aprendizagem e na difusão do conhecimento. Seu conceito traz consigo o relacionamento entre os/as empreendedores/as locais e a cooperação ao longo do processo produtivo, que passam a ser vistos como elementos fundamentais enquanto estratégia de mercado para alcançar o desenvolvimento econômico. Assim, a interação local e a cooperação são requisitos primordiais para o aprendizado, o fortalecimento e o crescimento da produtividade, bem como para que os pequenos empreendimentos e demais instituições participantes melhorem seu desempenho e reforcem o desenvolvimento local (DALLA VECCHIA, 2006).

O IPEA (1999) realizou diversos estudos sobre os APLs, quanto à forma, o produto, sua constituição e tamanho ou amadurecimento. O escopo do presente trabalho se direciona ao conceito, desenhado por ele e chamado de agrupamento potencial. Esse se dá quando existe, em uma localidade, a concentração de atividades produtivas que apresentam alguma característica comum, como uma tradição de uso de determinadas técnicas, mesmo artesanais, sem que esteja ocorrendo, contudo, uma organização ou uma ação conjunta entre os agentes econômicos da atividade existente.

Assim, as Associações, Cooperativas, Sindicatos, ONGs e Redes, entre outros, são considerados elementos catalisadores desse processo à medida que congregam e contemplam a institucionalização da concentração de pequenos/as empreendedores/as individuais, formalizados ou não. Dentre as ações propostas podem ser destacados: i) desenvolvimento de programas compartilhados de certificação de treinamentos; ii) convênios com entidades como o Senac ou Senai, visando qualificar a mão-de-obra local; iii) participação em programas governamentais, dentre outros. As ações conjuntas dos setores público e privado criam as

bases para a geração de externalidades positivas, estabelecidas a partir de uma maior participação e cooperação entre os diversos segmentos desta comunidade (FARAH JÚNIOR, 2001).

Assim, conhecer as potencialidades locais, o mercado em volta, as possibilidades de articulação e crédito, bem como os pontos fortes e fracos de uma comunidade, favorece as condições necessárias para que os/as empreendedores/as alcancem melhores resultados tanto na questão econômica, quanto social. Logo, por meio do reforço de suas organizações políticas, culturais, sociais e tecnológicas locais, o desenvolvimento econômico poderá gerar um resultado cada vez mais significativo para a comunidade e para diversos setores constituídos a partir dos pequenos negócios (FARAH JÚNIOR, 2001).

Ainda de acordo com esse autor, dentre os principais objetivos a serem alcançados, estão a melhor distribuição dos resultados econômicos obtidos, aliados à elevação na qualidade de vida da comunidade. Para tanto, é necessário que os empreendimentos surjam e se ampliem tanto na sua capacidade de inserção no mercado, individual e coletivamente, como na sua permanência nesse ambiente competitivo e global. Dentre as abordagens que se propõem a analisar os empreendimentos ou pequenos negócios, esse trabalho priorizou uma estratégia de mobilização dos atores locais, com a identificação dos APLs na ZEIS, de modo a possibilitar a participação e a atuação conjunta, assim como a coordenação e o controle das ações e projetos encaminhados por meio do PIRF. Todo o esforço parte de uma abordagem participativa com a finalidade de estruturar e implementar uma proposta de geração de trabalho e renda a partir das potencialidades locais voltadas para a mudança e o desenvolvimento dos APLs, estimulando práticas sustentáveis de economia solidária.

Assim, a mobilização dos atores locais deve incluir, além dos agentes produtivos, a participação de representantes do poder local e de outros níveis com relevância para a especialidade do APL. São essas instituições com atuação no território da ZEIS, organizações associativas, sindicatos, cooperativas, ONGs e lideranças comunitárias, relacionadas diretamente ou não ao negócio em foco, mas com ênfase na construção de negócios solidários. Além da mobilização dos atores, a estratégia deve abordar o encaminhamento dos projetos priorizados pelos atores mobilizados, de forma a garantir a sistematização das ações e projetos, e o estabelecimento da governança dos APLs (AMORIM; MOREIRA; IPIRANGA, 2016).

Um APL de negócios solidários e sustentáveis pode ser uma estratégia para se alcançar o desenvolvimento local, porque gera capacidade empreendedora, autonomia, autogestão e fortalecimento da solidariedade. Isso ocorre em um ambiente onde há escassez

de recursos, acirramento da competição de mercado e a força do capital. Nesse contexto, um arranjo produtivo baseado na solidariedade e na sustentabilidade promove o fortalecimento local do comércio justo, atuando em prol de causas sociais e ambientais, do uso colaborativo de espaços e recursos, e fortalece os laços interpessoais (MENDONÇA, 2011; SAMPAIO; MANTOVANELI JUNIOR; PELLIN, 2005).

Os arranjos produtivos baseados nas potencialidades da ZEIS têm por objetivo promover a autogestão colaborativa, incentivando o capital social presente no território. Isso ocorre desde a tomada de decisões até a execução dos produtos ou serviços. Portanto, os APLs visam superar a mera participação individualista e descompromissada do ponto de vista sociopolítico, para fomentar ações e práticas relacionadas ao propósito de empreendedorismo solidário, responsável e sustentável.

3.2 Economia Solidária e Autogestão: princípios e estratégias de fortalecimento da economia local

A economia solidária é um modo de produção que tem como fundamento a propriedade coletiva ou associada e a liberdade individual (SINGER, 2002). Essa economia se origina com o avanço do capitalismo, também através de fatores como a exclusão social, o desemprego, entre outros, e se consolida por meio de uma lógica diferenciada de produção e repartição da renda. Nesse caso, o trabalho e sua remuneração – da mesma forma que a sustentabilidade ecológica, cultural etc. – não são considerados custos de produção, mas “elementos fundamentais para se pensar o ponto de equilíbrio do negócio”. Nessa direção, de acordo com a ANTEAG (2005), dois aspectos que estruturam a proposta da economia solidária são:

- ✓ Solidarismo entre os/as trabalhadores/as e os empreendimentos – para além da competição que predomina no mercado;
- ✓ A autogestão, que se caracteriza por uma gestão coletiva em que todos/as os/as sócios/as se envolvem, contrapondo-se à gestão centralizada e hierárquica das empresas convencionais. No empreendimento solidário, prevalece o interesse dos/as sócios/as, tendo as assembleias como espaços de reunião prioritários para tomadas de decisão.

Tais características surgem *pari passu* com o processo histórico que origina a própria economia solidária; diferentemente do processo de surgimento das empresas capitalistas, resultantes da cooperação entre sujeitos desiguais – proprietários e não proprietários do capital –, na economia solidária, os empreendimentos surgem da união entre

“iguais”, no caso setores majoritariamente excluídos do acesso ao capital. A autogestão se coloca como instrumento capaz de conciliar interesses entre os segmentos empobrecidos da população, permite-lhes ampliar a escala de cooperação (trabalho coletivo) e, assim, se fortalecer economicamente (FURTADO, 1998).

Vale, ainda, considerar a economia solidária como uma práxis pedagógica, nas palavras de Gadotti (2016), um processo formativo, no qual os/as trabalhadores/as se “enriquecem” não apenas coletiva (através da cooperação, como acontece nas grandes empresas de forma geral), mas individualmente, na medida em que tanto a necessidade de tomar decisões coletivas que favoreçam a empresa, como a troca de saberes e conhecimentos que surgem em um ambiente onde se compartilha objetivos produtivos comuns, acabam por favorecer a qualificação dos/as trabalhadores/as do ponto de vista individual. Da mesma forma, as parcerias com grupos de apoio, consumidores e gestores públicos contribuem para potencialização do ambiente pedagógico nos empreendimentos econômicos solidários (EES).

Resulta, com isso, no que se refere à gestão dos processos de geração de trabalho e renda na ZEIS Pici, que a participação coletiva e solidária poderá contribuir na superação dos obstáculos existentes a uma ação inclusiva dessa natureza.

Desse modo, o PIRF se insere, também através deste Plano de Geração de Trabalho e Renda, no processo de fortalecimento das políticas públicas de combate à pobreza e à desigualdade econômica e social, fatores amplamente relacionados à degradação social e ambiental, que necessitam ser enfrentados, notadamente, a fim de evitar que o crescimento das desigualdades comprometa a própria capacidade de superação dos obstáculos ao desenvolvimento sustentável.

Enfim, a economia solidária se coloca como alternativa ao desemprego e à precarização das relações de trabalho seja na escala micro, da geração de oportunidades econômicas para populações de baixa renda, ou no plano macro, pelo estímulo econômico gerado a partir do seu potencial de consumo, sem esquecer as demandas sociais e ambientais.

3.3 Planejamento Estratégico e Operacional: uma ferramenta de desenvolvimento da economia local

Ao se construir o Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Pici, a partir das potencialidades locais, de forma solidária e sustentável, considerou-se importante observar o Planejamento Estratégico e Operacional que minimize as limitações e as ameaças identificadas em cada APL e contribua para o alcance dos objetivos propostos. Em outras

palavras, significa dizer que a atividade de planejar visa modificar a realidade dos fatos, no caso, dos arranjos produtivos para assim satisfazer as necessidades e os desejos dos/as empreendedores/as, contribuindo, portanto, para a superação do desemprego e das condições de precarização do trabalho e renda da população da ZEIS Pici.

Conforme salientam Behr e Lima (1999) e Ferreira (2012), a falta de organização desses agentes econômicos e o não ordenamento e conhecimento das ações sobre os fornecedores, o público consumidor, a inter-relação entre os agentes solidários locais, a elaboração e disposição dos produtos, o marketing e o balanço contábil podem dificultar ou frustrar a obtenção de lucros e até levar ao fracasso do negócio.

O planejamento é um dos processos administrativos que incluem previsão, organização, comando, coordenação e controle, ou seja, uma atividade de previsão que seria o mesmo de um planejamento da ação empresarial, de gestão (FAYOL *apud* TERENCE, 2002). Assim, a falta de planejamento é a maior causa dos insucessos dos empreendimentos, pequenos ou médios, ao contrário do que se pensa sobre a falta de recursos. Logo, o planejamento estratégico se apresenta como ferramenta administrativa relevante para a operacionalização do negócio, isso porque proporciona reflexão, análise e melhor interação do empreendimento com o seu ambiente interno e externo, auxiliando o empreendedor no direcionamento de seus recursos e nas ações da empresa, visando atingir os seus objetivos (BERTOLI NETO, 1997).

A formação de arranjos produtivos a partir dos princípios da economia solidária exige um planejamento, a fim de vencer os obstáculos presentes e futuros, bem como prever cenários. Além disso, possibilita estratégias de consolidação dos pequenos negócios diante dos grandes empreendimentos e das adversidades conjunturais, dado o desafio de garantir sua sustentação. A organização participativa e a cooperação, na medida em que fortalecem laços fraternos e de consciência do ser humano, promovem forças econômicas e políticas – do ponto de vista das relações com o poder público – de forma interligada. Uma comunidade organizada e consciente de seus potenciais gera um ambiente favorável à criação, ao gerenciamento e ao desenvolvimento de empreendimentos. Amartya Sen (2000) corrobora essa ideia, pois, segundo ele, a concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além de variáveis relacionadas à renda. O desenvolvimento deve estar relacionado, principalmente, com a melhoria da qualidade de vida e ampliação das liberdades individuais e coletivas.

Entretanto, o novo cotidiano de trabalho gerado pelos empreendimentos solidários (coletivo, democrático e autogestionário) apresenta demandas de natureza diversa que requerem ações imediatas que garantam o cumprimento das atividades, processamento e

comercialização de produtos. Paralelamente, a experiência de trabalho subordinado ou precarizado e a baixa escolaridade da maioria dos membros desses grupos se apresentam como obstáculos adicionais a serem superados para que realizem atividades de planejamento do trabalho e do desenvolvimento do empreendimento (BENI, 1999).

A adoção de um planejamento estratégico voltado à autogestão tem sido difundida no Brasil como promotora do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), por intermédio de diversas parcerias entre organizações governamentais e não governamentais. Assim, um planejamento participativo pode ser uma ferramenta estratégica e promotora do desenvolvimento local, pois se baseia em:

- ✓ Participação organizada da comunidade local;
- ✓ Capacitação continuada para o planejamento e a gestão compartilhada do desenvolvimento;
- ✓ Oferta articulada e convergente de investimentos governamentais e não governamentais;
- ✓ Difusão da cultura empreendedora e apoio ao empreendedorismo local; oferta adequada de crédito para micro e pequenos/as empreendedores/as, como o microcrédito (SILVEIRA; REIS, 2001).

A realização de um planejamento com a participação das lideranças locais, capacitação e organização solidária consiste em uma estratégia que contribui para a construção do caminho percorrido pelos/as pequenos/as empreendedores/as locais. A utilização de ferramentas desse tipo contribui para que os/as trabalhadores/as possam se preparar para o futuro em cooperação a partir do reconhecimento de sua condição atual, identificação de cenários possíveis, levantamento de suas demandas e definição das ações necessárias para tornar real o idealizado.

3.4 Empreendedorismo e Inovação: tecnologias sociais apropriadas ao desenvolvimento dos empreendimentos econômicos locais

Os fundamentos e os conceitos sobre empreendedorismo e inovação guardam diferentes interpretações a partir do olhar técnico-científico e do contexto socioeconômico e político de uma dada sociedade ou realidade histórica.

As tecnologias convencionais não atendem às demandas e necessidades dos empreendimentos econômicos locais, ainda que eficientes para a promoção da

competitividade e lucratividade das empresas, e, na maioria das vezes, não conseguem promover a inclusão social e minimizar os problemas socioambientais.

À luz dessa ponderação, a tecnologia social (TS) se apresenta como alternativa para problemas estruturais das camadas mais excluídas da sociedade, trazendo soluções simples e efetivas para temas como educação, meio ambiente, energia, alimentação, habitação, água, trabalho e renda, saúde, entre outros. Ela não é neutra e nem linear e, segundo as definições apresentadas em Lima e Dagnino (2013) e Jesus e Costa (2013), a TS pode ser caracterizada com base em dois pontos relacionados à sua geração e ao seu destino, ou seja: i) em relação à geração, a TS apresenta controle compartilhado e descentralizado, implica participação, empoderamento e autogestão por seus usuários, e faz um contraponto crítico ao modelo convencional de desenvolvimento tecnológico, propondo uma forma participativa de construir o conhecimento e fazer ciência; e ii) tem como destino as pessoas de baixa renda, “marginalizadas” ou em situação de risco social, sendo às vezes identificada como “tecnologia para a inclusão social”.

Para a Fundação Banco do Brasil, o conceito de tecnologia social abrange metodologias, técnicas ou produtos desenvolvidos em interação com a comunidade em busca de efetivas soluções para problemas sociais ali existentes. Quando criadas, podem ser reaplicadas em diversas localidades, respeitando as diferenças culturais. É um conceito inovador de desenvolvimento, pois considera a participação coletiva desde o processo de organização, desenvolvimento, implementação e disseminação (FBB, 2017b, p. 28).

Para o Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Pici, o empreendedorismo e a inovação são vistos com foco nas tecnologias sociais em empreendimentos econômicos (individual-solidário) sob a ótica da inovação e soluções técnicas ou, melhor dizendo, da organização e do desenvolvimento comunitário, da participação popular e controle social da esfera pública. Essa compreensão destaca que os valores não são a patente, a propriedade e a competição, mas a valorização da capacidade endógena, do saber local acumulado ainda que não sistematizado pelas populações que trabalham em busca de formas de como sobreviver e de como se inserir no mercado com dignidade e autonomia.

Outro viés das tecnologias sociais está relacionado ao fato dela conferir às instituições governamentais, universidades públicas e privadas, movimentos sociais, organizações do terceiro setor e empresariais o papel de protagonistas, reconhecendo na TS uma alternativa capaz de contribuir para a inclusão social de milhões de desempregados ou trabalhadores/as informais, subempregados e precarizados, e promover a construção de uma sociedade mais sustentável.

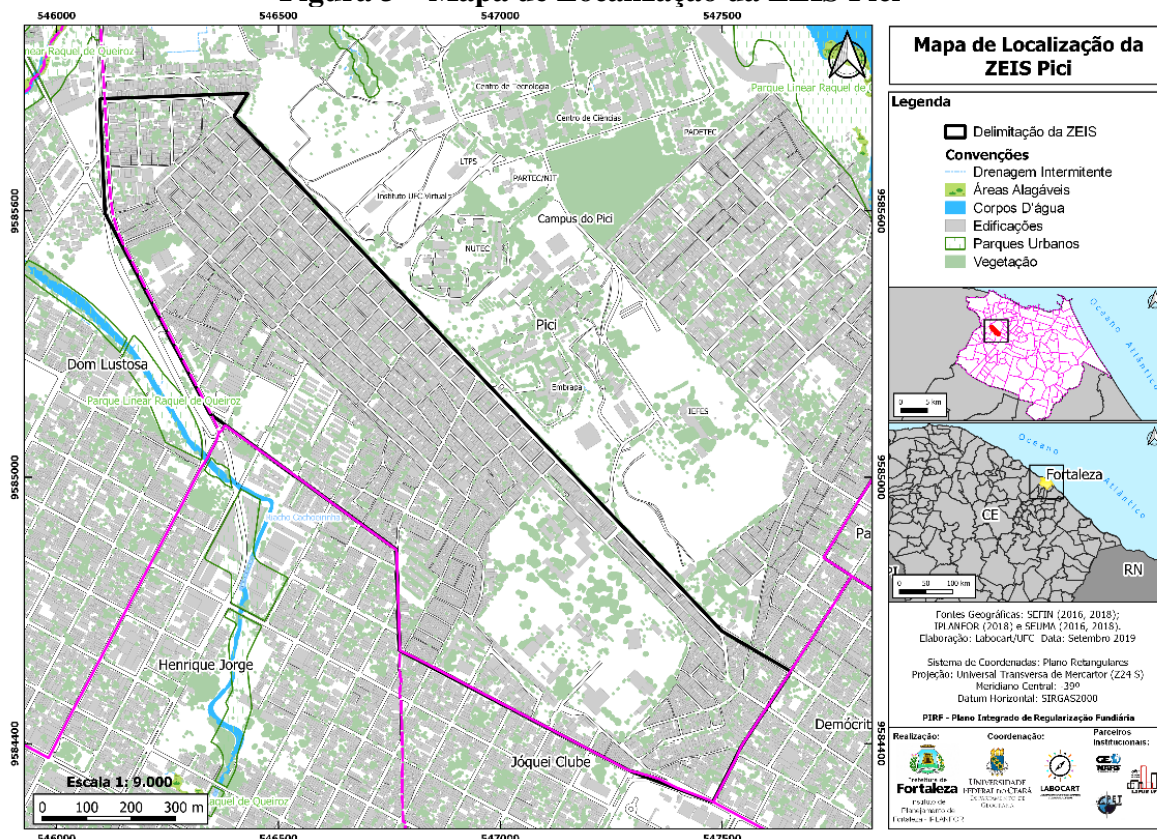
Apresentados os quatro conceitos e fundamentos que dão sustentação à elaboração do Plano em pauta, procede-se, agora, ao diagnóstico analítico dos arranjos produtivos Arte e Cultura, Alimentação, Artesanato e Confeção, antecedido por uma análise diagnóstica geral, na qual se contextualiza a situação socioeconômica da ZEIS Pici e dos arranjos referidos, incluindo os eixos gerais de ação sugeridos. Ao final, apresentar-se-á a Matriz de Planejamento Operacional como ferramenta concreta para orientar a execução das propostas aqui elencadas.

4 DIAGNÓSTICO ANALÍTICO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Segundo o diagnóstico do Plano Local de Habitação de Interesse Social (2010/2012), a ZEIS Pici é constituída por cinco assentamentos precários, sendo o terreno ocupado por ela de propriedade da União, possuindo, aproximadamente, 88 ha de extensão. No que diz respeito à habitação, dados do último Censo (2010) afirmam a existência de 7.111 domicílios, correspondendo a uma população de 23.383 habitantes. A faixa etária média nesse total de domicílios varia entre 20-24 anos, sendo parte significativa desta população localizada em setores classificados como aglomerados subnormais (IBGE, 2010).

Localizada na Zona Oeste de Fortaleza, na área de abrangência da Regional III (conforme Figura 3, abaixo), a ZEIS Pici está inserida no bairro Planalto Pici, o qual possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,218, sendo o 100º bairro na ordem crescente de desenvolvimento da cidade de Fortaleza, que possui 119 bairros (SDE, 2010).

Figura 3 – Mapa de Localização da ZEIS Pici



Fonte: PIRF/UFC- Geografia, 2019.

4.1 Aspectos Gerais da Análise Diagnóstica

Dois aspectos serão abordados na parte inicial deste item: a violência e criminalidade e o mercado de trabalho e economia solidária: o primeiro, com dados de base secundária, e o segundo, em face da inexistência desses dados, com dois recursos utilizados pela equipe PIRF/UFC para a coleta de informações, no caso a aplicação do Questionário e o Levantamento Etnográfico, como mostrado a seguir. Com base nessas informações, serão apontados, ao final, os eixos gerais de formulação do Plano.

4.1.1 Configuração da Violência e Criminalidade

Cabe, em princípio, destacar que a violência é definida como todo ato de coação, envolvendo um ou vários atores, que produz efeito sobre a integridade física ou moral de pessoas. A violência física imputa dor física à vítima, ultimando com a cessação da vida – homicídio – e a violência simbólica se manifesta em diferentes formas de discriminação e que nem sempre é percebida como forma de violência.

O conceito de crime, por sua vez, é definido pelo conjunto de leis que constitui o ordenamento jurídico de um país, válido para uma determinada época e sociedade. Já o conceito de violência vai além, estando relacionado com aspectos das ações humanas, sejam elas puníveis ou não, que podem causar danos físicos, morais ou psicológicos ao próprio agente e/ou a outras pessoas.

A população que habita a ZEIS Pici destacou a violência e a criminalidade, em todas as oficinas realizadas, como um fenômeno grave e presente na vida cotidiana, sendo tais fenômenos compreendidos como uma das ameaças limitantes para a geração de trabalho e renda e o bem viver da população. Em outras palavras, o crescimento da violência e da criminalidade, além de gerar insegurança e instabilidade, faz com que a sociedade se sinta suscetível a ameaças e torne-se refém do medo, reforçando os estereótipos, as barreiras sociais, os preconceitos e a não aceitação das diferenças socioculturais.

A ZEIS Pici está inserida na Área Integrada de Segurança (AIS) 6, no contexto da região geográfica que se estende a bairros vizinhos, entre eles Antônio Bezerra, Quintino Cunha, Olavo Oliveira, Padre Andrade, Bela Vista, Presidente Kennedy, Parquelândia, Amadeu Furtado, Parque Araxá, Rodolfo Teófilo, Bom Sucesso, João XXIII, Jóquei Clube, Henrique Jorge, Autran Nunes, Pici e Dom Lustosa.

A amostra apresentada se perfaz dentro do levantamento líquido de ocorrências registradas pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social na AIS 6 entre os anos de 2017 a 2019, em face da alteração geográfica de abrangência de cada AIS ter ocorrido a partir do ano de 2017. Para efeito de categorização dos dados, têm-se como referência as categorias abaixo listadas e, como fonte informante, o Sistema de Informações Policiais da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SIP/SSPDS).

a) Mortes Violentas (homicídios, lesão corporal seguida de morte, infanticídio, aborto provocado e/ou induzido, suicídio, induzimento ao suicídio, morte no trânsito, outras mortes acidentais e outros crimes contra a vida);

b) Crimes Violentos contra o Patrimônio - Roubos (subtração do bem segurado mediante grave ameaça ou violência à pessoa), subdivididos em:

* CVP 1 - roubo à pessoa, roubo de documentos e outros roubos que não estão incluídos no CVP 2, exceto latrocínio, e

** CVP 2 - roubo à residência, roubo com restrição de liberdade da vítima, roubo de carga e roubo de veículos, exceto latrocínio.

c) Furtos (difere do roubo por ser praticado sem emprego de violência contra a pessoa ou grave ameaça);

d) Apreensão de armas de fogo;

e) Crimes Sexuais.

Assim posto, é possível tracejar um panorama acerca da violência e da criminalidade na ZEIS Pici, tendo como referência os indicadores considerados na base de dados da SSPSD.

4.1.2 Indicadores

a) Crimes violentos letais intencionais

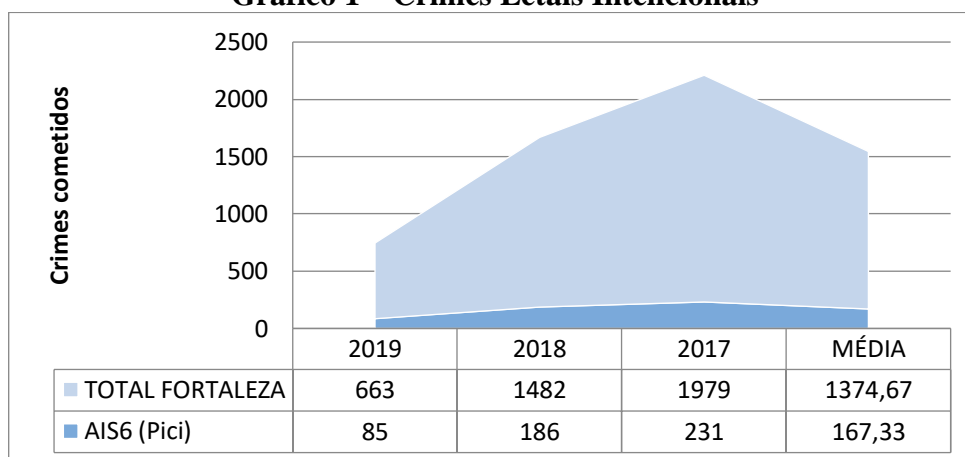
Os crimes violentos letais intencionais integram posturas em que o bem maior protegido pela Constituição Federal de 1988 – a vida – é o principal patrimônio ofendido. São crimes que se apresentam, na maioria das vezes, como reflexo de uma violência social caracterizada pela ausência de políticas públicas eficazes na contenção e/ou superação das desigualdades sociais.

No que se refere à evolução desse indicador, na região que circunda a ZEIS Pici, observou-se uma redução desse tipo de criminalidade, dentro da série estatística trienal

observada. A redução entre os anos de 2017 e 2019 foi de 62,33%, conforme se apresenta no Gráfico 1, a seguir, tendo como média a quantidade de 167,33 registros por ano.

Todavia, quando se compara o percentual desses crimes cometidos na AIS 6 em relação ao município de Fortaleza, dentro da faixa trienal observada, percebe-se que houve um aumento no número de ocorrências, eis que, no ano de 2019, o percentual desses tipos de crimes registrados na AIS 6 foi de 12,82%, em relação a toda Fortaleza, em comparação ao percentual dos mesmos crimes no ano de 2017, que foi de 11,67%.

Gráfico 1 – Crimes Letais Intencionais



Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, 2020. Elaboração própria.

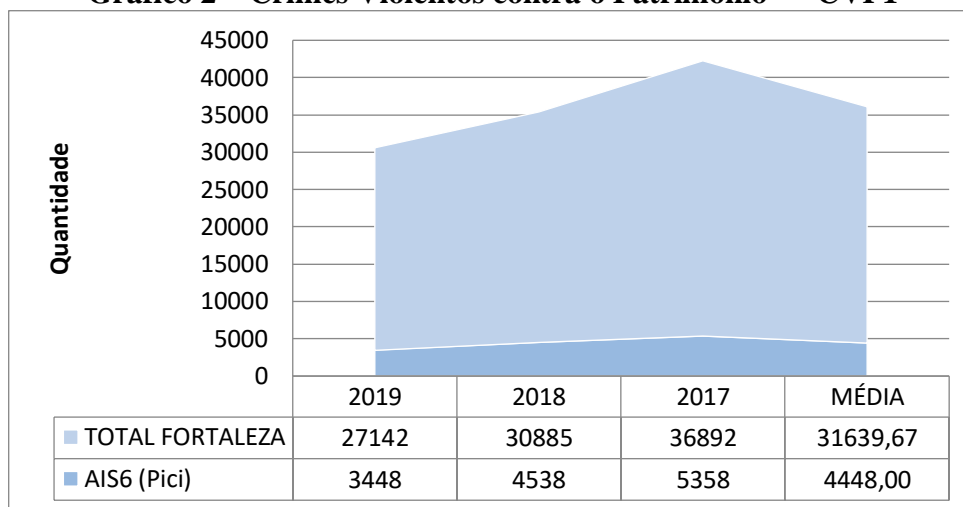
b) Crimes violentos contra o patrimônio *CVP1

Os crimes violentos contra o patrimônio, dentro da categoria CVP1, abrangem posturas em que o bem protegido pela conduta de outrem é o patrimônio da pessoa física, caracterizada pelo uso da violência. Caracterizam-se como crimes que geram na sociedade insegurança por ausência ou carência de policiamento preparado em zonas de alto risco.

No que se refere à evolução desse indicador, na região que circunda a ZEIS Pici, observou-se uma redução desse tipo de criminalidade, dentro da série estatística trienal observada. A redução entre os anos de 2017 e 2019 foi de 35,64%, conforme se apresenta no Gráfico 2, a seguir, tendo como média a quantidade de 4.448 registros por ano.

Referido indicador, quando comparado o percentual desses crimes cometidos na AIS 6 em relação ao município de Fortaleza, dentro da faixa trienal observada, revela uma redução no número de ocorrências, eis que, no ano de 2019, o percentual desses tipos de crimes registrados na AIS 6 foi de 12,70%, em relação a toda Fortaleza em comparação ao percentual dos mesmos crimes no ano de 2017, que foi de 14,52%.

Gráfico 2 – Crimes Violentos contra o Patrimônio – *CVP1



Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, 2020. Elaboração própria.

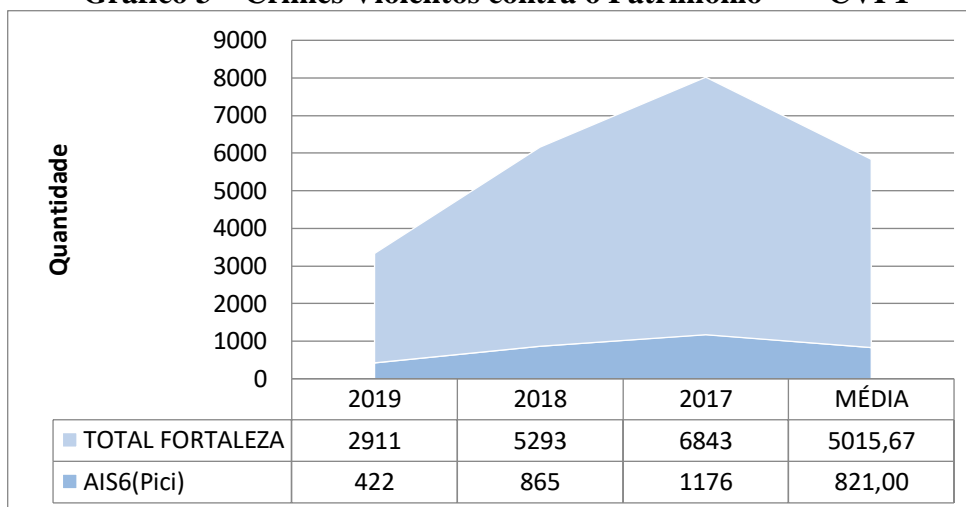
c) Crimes violentos contra o patrimônio **CVP2

Os crimes violentos contra o patrimônio, dentro da categoria CVP2, se constituem em posturas em que o bem protegido pela conduta de outrem é o patrimônio da pessoa física ou jurídica, resguardada em imóveis (casas, empresas etc.), caracterizada pelo uso da violência. Configura-se como crimes que geram, na sociedade, sentimento de insegurança por ausência ou carência de policiamento preparado em zonas de alto risco e pelo alto índice de violência física perpetrada pelos criminosos.

No que se refere à evolução desse indicador, na região que circunda a ZEIS Pici observou-se uma expressiva redução desse tipo de criminalidade, dentro da série estatística trienal observada. A redução entre os anos de 2017 e 2019 foi 61,11%, conforme se apresenta no Gráfico 3, a seguir, tendo como média a quantidade de 821 registros por ano.

Referido indicador, quando comparado o percentual desses crimes cometidos na AIS 6 em relação ao município de Fortaleza, dentro da faixa trienal observada, indica a redução no número de ocorrências. No ano de 2019, o percentual desses tipos de crimes registrados na AIS 6 foi de 14,49%, em relação a toda Fortaleza, em comparação ao percentual dos mesmos crimes no ano de 2017, que foi de 16,36%.

Gráfico 3 – Crimes Violentos contra o Patrimônio – **CVP1



Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, 2020. Elaboração própria.

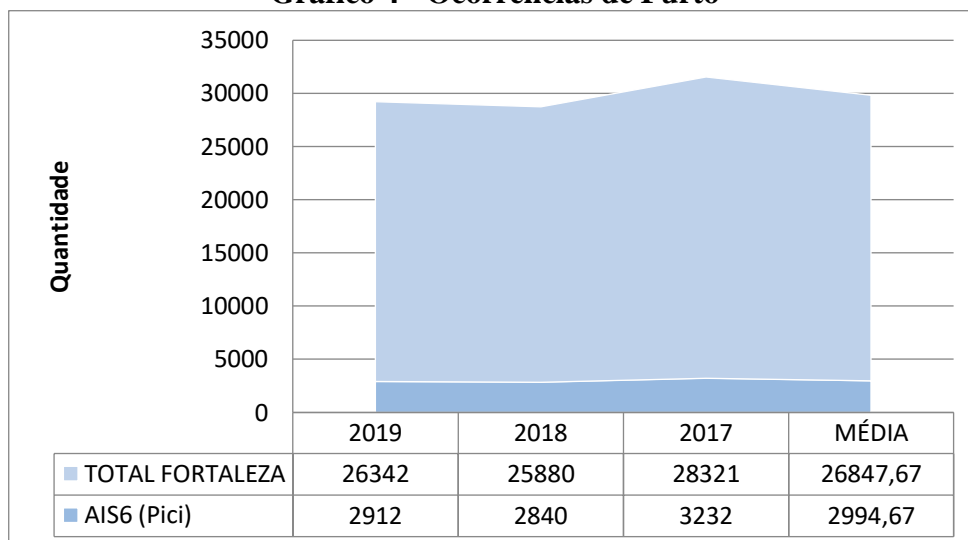
d) Crimes de Furto

Os crimes de furto abrangem posturas em que o bem protegido pela conduta de outrem ainda é o patrimônio da pessoa física ou jurídica, porém referida conduta criminosa não é caracterizada pelo uso da violência. Essa categoria se configura como crimes que geram na sociedade sentimento de insegurança e impunidade, por serem de difícil solução.

No que se refere à evolução desse indicador, na região que circunda a ZEIS Pici, observou-se uma pequena redução desse tipo de criminalidade, dentro da série estatística trienal observada. A redução entre 2017 e 2019 foi de apenas 9,90%, como mostra o Gráfico 4, a seguir, tendo como média a quantidade de 2994,67 registros por ano.

Referido indicador, porém, quando comparado o percentual desses crimes cometidos na AIS 6 em relação ao município de Fortaleza, dentro da faixa trienal observada, indica uma inexpressiva redução no número de ocorrências, eis que, no ano de 2019, o percentual desses tipos de crimes registrados na AIS 6 foi de 11,05%, em relação a toda Fortaleza, em comparação ao percentual dos mesmos crimes no ano de 2017, que foi de 11,15%.

Gráfico 4 - Ocorrências de Furto



Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, 2020. Elaboração própria.

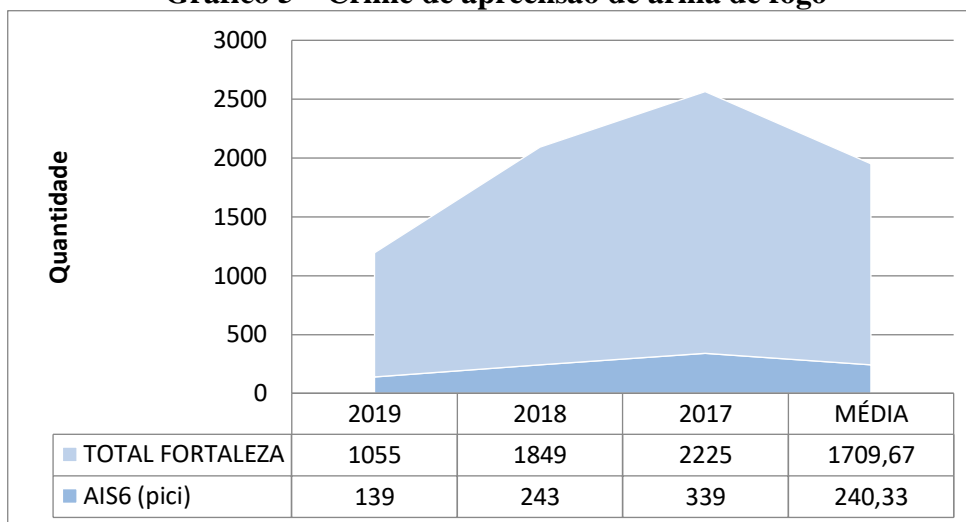
e) Crimes de apreensão de armas de fogo

Os crimes tratados nesse indicador referem-se a uma medida que visa preservar a comunidade pública, evitando o potencial risco à sociedade com a posse por pessoas não autorizadas de armas de fogo irregulares ou de forma indevida. Também pode ser categorizado como crime que, cumulado a outra postura criminosa, se encontra relacionado com a prática de outros crimes, como o roubo ou o homicídio.

No que se refere à evolução desse indicador, na região que circunda a ZEIS Pici, observou-se uma expressiva redução desse tipo de criminalidade, dentro da série estatística trienal observada. A redução entre 2017 e 2019 foi 58,99%, conforme se apresenta no Gráfico 5, abaixo, tendo como média a quantidade de 191,33 registros por ano.

Referido indicador, quando comparado o percentual desses crimes cometidos na AIS 6 em relação ao município de Fortaleza, dentro da faixa trienal observada, indica uma redução no número de ocorrências, eis que, no ano de 2019, o percentual desses tipos de crimes registrados na AIS 6 foi de 13,17%, em relação a toda Fortaleza, em comparação ao percentual dos mesmos crimes no ano de 2017, que foi de 14,05%.

Gráfico 5 – Crime de apreensão de arma de fogo



Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, 2020. Elaboração própria.

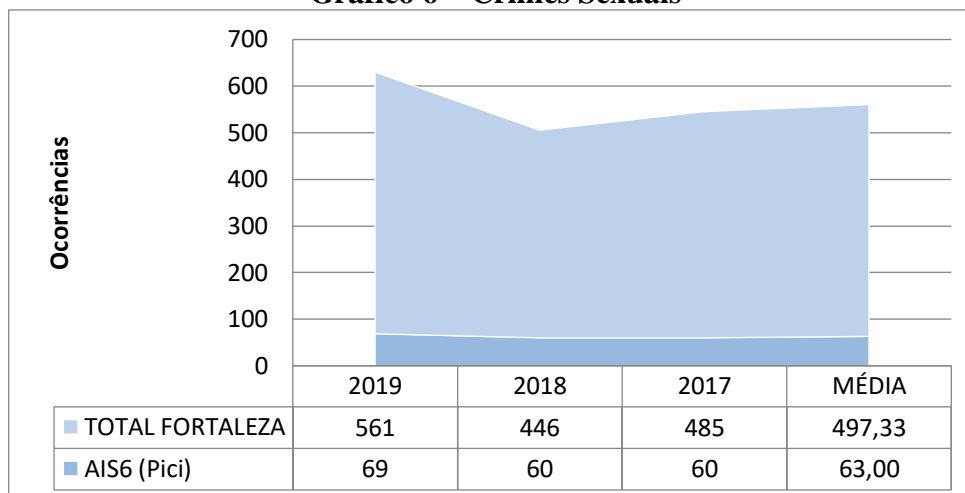
e) Crimes sexuais

Os crimes tratados nesse indicador referem-se a todos os registros de vítimas afetadas por condutas relacionadas ao constrangimento, ao abuso ou à violência de cunho sexual. Por se tratar de crimes que se relacionam com questões sociais ligadas, em sua maioria, à questão de gênero, representa um forte indicador para atuação de políticas públicas na salvaguarda da sociedade, tanto no que concerne ao papel repressivo, quanto educativo. Importante destacar que, embora a lei não faça distinção de gênero, esse tipo de crime, em sua maioria, é um crime cometido contra a mulher.

No que se refere à evolução desse indicador, na região que circunda a ZEIS Pici, observou-se um aumento desse tipo de criminalidade, dentro da série estatística trienal observada. O aumento registrado entre 2017 e 2019 foi de 15%, conforme se apresenta no Gráfico 6, a seguir, tendo como média a quantidade de 63 registros por ano.

Referido indicador, porém, quando comparado o percentual desses crimes cometidos na AIS 6 em relação ao município de Fortaleza, dentro da faixa trienal observada, indica uma leve redução no número de ocorrências, eis que, no ano de 2019, o percentual desses tipos de crimes registrados na AIS 6 foi de 12,29%, em relação a toda Fortaleza, em comparação ao percentual dos mesmos crimes no ano de 2017, que foi de 12,66%.

Gráfico 6 – Crimes Sexuais



Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, 2020. Elaboração própria.

A partir dos referidos dados, é possível construir uma série histórica para orientar as avaliações das políticas de prevenção e segurança urbana, dentro da finalidade que se propõe o PIRF, no tocante à geração de trabalho e renda.

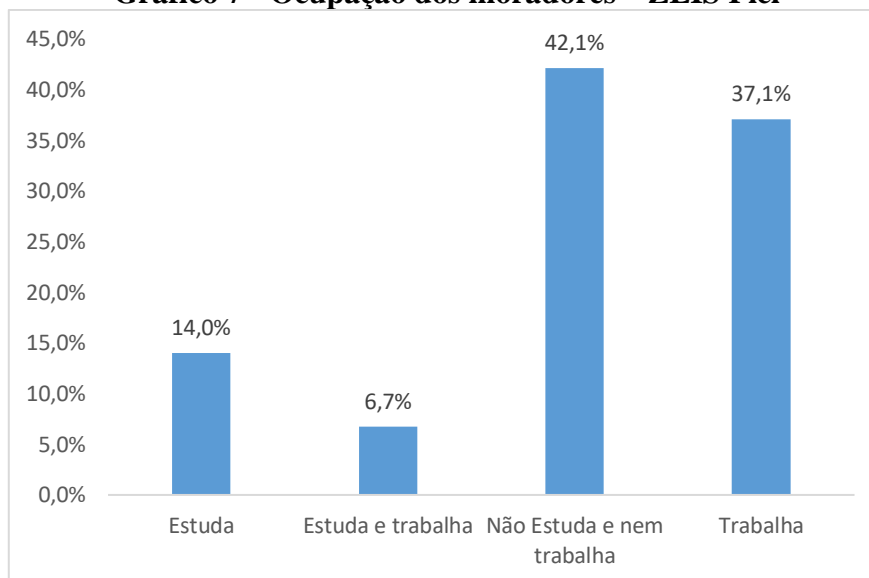
4.1.3 Mercado de Trabalho e Economia Solidária

Com o objetivo de diagnosticar a situação econômica do território, foi realizada apuração acerca das bases de dados disponíveis para mapear o mercado de trabalho e os arranjos produtivos locais da ZEIS Pici. Para tanto, houve busca nas plataformas do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT/SINE), na Prefeitura Municipal de Fortaleza, na Superintendência Regional do Trabalho e em Sindicatos. Entretanto, constatou-se que não existem dados oficiais disponíveis no que se refere às condições de trabalho nas Zonas Especiais de Interesse Social. Diante dessa constatação, a caracterização do mercado de trabalho da Zeis Pici partiu de dados primários, obtidos através da realização de etnografia rua a rua e questionários aplicados com 180 moradores pela Equipe PIRF/UFC em 2019⁴.

A análise a seguir refere-se à determinação do perfil geral do mercado de trabalho nos quesitos ocupação, natureza do trabalho e atividade econômica identificada pela comunidade.

⁴ O método estatístico utilizado nessa pesquisa foi detalhado no Caderno de Diagnóstico Socioeconômico, Físicoambiental, Urbanístico e Fundiário do Plano Integrado de Regularização Fundiária, 2019.

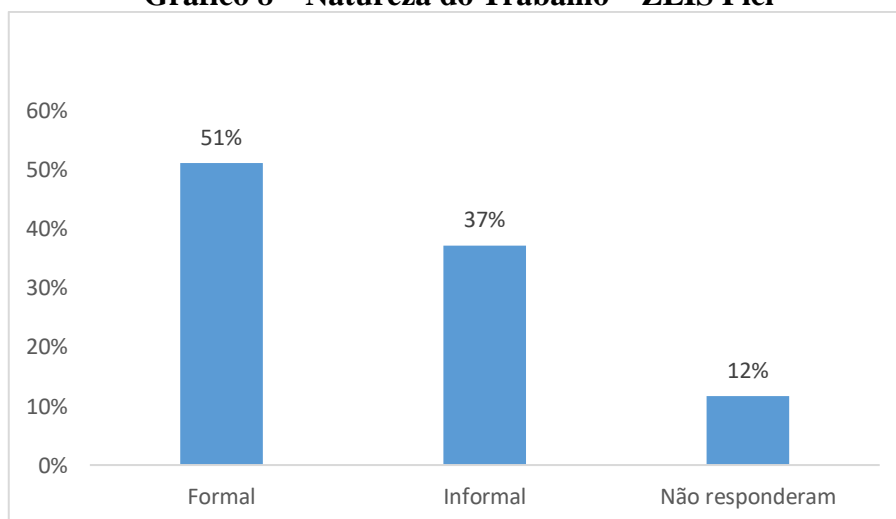
Gráfico 7 - Ocupação dos moradores – ZEIS Pici



Fonte: Questionário elaborado pela Equipe PIRF/UFC (2019).

A desocupação atinge um número significativo de moradores da ZEIS visto que, conforme o Gráfico 7, acima, 42,1% dos mesmos não estudam nem trabalham, percentual fortemente acima da média cearense de 11,3%, no terceiro semestre de 2019, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Gráfico 8 – Natureza do Trabalho – ZEIS Pici

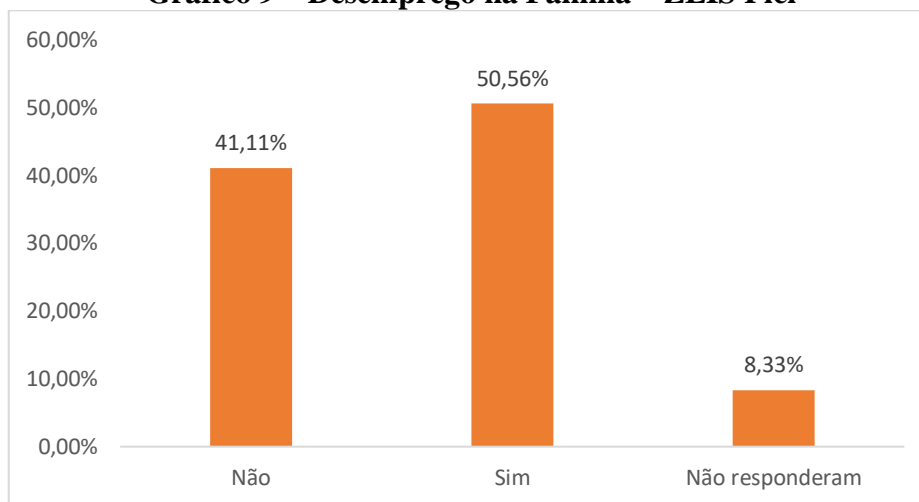


Fonte: Questionário elaborado pela Equipe PIRF/UFC, 2019.

Com relação à natureza do trabalho realizado, a maioria se concentra na formalidade (51%), apesar de significativa parcela ainda depender do setor informal (37%). Esses indicadores corroboram com a média cearense que chegou a 55% dos trabalhadores na

informalidade, em 2019, segundo dados da Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD) Contínua/IBGE, caracterizando preocupante variável de estímulo à precarização do trabalho.

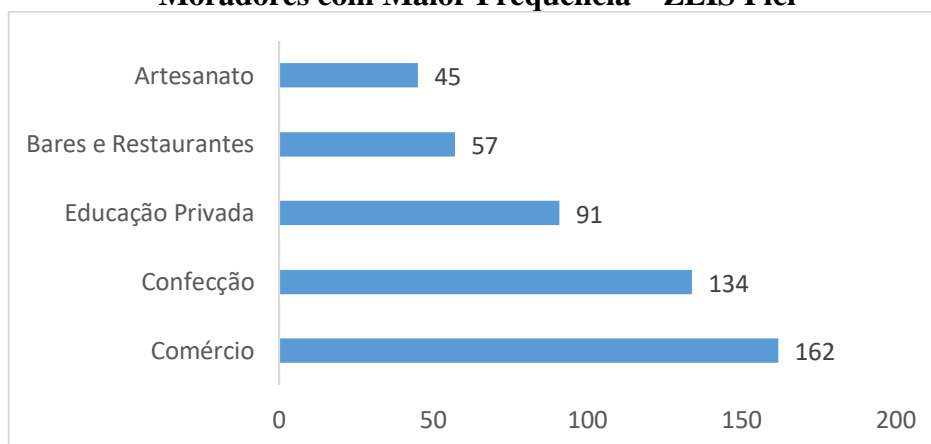
Gráfico 9 – Desemprego na Família – ZEIS Pici



Fonte: Questionário elaborado pela Equipe PIRF/UFC, 2019.

Pouco mais da metade dos moradores possuem algum familiar desempregado (50,56%), enquanto 41,11% não possuem.

Gráfico 10 - Atividades Econômicas Reconhecidas pelos Moradores com Maior Frequência – ZEIS Pici

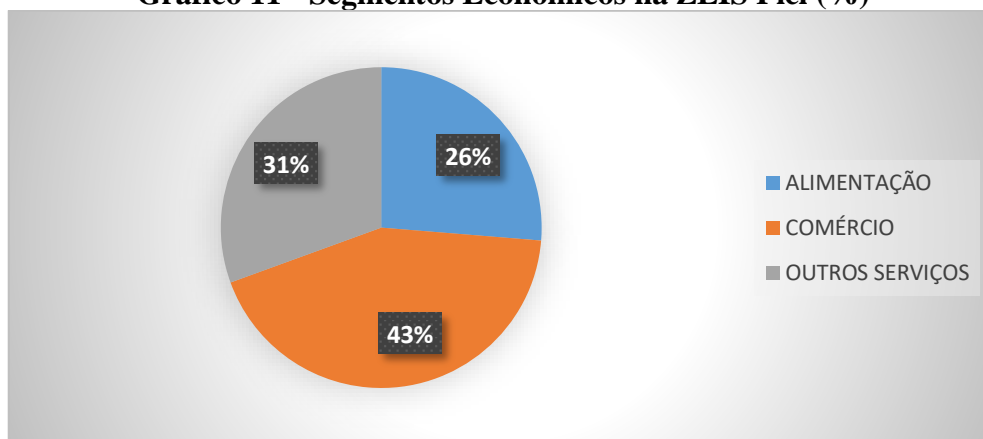


Fonte: Questionário elaborado pela Equipe PIRF/UFC, 2019.

A atividade comercial possui forte relevância para os moradores, mais de 90% a reconheceram como relevante para o local. Em seguida, aparece o ramo de confecções: esse possui característica peculiar na ZEIS Pici, pois a mesma dispõe de diversas fábricas na área de corte e costura que trabalham com revenda para outros bairros de Fortaleza. Educação privada, Bares e Restaurantes e Artesanato seguem em ordem decrescente de reconhecimento por parte dos moradores, compondo as cinco áreas mais citadas nas entrevistas.

Outro instrumento de análise diagnóstica de base primária refere-se aos dados da pesquisa etnográfica Rua a Rua da ZEIS Pici, quando foram identificados os estabelecimentos econômicos e sociais existentes no território. Segue, abaixo, a distribuição dos empreendimentos por segmento econômico.

Gráfico 11 - Segmentos Econômicos na ZEIS Pici (%)

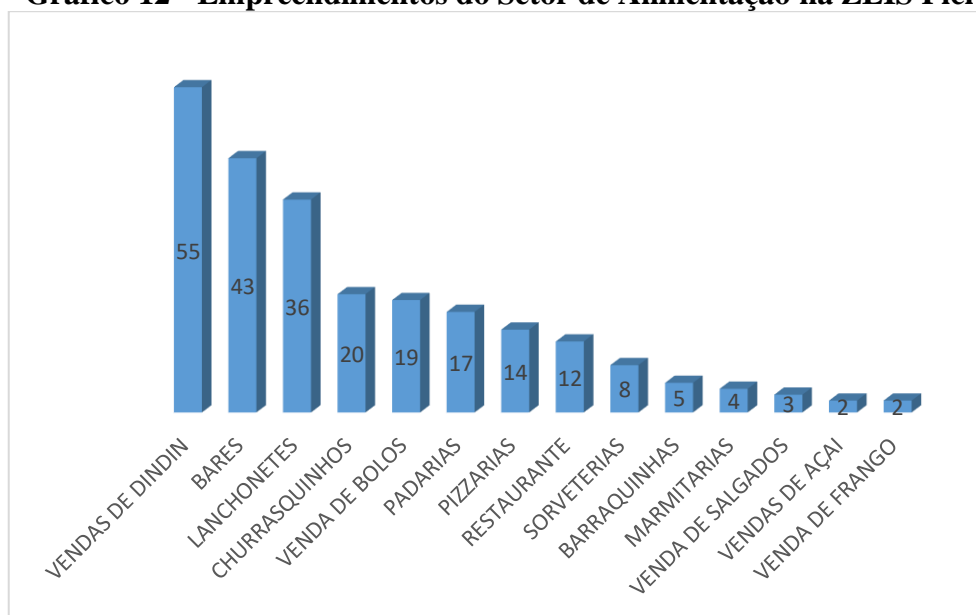


Fonte: Etnografia Rua a Rua, PIRF-UFC, 2019.

a) Setor de alimentação (comida e bebida)

A ZEIS Pici possui, no setor alimentício, relevante potencial econômico tanto pelo segmento reunir 26% dos empreendimentos locais, como por apresentar considerável variedade de produtos e serviços oferecidos, como se pode verificar no Gráfico 12, que segue.

Gráfico 12 - Empreendimentos do Setor de Alimentação na ZEIS Pici

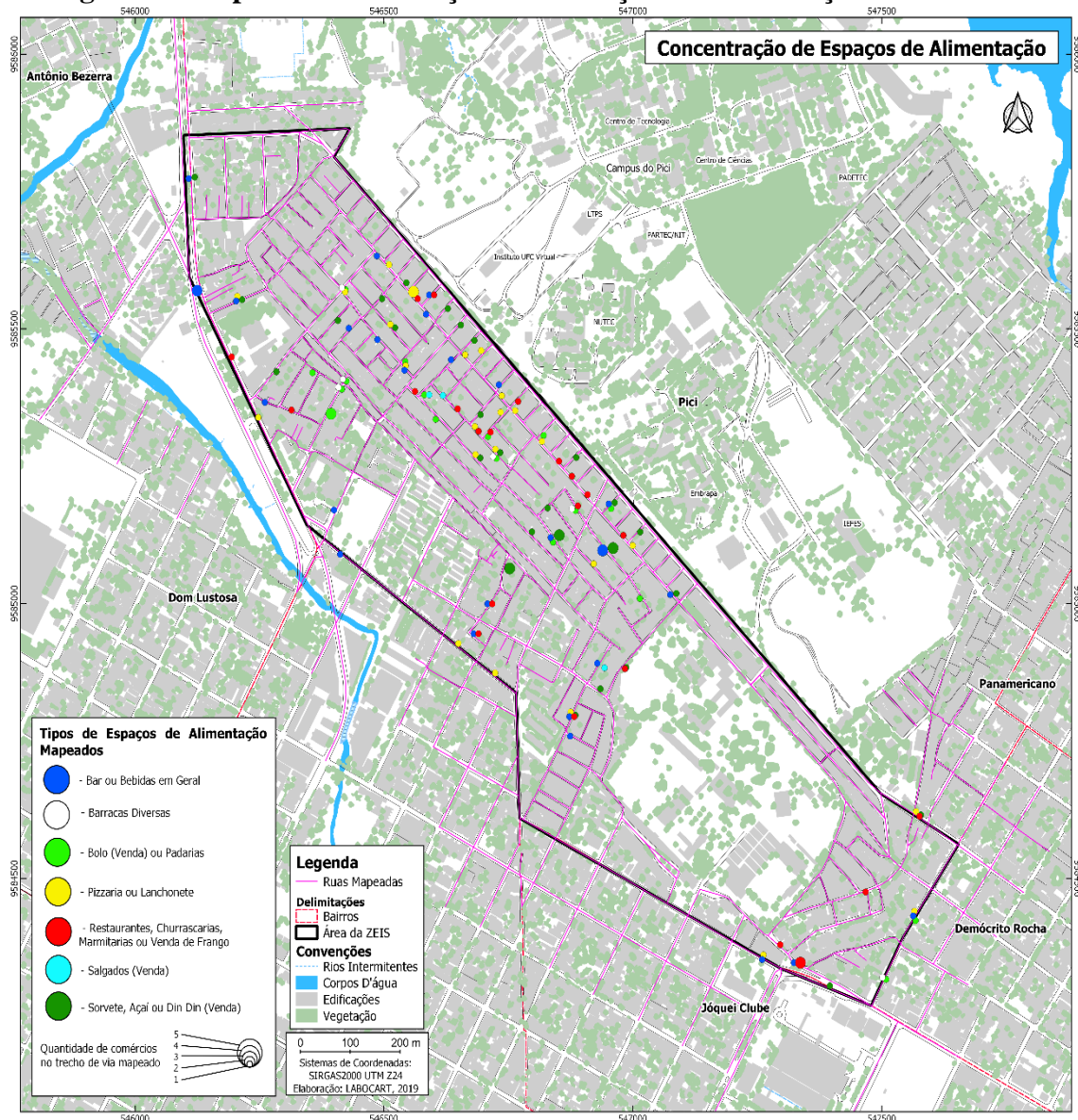


Fonte: Etnografia rua a rua da ZEIS Pici, PIRF/UFC, 2019.

Embora a maioria dos/as empreendedores/as seja vendedor/a autônomo/a, que não possui outra renda além da desenvolvida com a atividade, como é o caso dos possuidores de barrquinhas de lanches ou aqueles que vendem bolos, *dindins*, salgadinhos, entre outros, as características comuns em cada empreendimento tornam possível estabelecer uma organização de arranjo produtivo solidário, em face da existência de grupos de interesse ou *stakeholders*, em que os próprios empreendimentos cooperam e estabelecem uma rede de troca de experiências entre si. Tal atitude possibilita a criação de uma coletividade organizada em que se alia a busca por melhores condições gerenciais, seja de ordem financeira, logística ou produtiva, à própria sistematização de seus negócios, coletivos ou não, possibilitando um maior alcance dos produtos oferecidos a um preço justo e rentável para toda a comunidade.

A mesma já tem exemplos da organização de feiras solidárias, onde apenas o que é produzido dentro das delimitações da ZEIS é colocado à venda. Abaixo, a Figura 4 apresenta a concentração espacial dos serviços de alimentação da ZEIS Pici.

Figura 4 - Mapa de Concentração dos Serviços de Alimentação na ZEIS Pici



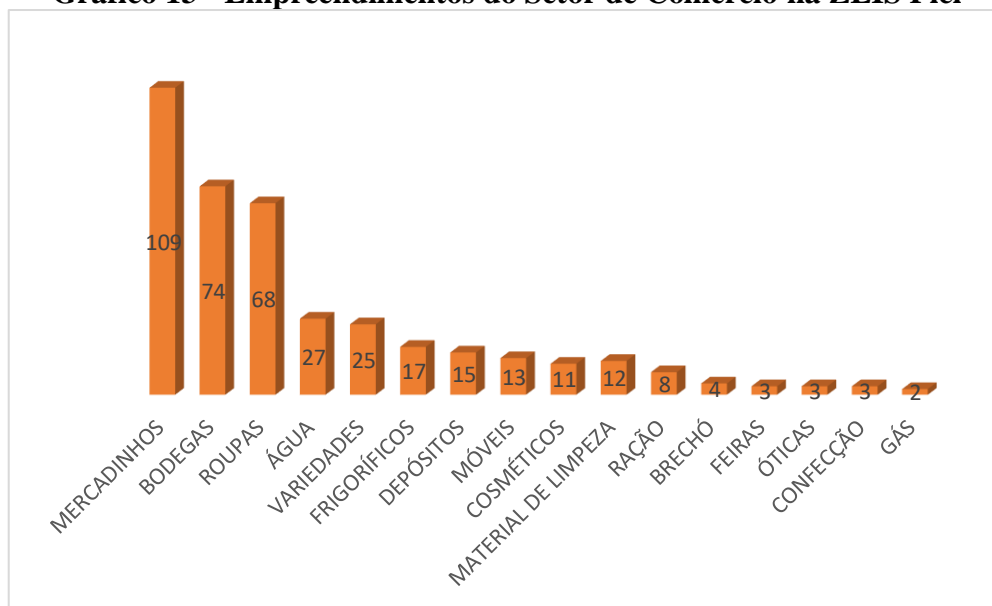
Fonte: Etnografia Rua a Rua, PIRF-UFC, 2019.

Vale citar que, embora alguns desses serviços se mostrem desconstituídos de formalização (como comércio de *dindins*, picolés e bares), fomentam atividade econômica local e incentivam o dinamismo da economia, através da comercialização de produtos e bens internamente à comunidade. Com parcerias firmadas com instituições como a UFC, dentre outras instituições educacionais, além de entidades do terceiro setor, visando à formação profissional, esse setor poderá se beneficiar tanto do apoio a atividades formativas, como da realização de eventos culturais, de lazer e educacionais, resultando, ao mesmo tempo, em um nível mais elevado de capital humano e social bem como de oportunidade proporcionada pelos referidos eventos à comercialização dos produtos/serviços da ZEIS Pici.

b) Setor de comércio

O setor de comércio observado na ZEIS Pici se mostra relativamente desenvolvido, representando 43% dos estabelecimentos econômicos locais, e possui, ademais, alguma diversificação, conforme apresentado no Gráfico 13, a seguir.

Gráfico 13 - Empreendimentos do Setor de Comércio na ZEIS Pici

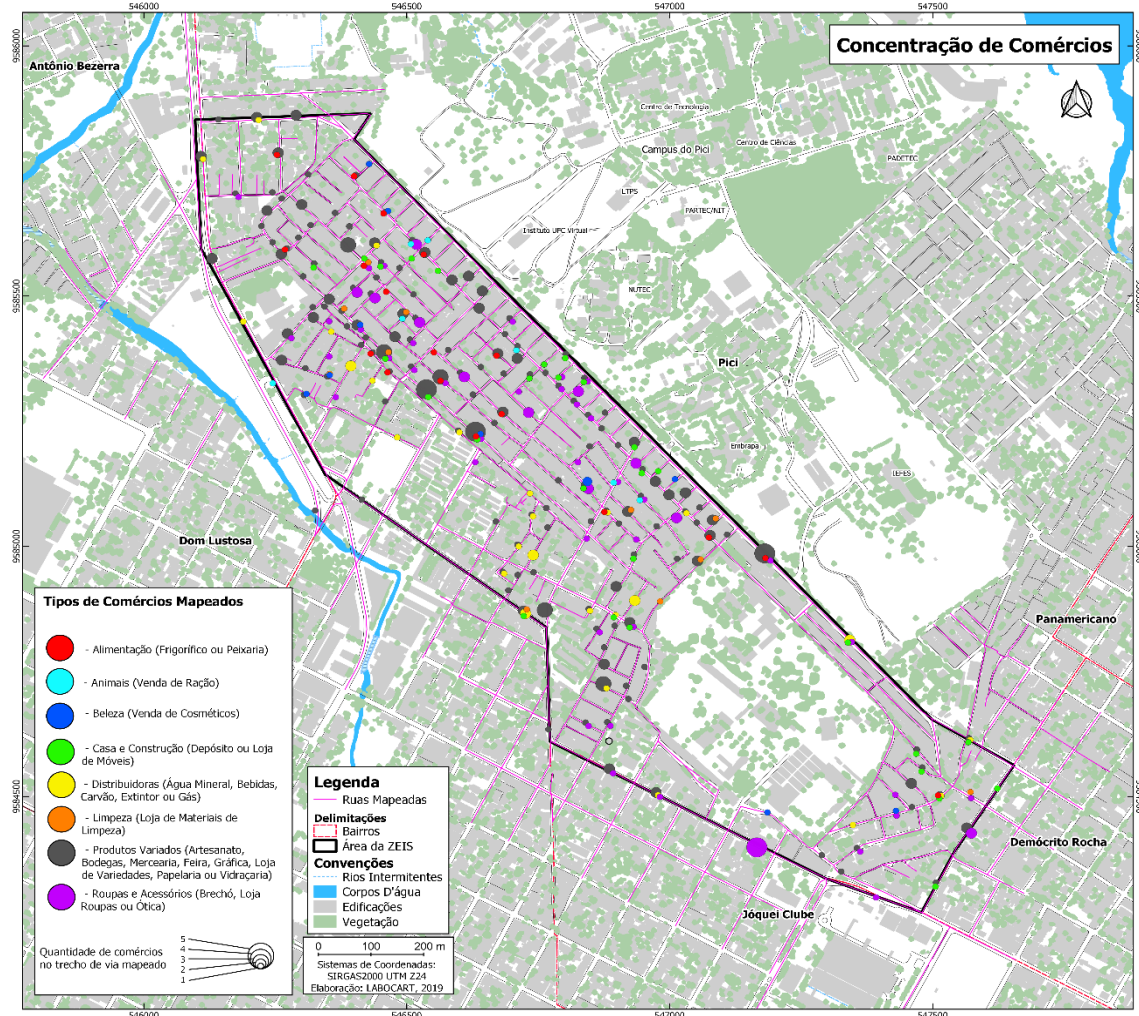


Fonte: Etnografia Rua a Rua, PIRF-UFC, 2019.

Observe-se que a maioria dos empreendimentos comerciais da ZEIS Pici não está representada pelas “bodegas”, pequenos estabelecimentos comerciais caracterizados pela fidúcia e onde, geralmente, não há um controle organizacional (financeiro e logístico, por exemplo). Empreendimentos de maior porte, como Mercadinhos, aparecem com destaque no cenário econômico da ZEIS Pici, justificado pela capilaridade que esses modelos de negócio favorecem de acesso à comunidade aos produtos de uso diário e de consumo imediato, dado a região em que a ZEIS se encontra inserida e a vulnerabilidade social e financeira da comunidade. Vale frisar que, conforme os relatos dos participantes das oficinas, a maioria dos empreendimentos locais sofre com a ausência de informação e acesso a recursos diversos, como tecnologia (a exemplo da utilização de maquinetas de cartão de crédito/débito) e organização financeira que viabilize a expansão do negócio.

A seguir, na Figura 5, segue a concentração espacial dos serviços de comércio presentes na ZEIS Pici.

Figura 5 - Mapa de Concentração de Comércios na ZEIS Pici



Fonte: Etnografia Rua a Rua, PIRF-UFC, 2019.

Com o apoio à organização desses/as empreendedores/as, por meio de arranjos produtivos solidários, busca-se facilitar o avanço de negócios solidários entre empreendimentos da comunidade que desenvolvem atividades similares, de modo a tornar mais desenvolvidos seus processos de controle financeiro, permitindo a aquisição de produtos em maiores quantidades, de maneira coletiva, para que os benefícios possam ser sentidos de maneira mais clara e direta entre os/as participantes das oficinas, e reforçando aspectos administrativos como controle organizacional, acesso a crédito, automação financeira e marketing digital.

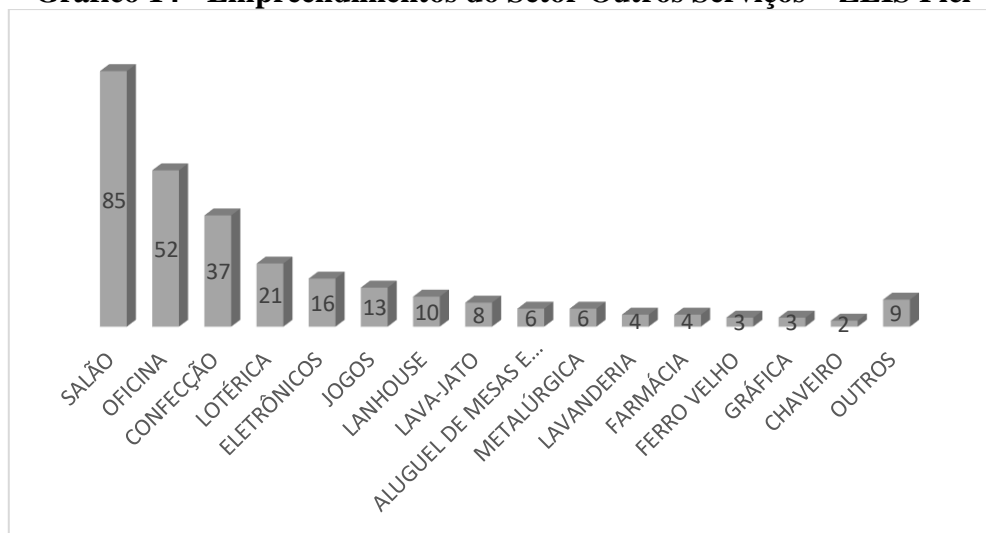
A partir disso, a cadeia econômica de produtos e serviços, ao final do processo de comercialização, tende a gerar mais valor às redes solidárias organizadas e atender de maneira mais eficiente ao consumidor da ZEIS Pici.

c) Setor de outros serviços

A ZEIS Pici possui na área de outros serviços 31% dos seus empreendimentos econômicos, os quais, assim como os demais segmentos citados, atuam como centro econômico que atende a outras localidades próximas, como Parangaba, Antônio Bezerra e Parquelândia.

Observe-se que os serviços disponibilizados para a comunidade se apresentam a partir das diversas atividades relacionadas com o cotidiano de seus moradores, evidenciando a dinamicidade econômica do local (Gráfico 14, abaixo) e a potencialidade existente à composição e à organização de empreendimentos de cunho solidário.

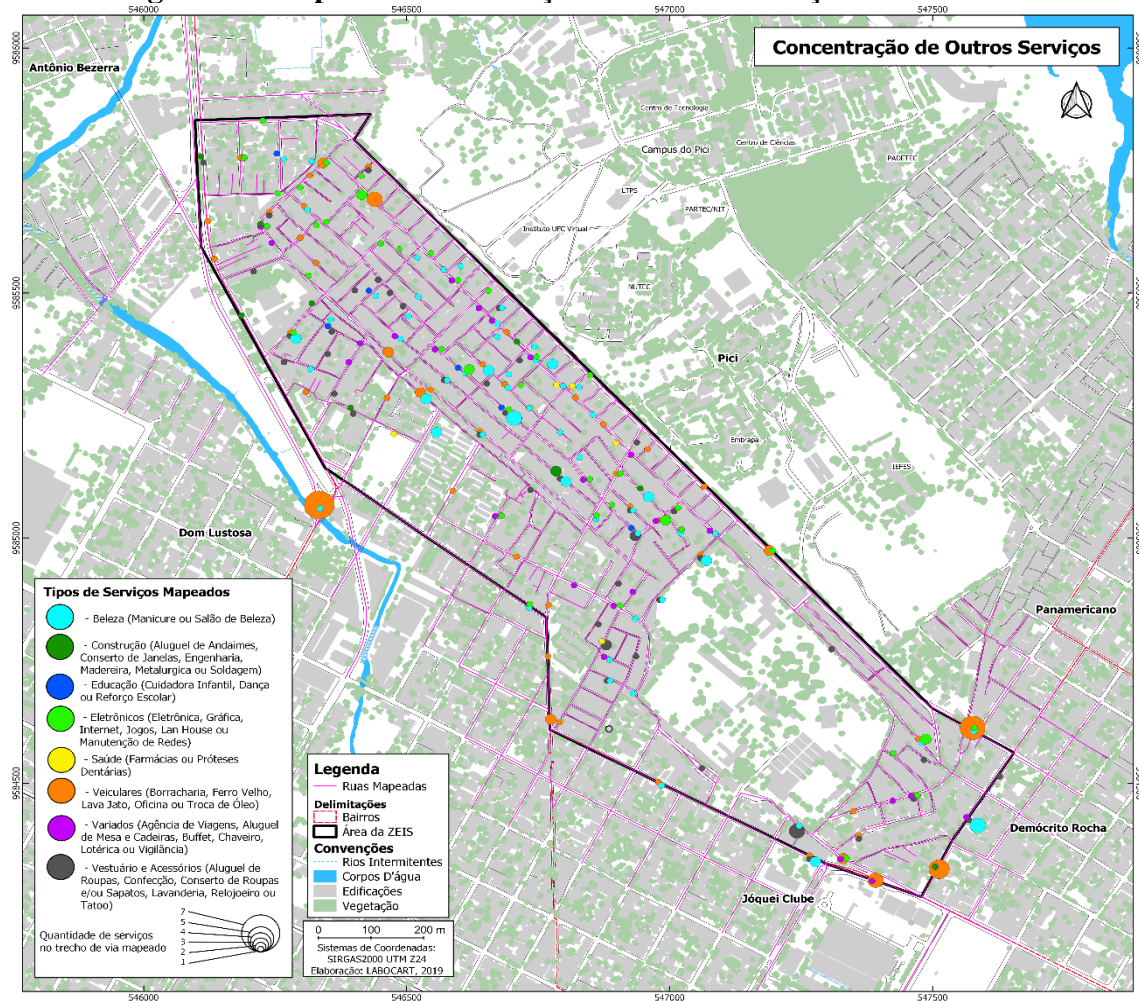
Gráfico 14 - Empreendimentos do Setor Outros Serviços – ZEIS Pici



Fonte: Etnografia Rua a Rua, PIRF-UFC, 2019.

Tem-se, nesse segmento, o crescimento de atividades voltadas à beleza e estética, que surgem como uma possibilidade de expansão de uma categoria econômica que não se restringe à comunidade, ante a demanda de profissionais capacitados no mercado local e regional. A Figura 6, a seguir, demonstra a concentração espacial dos outros serviços na ZEIS Pici.

Figura 6 – Mapa de Concentração de Outros Serviços na ZEIS Pici



Fonte: Etnografia Rua a Rua, PIRF-UFC, 2019.

A organização desses profissionais, a partir de uma estrutura coletiva solidária, tende a facilitar o acesso a equipamentos, utensílios, móveis e financiamentos bancários, razão pela qual o entendimento sobre seu próprio negócio e a forma de melhor administrá-lo se mostrou imprescindível para os participantes das oficinas.

O setor de outros serviços se apresenta, em geral, como solução eficaz para problemas cotidianos, aliando a oportunidade de aferir renda com a habilidade individual e coletiva dentro de um espaço onde a demanda é elevada, por exemplo, em torno do conserto de janelas e serviços de dança. O artesanato e a confecção também têm presença significativa nesse setor, haja vista a participação de empreendimentos dessa natureza nas oficinas, destacando-se aqui o grupo Mulheres Brilho da Lua, criado em 1992, localizado à Rua Entrada da Lua, 256 – CEP 60.510-605 – Planalto Pici – Fortaleza/CE. Com o crescimento do grupo, surgiu a necessidade de uma organização comunitária mais ampla, contemplando

interesses de estudos feministas e outros objetivos voltados para formação, trabalho, renda, cultura e lazer.

Dessa maneira, o grupo Mulheres Brilho da Lua passou a vivenciar a economia solidária em suas atividades como uma alternativa inovadora de integração, geração de trabalho e inclusão socioeconômica das mulheres da ZEIS Pici. Ainda vale destacar a importância do Espaço Cultural Frei Tito de Alencar (ESCUTA) para a articulação do grupo Mulheres Brilho da Lua e de outros projetos e ações que são desenvolvidos na comunidade, estimulando a formação e a organização dos moradores por meio do resgate da cultura popular do bairro. O ESCUTA foi criado no Pici em 1980, inicialmente como Comunidade Eclesial de Base, intentando a alfabetização e a formação crítica dos moradores, vindo, em 2003, a tornar-se uma ONG. A partir de então, direciona-se ao desenvolvimento da formação continuada em diferentes dimensões da vida e da arte por meio da educação popular, contribuindo para projetos de fomento de trabalhos coletivos que utilizam a economia solidária como princípio.

Assim, é possível dizer que, atentos à realidade que permeia os moradores da ZEIS Pici e de todas as dificuldades que enfrentam em seu cotidiano, os/as empreendedores/as do segmento de outros serviços viabilizam facilidades para a promoção do bem-estar da comunidade. Daí, a partir desses elementos, vislumbra-se possível a criação de uma estrutura econômica baseada em arranjos produtivos solidários em que os/as empreendedores/as desenvolvam sua organização, podendo dar ênfase ao seu próprio empreendimento.

Isto poderia significar inúmeros benefícios à comunidade; além do aumento da qualificação das pessoas em diversos setores, ainda haveria a viabilização da ocupação econômica dos/as profissionais capacitados, também em outras áreas da cidade, diversificando a economia em diferentes regiões de Fortaleza.

Em síntese, a dimensão dos serviços e produtos oferecidos pela ZEIS Pici reflete como uma comunidade pode organizar-se a partir de suas próprias forças, fraquezas, possibilidades e limitações econômicas. O próprio processo de formação histórica da comunidade se apresenta constituído a partir da interação entre os moradores, que se veem com forte sentimento de pertencimento e cumplicidade na construção de um processo social e de moradia digna. O apoio dos moradores às atividades e ao trabalho de cada um, evidenciados na ajuda implícita e no reconhecimento das mesmas dificuldades comuns, reforça a cooperação, enaltecendo o caráter coletivo existente na comunidade, apesar das contradições existentes no processo.

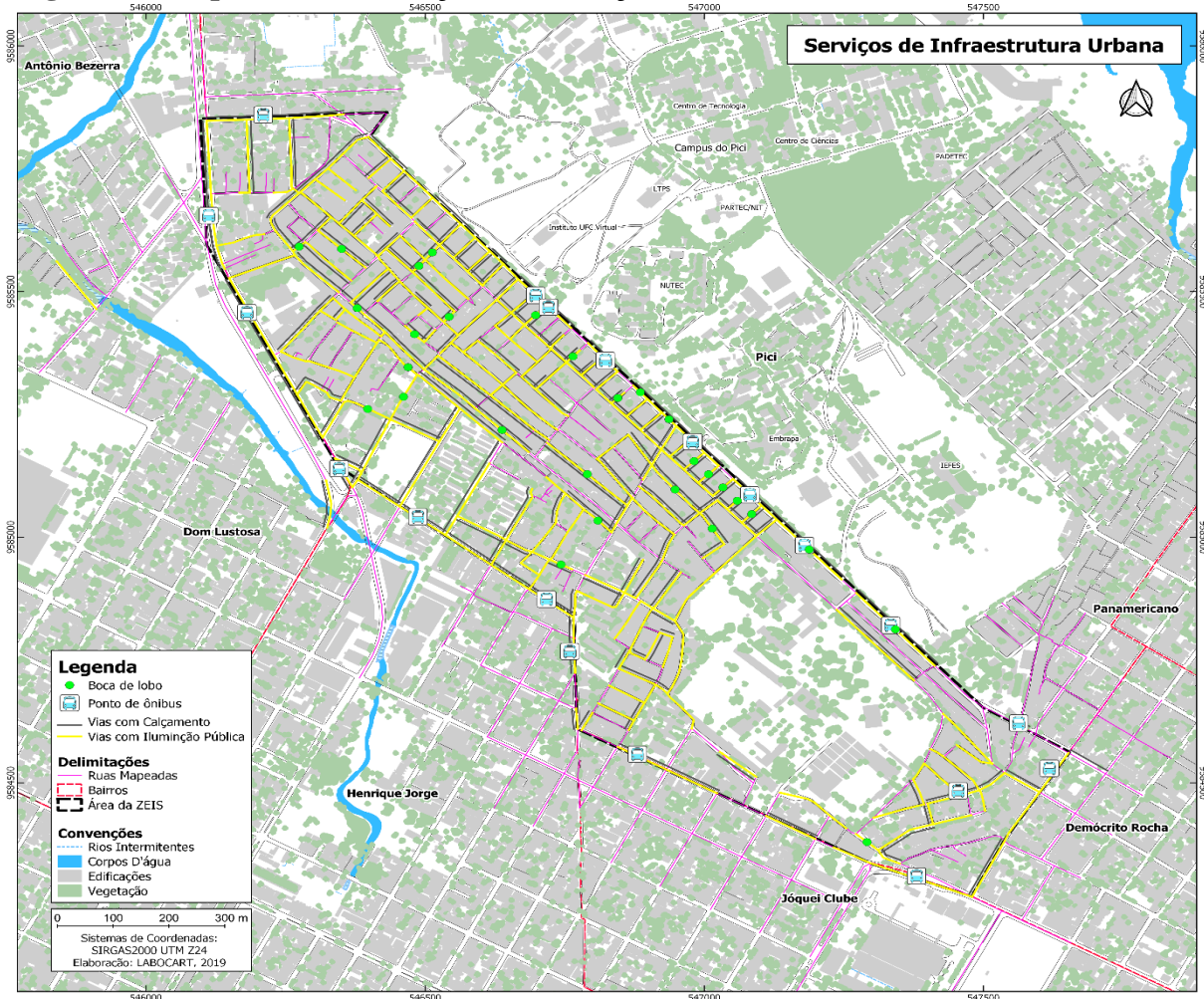
A construção de arranjos produtivos solidários, a partir dos empreendimentos identificados/mapeados na ZEIS Pici, mostra-se como um fator potencial de geração de trabalho e renda na comunidade, eis que permite a adoção de estratégias advindas dos próprios moradores, que se identificam nas condições econômicas cotidianas.

A participação do poder público deve, assim, estimular a organização produtiva comunitária, considerada indispensável ao desenvolvimento local: de um lado, em função do capital social envolvido e, de outro, pelo interesse social representado na ZEIS, que, além de ser espaço para atuação do poder público no combate à pobreza, tende a contribuir no processo geral de desconcentração econômica, considerado necessário por um número crescente de economistas, com variada orientação teórico-política.

Nesse ponto do Plano, é possível identificar alguns parâmetros para a geração de trabalho e renda na ZEIS Pici, que devem ser levados em conta pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) em parceria com outros órgãos, governamentais e não governamentais.

Destaque-se, em primeiro lugar, o déficit de infraestrutura (conforme Figura 7, a seguir), em resultado do qual se sugere a necessidade de investimentos públicos, devendo incluir, entre outros, segundo os/as participantes das oficinas de economia do PIRF/UFC, a reativação do Mercado e a construção do Cuca-Pici – obras com potencial de geração de renda durante o período de sua implantação e, sobretudo, a partir do seu funcionamento; ambos os equipamentos atuariam como polos aglutinadores tanto de consumidores, como de produção cultural e cognitiva.

Figura 7 – Mapa de Concentração dos Serviços de Infraestrutura Urbana na ZEIS Pici

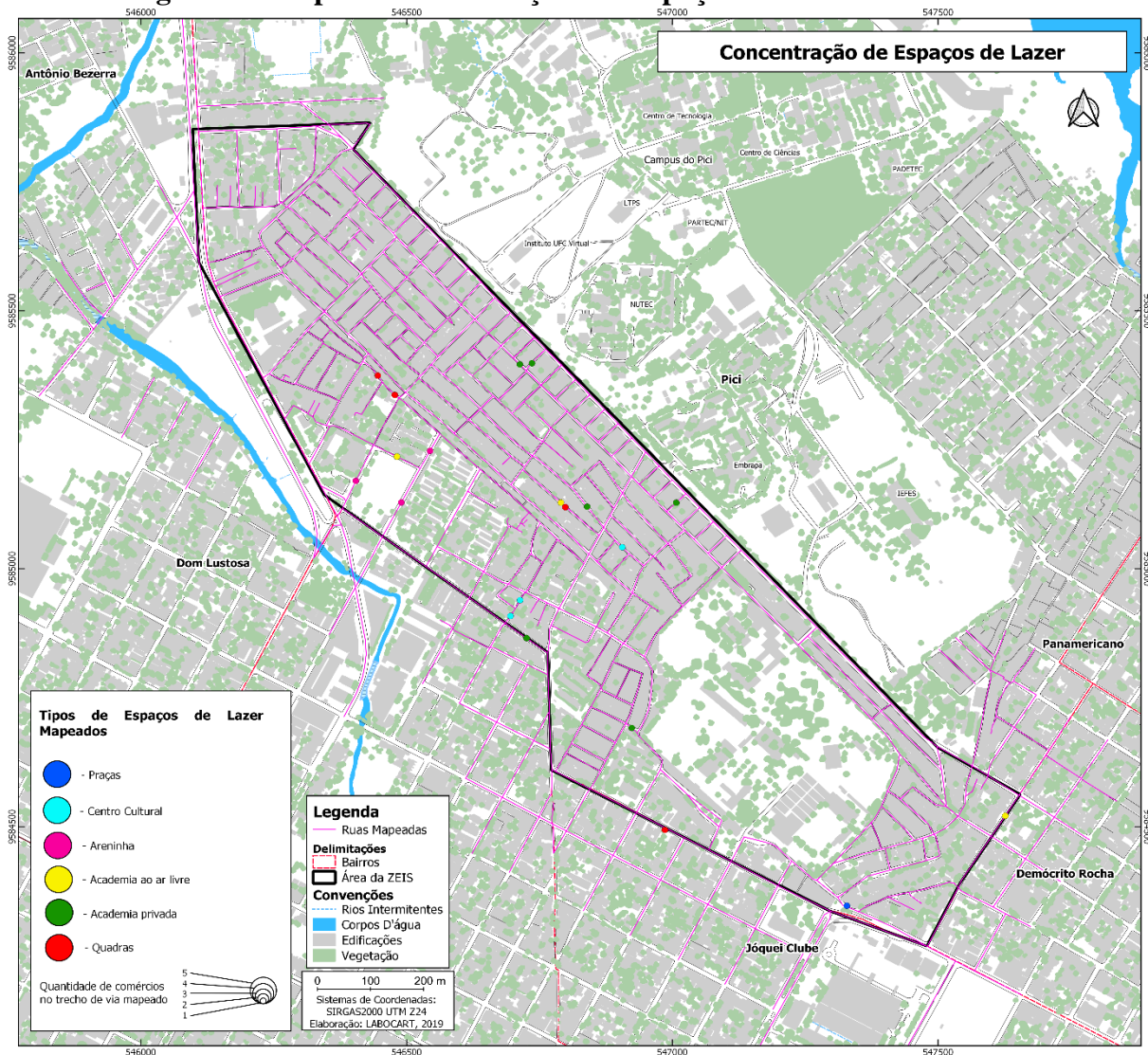


Fonte: PIRF/UFC – Equipe de Geografia, 2019.

Como se pode depreender da figura acima, a ZEIS Pici representa bem o conceito de assentamento precário, considerando elementos como a rede de pontos de ônibus, distribuídos apenas periféricamente no território; as bocas de lobo, praticamente ausentes em algumas áreas; ou o calçamento e a iluminação pública, em vários pontos, inexistentes. Tudo isso representa um conjunto de demandas da comunidade por ação do poder público, o qual deve atuar para superar o déficit de infraestrutura urbana na ZEIS Pici. Com isso, ao mesmo tempo em que se desencadeia diretamente a geração de trabalho e renda no território por meio da realização de obras públicas, potencializa-se as condições sociais e ambientais para o desenvolvimento econômico comunitário.

Deve ter o plano de geração de trabalho e renda, como primeiro pilar, a realização de obras públicas de infraestrutura, particularmente, na ZEIS Pici, em que predomina uma situação de déficit infraestrutural. Ressalte-se, ainda, no que diz respeito à infraestrutura local, o déficit de espaços de lazer, como se pode ver na Figura 8, a seguir.

Figura 8 – Mapa de Concentração dos Espaços de Lazer na ZEIS Pici



Fonte: PIRF/UFC – Equipe de Geografia, 2019.

No rol das condições infraestruturais para se desenvolver atividades econômicas encontra-se, ainda, a segurança pública⁵. Conforme se falou anteriormente, na ZEIS Pici, embora tenha diminuído a criminalidade em relação a vários tipos de crimes, houve aumento dos crimes sexuais, entre 2017 e 2019, de 15%. Não cabe aqui reunir todas as causas da violência urbana, mas afirmar que o aumento da mesma possui repercussões negativas em se tratando da geração de trabalho e renda. O aumento dos crimes sexuais pode, ademais, sugerir o recrudescimento do machismo e a quebra da igualdade entre mulheres e homens, historicamente necessária ao desenvolvimento econômico. Em termos das ações do poder

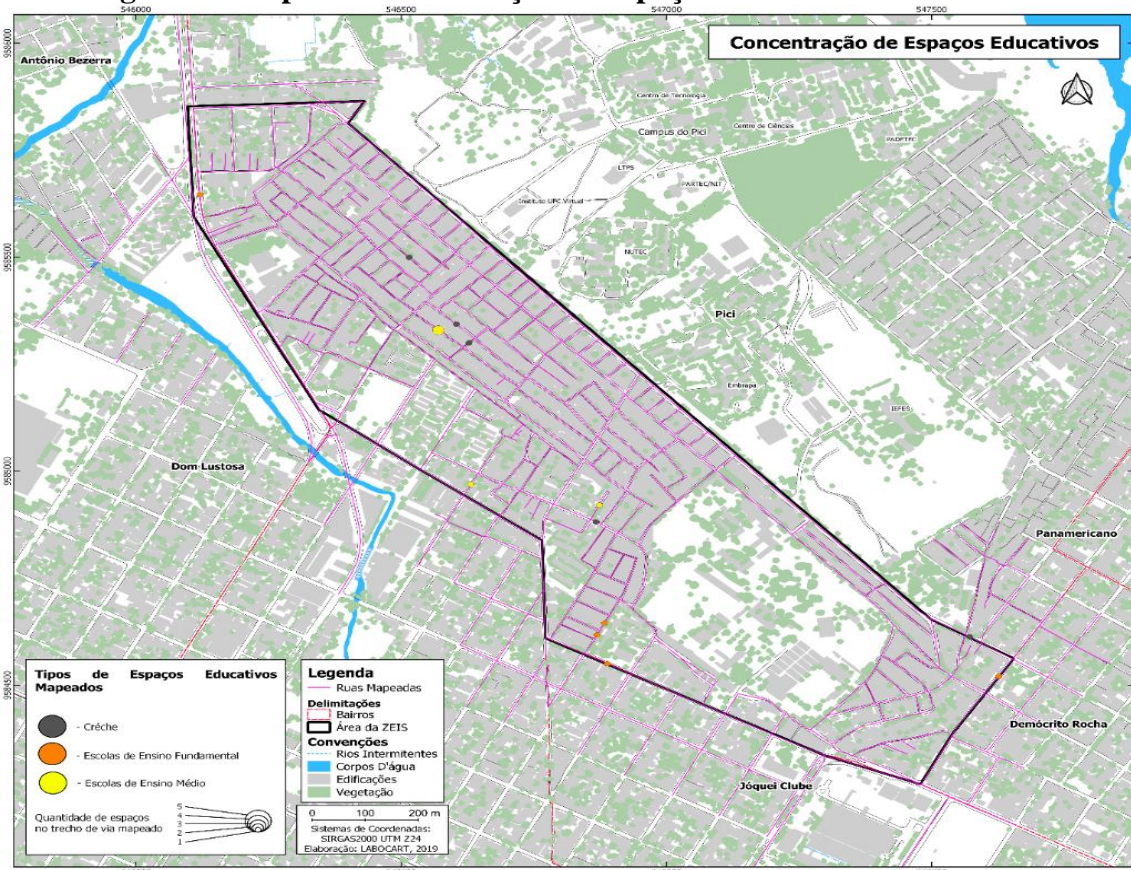
⁵ Tais políticas, tomadas aqui como primeiro eixo do processo de desenvolvimento econômico, serão analisadas com maior detalhamento nos Planos 5 (Urbanístico) e 7 (Participação Comunitária e Desenvolvimento Social) do PIRF/UFC.

público visando à geração de trabalho e renda, cabe, assim, sugerir a realização de investimentos em segurança pública, incluindo o combate à desigualdade de gênero. Um caminho, nesse último aspecto, já previamente trilhado, poderia se dar através do apoio ao trabalho de instituições como as, já faladas, Mulheres Brilho da Lua e ESCUTA.

Há de se observar, além do aspecto repressivo da questão criminal, também a sua dimensão cultural e cognitiva, da qual a escolaridade, embora seja um fator determinante, não encerra a questão em tela. A cultura, de maneira mais geral, possui influência central no que se refere a violência e segurança pública, possuindo, com isso, repercussões econômicas – ainda mais, quando a estratégia de desenvolvimento passa essencialmente pela organização comunitária e capital social.

A Figura 9, abaixo, destaca a concentração de Espaços Educativos na ZEIS.

Figura 9 - Mapa da Concentração de Espaços Educativos na ZEIS Pici



Fonte: PIRF/UFC – Equipe de Geografia, 2019.

Verifique-se, acima, a má distribuição espacial, além de um número reduzido de equipamentos educativos. Enquanto isso, apesar da proximidade física da UFC, existe uma grande distância entre a ZEIS Pici e a Universidade Pública, confirmada tanto pelos/as que

participaram das oficinas de economia do PIRF/UFC, como pelo que revelam os dados gerais a esse respeito, dispostos na Tabela 1, abaixo.

Tabela 1 - Escolaridade na ZEIS Pici

Escolaridade	Total
Ensino Superior Completo	2%
Ensino Superior Incompleto	3%
Ensino técnico	1%
Supletivo	1%
Ensino Médio Completo	23%
Ensino Médio Incompleto	19%
Ensino Fundamental Completo	11%
Ensino Fundamental Incompleto	32%
Sabe ler/escrever	2%
Não sabe ler/escrever	6%
Total Geral	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo PIRF/UFC, 2019.

Note-se que o baixo percentual de moradores com Ensino Superior Completo (2%) reafirma o aspecto de distanciamento da Universidade; embora, por outro lado, sejam relevantes os 3% de moradores com Ensino Superior Incompleto, bem como o coeficiente de correlação (R) entre Escolaridade X Idade (- 0,24), que demonstra uma relação inversa entre essas duas variáveis, sugerindo que os segmentos mais jovens estão acessando um maior nível de escolaridade – que aponta a possibilidade de, futuramente, se chegar a percentuais mais elevados de escolarização da população, incluindo o nível superior completo.

Cabe, assim, ao poder público estimular o aumento da escolaridade entre os moradores da ZEIS Pici, por se considerar a centralidade desse fator na geração de trabalho e renda; da mesma forma que o desenvolvimento cultural possui papel relevante nesse mesmo sentido. Diante disso, a formação educacional, complementada pela formação cultural se coloca como uma segunda dimensão de atuação das políticas públicas a fim de desenvolver economicamente o território da ZEIS Pici.

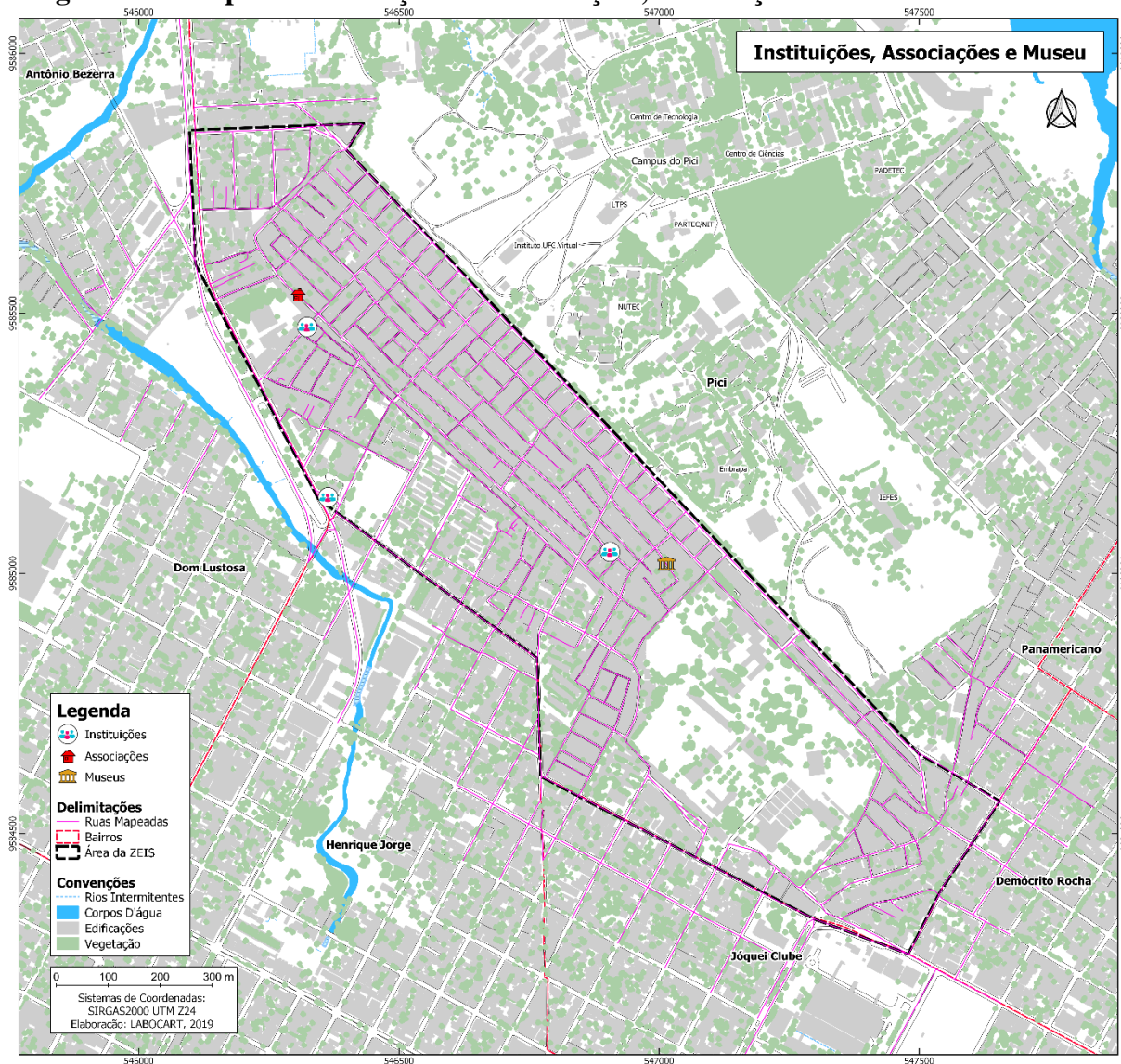
Importa potencializar a organização dos espaços educativos existentes, incluindo temáticas relacionadas ao trabalho e renda, economia solidária etc., até a criação de novos equipamentos públicos para abrigar projetos inovadores na área cultural e de educação. Há de se fortalecer o ensino básico, contando, por exemplo, com cursinhos comunitários e reforços escolares, até bolsas estudantis, visando ao acesso da juventude a níveis mais elevados de formação cultural e educacional.

Ainda no segmento de cultura e conhecimento, há de se incentivar a organização comunitária através de parcerias visando à realização de eventos culturais e cursos de formação profissional. Os espaços do Mercado e Cuca Pici serão, nesse sentido, de grande valia para sediar as atividades culturais e educativas, também como espaços de comercialização. Esse tipo de experiência integrando as três dimensões acima referidas existe, por exemplo, nos Feirões da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, realizados, anualmente, em Fortaleza. A experiência demonstra que os três aspectos se complementam e fortalecem, impulsionando o consumo de produtos locais, a produção de conhecimentos e atividades culturais, fortalecendo identidades coletivas e, como já se falou, a organização econômica local.

Não é demais lembrar, com relação ao papel da formação cultural e educacional da população em termos econômicos, a centralidade do conhecimento científico e tecnológico, bem como dos saberes culturais, para a obtenção de inovações produtivas, que assumem papel preponderante na viabilidade econômica dos empreendimentos. E, conforme as atividades culturais ganham importância também como atividades econômicas, no contexto do mercado global, cabe destaque para Fortaleza ter sido escolhida, pela Organização das Nações Unidas (ONU), como uma das 10 cidades criativas do mundo, abrindo espaço, ainda maior, de estímulo à cultura local no que se refere à geração de trabalho e renda.

Cabe considerar, ademais, a existência de alguns equipamentos culturais na ZEIS Pici, como demonstrado na Figura 10, a seguir.

Figura 10 – Mapa de localização das Instituições, Associações e Museus na ZEIS Pici



Fonte: Etnografia rua a rua PIRF-UFC

A existência das entidades acima relacionadas bem como os coletivos de Arte e Cultura, além dos segmentos econômicos alimentação, confecção e artesanato, a serem analisados no próximo item, no contexto dos segmentos econômicos que estiveram presentes nas oficinas de economia do PIRF/UFC, possuem elevado potencial criativo, conforme estimulados pelo poder público, ao passo que reforçam a perspectiva de uma ação de geração de trabalho e renda, ao mesmo tempo, integrada no campo da cultura e da formação técnica e científica em geral. Lembra-se ainda que, assim como o eixo de infraestrutura e segurança pública, o eixo de cultura e conhecimento também tem potencial gerador de trabalho e renda tanto direta como indiretamente, ou seja, na medida em que os investimentos em cultura e educação criam demanda para os serviços locais, de forma imediata, geram condições para o desenvolvimento ulterior das atividades econômicas existentes no território.

Nessa direção, deve-se observar a natureza das atividades econômicas existentes na ZEIS Pici, bem como sua interação com os eixos gerais aqui relacionados, começando pelo setor de alimentação, que representa 26% dos empreendimentos econômicos existentes na ZEIS Pici. Enfatize-se que esse setor poderá se beneficiar do processo de implantação das ações do governo, a exemplo de eventos culturais, educativos e de comercialização, como do “legado” dessa implantação. Considere-se, ainda, a possibilidade de fortalecimento de parcerias, como a que existe na ZEIS Pici com o curso de Gastronomia da UFC através de ações de extensão. Nesse rol, será também possível reunir instituições como Sebrae, Sesc, Senac ou outras Universidades e Institutos Federais, sem esquecer outras instituições do terceiro setor, a fim de garantir formação técnica e comercial continuada ao segmento de empreendedorismo da ZEIS Pici.

Além do segmento de alimentação, 31% dos empreendimentos econômicos da ZEIS estão definidos como outros serviços. Entre esses últimos, merecem destaque os setores de beleza, oficina e confecção, com grande predominância do primeiro, o qual, assim como o segmento de confecção, tende a sofrer estímulo direto de uma política de geração de trabalho e renda centrada na produção cultural e cognitiva.

Para o caso dos empreendimentos que pertencem ao comércio em geral, como Mercadinhos, Bodegas, Vendas de Água e Variedades, os mesmos tenderão a experimentar resultados positivos gerados com o dinamismo econômico ocorrido com a implantação do PIRF, ao passo que o planejamento participativo poderá integrá-los, posteriormente, ao processo de desenvolvimento econômico local.

Segue, a partir de agora, uma análise dos segmentos econômicos que participaram das oficinas de economia, organizados por APLs, com ênfase para a articulação dos mesmos, considerando a mobilização desses segmentos em torno da dimensão cultural e de conhecimento⁶. Uma política dessa natureza deve ser, ademais, complementada pela identificação dos efeitos da geração de trabalho e renda na ZEIS em termos de consumo, ao passo que a população deverá se organizar também nessa dimensão, por exemplo, através de cooperativas de consumo, estímulo ao consumo local etc. A organização financeira solidária também tende a reforçar o desenvolvimento local, enquanto essas duas dimensões (consumo e

⁶ Outras dimensões urbanas infraestruturais funcionam como pré-condição à geração de trabalho e renda, da mesma forma que essa última se coloca como elemento fundamental ao êxito das primeiras e, por isso, serão tratadas de forma integrada. Tais políticas, tomadas como um primeiro eixo do processo de desenvolvimento econômico, são analisadas com detalhamento nos Planos 5 (Urbanístico) e 7 (Participação Comunitária e Desenvolvimento Social) do PIRF/UFC.

finanças solidárias) conformam o terceiro eixo geral do plano de geração de trabalho e renda da ZEIS Pici.

As Ações de Formação de Habilidades Básicas, Específicas e de Gestão Profissionais da Força de Trabalho, presentes na Matriz de Planejamento de ações de geração de trabalho e renda, no eixo relacionado à formação, sugerem articulação da instância municipal junto ao Conselho Gestor da ZEIS, podendo também envolver os sindicatos, por categoria, na mobilização da mão de obra local para o processo de qualificação, visando sua empregabilidade em segmentos econômicos dentro e fora da ZEIS. Nesse momento, não foi realizado envolvimento mais próximo dos sindicatos, uma vez que a maioria dos empreendedores econômicos que compuseram os arranjos produtivos locais das ZEIS era formada por empreendedores informais, de categorias não organizadas em coletivos de classe, como os sindicatos. A ideia, portanto, é que esses últimos sejam incorporados ao processo durante a implementação do Plano de Geração de Trabalho e Renda, a partir da articulação com o Conselho Gestor da ZEIS, visando à mobilização dos/as trabalhadores/as locais para as atividades formativas, conforme planejado.

A participação do poder público, nesse caso, há de ser orientada centralmente para a realização de atividades de formação e sensibilização, relacionadas ao segundo eixo aqui reunido, criando, ainda, oportunidades de comércio, consumo e finanças solidárias.

Realizada a caracterização da ZEIS Pici, e definidos os pilares gerais do plano de geração de trabalho e renda do território em questão, serão apresentados os resultados das oficinas de economia do PIRF/UFC, das quais participaram alguns dos segmentos econômicos mais representativos da ZEIS em pauta. Serão elencadas as propostas específicas para o fortalecimento de cada segmento, sendo esse o quarto eixo do Plano, a partir do qual serão sintetizadas propostas de ação, particularmente na Matriz de Planejamento de ações de geração de trabalho e renda na ZEIS Pici.

4.2 Análise Diagnóstica dos Arranjos Produtivos Locais (APLs)

Primeiramente, é preciso destacar que a Visão de Futuro, os Valores e as Metas e Estratégias de atuação dos arranjos produtivos foram construídas de forma pedagógica e participativa a partir da compreensão de que a Visão de Futuro é a expressão de um desejo, ou seja, a definição de como e aonde se quer chegar dentro de um determinado tempo. Assim, a primeira reflexão que se fez no âmbito do diagnóstico foi nas oficinas I e II, utilizando e aprofundando a Matriz FOFA (ambiente interno – fortalezas e fraquezas, e ambiente externo

– oportunidades e ameaças) e confirmada nas oficinas III e IV que exploraram as temáticas do Planejamento estratégico e operacional e do Plano de negócio sustentável e solidário – conforme quadros apresentados a seguir.

4.2.1 Arte e cultura

Quadro 2 - Visão de Futuro, Valores e Metas e Estratégias de Atuação da Arte e Cultura

Visão de Futuro: Ser um espaço coletivo de organização da Arte e Cultura que gere oportunidades de trabalho e renda e contribua com o movimento cultural em defesa das necessidades e interesses da ZEIS Pici.

Valores: Organização; Compartilhamento; Democracia; Participação nas decisões; Formação social através da arte e cultura; e Identificação com a localidade.

Metas e Estratégias de Atuação: Se fortalecer, em conjunto com os/as demais produtores/as da ZEIS Pici e, em particular, dentro do próprio arranjo. Uma estratégia de atuação coletiva entre os arranjos produtivos locais é a reativação da Feira – realizada no Mercado – que, segundo os relatos de empreendedores/as, nas oficinas, era um ótimo espaço para vendas. Outra forma de desenvolvimento dos arranjos supõe investir, principalmente, em formação, particularmente, na área de marketing e divulgação. incluindo outras áreas, como gestão, e também o acesso às técnicas mais recentes no campo da Arte e Cultura.

Fonte: Dados das Oficinas PIRF/UFC - Economia, 2019

Quadro 3: Matriz FOFA - Ambientes Interno e Externo da Arte e Cultura

AMBIENTES	FORTALEZAS	FRAQUEZAS
INTERNO	<ul style="list-style-type: none"> - Espaços culturais organizados: Hip-hop (rapper); Teatro; Cordel e poesia; Música; DJ; Dança; Cultura popular; Eventos culturais; Formação artística; Resistência histórica; Reisado; Maracatu; Museu; Quadrilha junina; Ballet; Dança folclórica; Festas religiosas (Cristãs e de Matriz africana); Áudio e Artes visuais 	<ul style="list-style-type: none"> - Desarticulação - “Panelinha” da cultura - Não reconhecimento dos mestres - Profissionalização - Ausência de projetos
EXTERNO	<p style="text-align: center;">OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lei Rouanet (lei de incentivo à cultura) - Elaboração de projetos - Capacitação orientada para o Arranjo e - Organização coletiva 	<p style="text-align: center;">AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pouco financiamento estatal e privado - Desemprego/crise - Editais não são de simples compreensão - Burocracia

Fonte: Dados coletados nas oficinas do PIRF/UFC - Economia, 2019.

a) Caracterização e histórico

As populações de áreas periféricas das grandes cidades brasileiras têm enfrentado as precárias condições de vida e trabalho, sobretudo quando se ampliam as desigualdades

econômicas e sociais. Tal acirramento vem levando a crises urbanas e ambientais crescentes, com reflexos na economia. Propõe-se, portanto, criar condições para que os/as empreendedores/as que trabalham com Arte e Cultura na ZEIS Pici possam desenvolver, ainda mais, o seu trabalho e consigam, com apoio do poder público, produzir renda suficiente para viver com mais qualidade e dignidade.

Importa destacar que o setor da arte e cultura pode ser considerado um instrumento de luta e conscientização política que promove, através de uma forma lúdica, a construção de alternativas à ausência de políticas governamentais, evidenciando questões de forte apelo social (minorias, pobreza, sexualidade e outras). Nesse sentido, é preciso reconhecer este relevante papel formativo e, porque não dizer, organizativo. Diante disso, o poder público deve fortalecer esse segmento, visto que produz capital social no território, o que, em última instância, é a principal característica do APL de Arte e Cultura da ZEIS Pici.

Em relação ao aspecto histórico, pode-se dizer que o movimento artístico e cultural da ZEIS Pici se confunde com a própria história da comunidade. Iniciou-se a partir da influência da Igreja Católica no território, através de instituições, tais como o Espaço Cultural Frei Tito de Alencar (ESCUA), movimento ligado aos setores progressistas da mesma, com a proposta de evangelizar refletindo e atuando em relação aos problemas sociais.

Com o passar do tempo, a arte foi tomando novos espaços e ampliando sua zona de atuação cultural, conquistando artistas consagrados no âmbito estadual, como os professores de teatro Graça Freitas e Souto, ganhando incentivos, por intermédio de projetos de apoio e fomento de instituições nacionais como, por exemplo, a ONG Diaconia, que financiou o “Círculo de Cultura Brincante” nos anos 2000. A partir disso, quadrilhas juninas, danças populares e folclóricas, grupos de teatro, bandas de pré-carnaval, cinema, teatro de cordel e música, dentre outras atividades culturais, foram surgindo na comunidade, buscando divulgar a arte e apresentar uma forma de sobrevivência e militância cultural.

b) Descrição dos produtos/serviços

A ZEIS Pici apresenta uma produção artística e cultural relativamente diversificada, incluindo espaços culturais organizados em torno de atividades como: hip-hop, teatro, palhaço, cordel e poesia, música, DJ, artes visuais. Outras práticas, com ênfase na cultura popular, também são organizadas, a exemplo do reisado, maracatu, quadrilhas juninas e danças folclóricas. No campo da dança, merece destaque o balé e, nos eventos culturais, as festas religiosas (cristãs e de matriz africana). Essa ZEIS também reúne um museu, além de

trabalhar fortemente a questão da identidade histórica como parte da própria resistência territorial local.

Além das referidas atividades, desenvolve-se também uma diversificação em termos da própria cadeia produtiva da arte e cultura, considerando a atividade de formação em torno do segmento. Ressalte-se que esse setor assume, ainda que parcialmente, a tarefa de formação técnica da sua base de (re)produção. Em se tratando dos fornecedores desse segmento de arte e cultura, embora caiba uma distinção entre equipamentos e matérias-primas, o acesso aos insumos não demonstra ser o principal obstáculo para a produção, pelo menos de forma mais imediata. Já a formação em áreas de produção artística com presença de um maior conteúdo tecnológico parece ser um obstáculo maior. A maior dificuldade relatada do setor parece estar ligada à necessidade de valorização do próprio trabalho artístico e cultural, incluindo os mestres da cultura, seja por fatores culturais, políticos, econômicos, mas também por fatores conjunturais.

Com base nas informações coletadas, foram identificadas as principais características do arranjo produtivo, que tem enorme potencial de desenvolvimento, tendo em vista que, na ZEIS Pici, existe uma vasta quantidade de grupos que produzem arte e cultura há décadas. Segundo a ONU, a cidade de Fortaleza entrou para a lista da Rede de cidades criativas da UNESCO e esse é um fator de extrema importância para a valorização da arte e cultura local.

Existem vários locais em Fortaleza onde a cultura e a arte podem ser dinamizadas. Por exemplo, a Estação das Artes é uma das principais ações do Governo do Ceará, por meio da Secretaria de Cultura do Ceará (Secult), para o desenvolvimento da cultura na cidade de Fortaleza. O projeto foi concebido em consonância com as diretrizes do planejamento estratégico Fortaleza 2040 e ocupará o prédio principal, demais edifícios e áreas do entorno da antiga Estação João Felipe na região central.

Há, ainda, os editais de arte e cultura lançados pela Prefeitura de Fortaleza por meio da Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza (Secultfor). O Edital das Artes é distribuído geralmente nas seguintes linguagens: Artes Visuais; Moda; Fotografia; Audiovisual; Literatura; Música; Teatro; Dança; Circo; Cultura Tradicional Popular; Humor; Mídia Digital; e Artesanato.

O referido Edital das Artes de Fortaleza estimula a produção e a promoção das atividades artísticas, no âmbito do município, além de fomentar a programação artística em espaços públicos e privados, nos diversos territórios da capital cearense. Entretanto, parece haver uma distância entre os editais em questão e os/as empreendedores/as de Arte e Cultura

da ZEIS Pici. As narrativas mais recorrentes dos interlocutores de campo foram: “há pouco financiamento estatal e privado” ou, ainda, os “Editais não são de simples compreensão”, ou seja, há de se ampliar o acesso desse segmento às políticas públicas.

Os relatos também se referem à Lei Rouanet como uma oportunidade para a produção de arte e cultura na ZEIS Pici, a partir da qual se poderiam propor projetos e ações de Incentivo à Cultura nas escalas municipal e estadual. Nesse contexto, o arranjo arte e cultura encontra dificuldades de se fortalecer do ponto de vista econômico, existindo, no entanto, em alguma medida, possibilidades de fomento disponíveis em âmbito estadual e municipal.

c) Análise financeira

Os resultados apontaram dificuldades em fazer uma rotina financeira ou uma contabilidade para esse arranjo, não havendo uma organização das informações detalhadas, até por se tratar de uma atividade normalmente exercida em tempo parcial. Também não existe, do ponto de vista da gestão financeira, distinção entre os ganhos com o negócio, o que é fluxo de caixa ou recursos, por exemplo, empréstimos/crédito (Crediamigo, cartão, cheque especial, dinheiro emprestado), e o que é recurso privado. Mesmo com poucos incentivos, há diversidade e qualificação da produção artística. Essa é, portanto, uma atividade que pode ampliar a geração de trabalho e renda nas condições atuais da ZEIS Pici e de Fortaleza.

Por fim, ressalte-se a relevância de ampliar o acesso da população à formação em áreas como educação financeira, administrativa, jurídica, contábil, além de informática básica, entre outras. Outro ponto é a necessidade de acesso ao crédito em condições adequadas ao segmento econômico dos/as empreendedores/as da ZEIS, sobretudo, em termos de taxas de juros e carência.

d) Análise operacional

Os movimentos culturais da ZEIS Pici têm reconhecimento por parte da população local, tendo sido sublinhada a qualidade em seus projetos, além de possuir espaços culturais organizados, com eventos culturais sistemáticos. À dificuldade de elaborar projetos, soma-se uma limitação em termos da realização do planejamento de forma estratégica e operacional. Tais limitações se ligam, mais concretamente, às atividades meio, tais como gestão financeira, elaboração de projetos e plano de negócio. O segmento de

propaganda/divulgação também carece de incremento, passando pela formação e pelo acesso a equipamentos adequados; já no que se refere à atividade fim, explicita-se como um problema concreto o caso das produções artísticas que demandam a utilização de mais recursos tecnológicos, a falta de equipamentos mais modernos, além da formação para atuar com os mesmos.

Importa, ademais, considerar que o montante obtido com a atividade permite, quando muito, “complementar a renda familiar”, observando-se que se trata de um segmento de baixa rentabilidade, segundo relataram os interlocutores locais. Nesse sentido, os profissionais se ressentem de não haver políticas públicas suficientes e adequadas ao setor, marcadamente no atual contexto nacional, ainda que tenha havido referência ao compromisso de algumas empresas privadas com a livre manifestação artística e cultural, contribuindo com grupos independentes através da Lei Rouanet. Entretanto, a maioria afirma a importância de um planejamento mais profissionalizado, a fim de superar as dificuldades de acesso às políticas públicas, incluindo os editais. Nesse sentido sugerem que as Leis de incentivo à cultura local sejam implementadas em nível municipal e estadual. Importa também destacar as parcerias, a fim de fortalecer o aprendizado, a cooperação e a solidariedade, oportunizando intercâmbios materiais e simbólicos entre os integrantes do referido APL.

Em última instância, as sugestões de geração de trabalho e renda contidas no presente Plano devem incidir sobre cada empreendimento individualmente, propondo elevar sua formação e capacidade técnica, conhecimento e poder de promover ações inovadoras, especialmente porque se trata de um ambiente produtivo bastante identificado com a economia criativa, já bastante difundida nos meios institucionais e que tem Fortaleza como uma cidade reconhecida internacionalmente pela criatividade. Essa chancela poderá ampliar possibilidades de reconhecimento dos artistas e as práticas aqui referidas, sendo que esse trabalho deve se dirigir a fortalecer as relações entre os indivíduos e, também, em meio a seus respectivos empreendimentos.

Criar capital social é um elemento chave do processo de desenvolvimento de capacidades individuais e é o que se pretende estimular através da noção de arranjo produtivo, respeitando, ao mesmo tempo, a individualidade de cada empreendimento, porém propondo a identificação de atividades comuns. Nessa direção, pode-se afirmar que, durante as oficinas de Economia do PIRF/UFC, os/as empreendedores/as entenderam a proposta e chegaram a firmar suas próprias parcerias, de forma autônoma. No plano institucional, fica o desafio de garantir os recursos necessários para a implementação do plano localmente – fato que é recorrente nas falas dos moradores. Uma instituição que já se dispõe a colaborar com o

desenvolvimento de atividades formativas é a UFC, marcadamente através dos seus projetos e ações de extensão e pesquisa.

Uma atividade ou parceria surgida a partir desse processo do PIRF, envolvendo a UFC, foi a organização do II Seminário Cearense de Economia Solidária, além da participação dos/as empreendedores/as da ZEIS no 18º Feirão de Economia Solidária e Agricultura Familiar, organizada pela Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES). O trabalho, agora, permanece por parte dos/as empreendedores/as locais e de seus parceiros para que se possa atingir desde um nível de formação e organização maior entre os mesmos até o acesso aos investimentos públicos e privados necessários à consolidação do setor de produção criativa de arte e cultura da ZEIS Pici, tornando, com isso, os recursos públicos destinados a promover a geração de trabalho e renda em uma localidade social e ecologicamente vulnerável, com potencial inovador.

e) Marketing e comercialização

De acordo com o relato dos/as empreendedores/as, há falta de formação sobre como impulsionar a divulgação de projetos e eventos através das redes sociais, embora já utilizem *Instagram*, *Facebook* e comunicação oral para divulgar suas atividades. Também necessitam de formação em elaboração de projetos, contendo informações sobre como conseguir “vender” seus bens culturais (produtos/serviços). Verifique-se, ainda, um contexto de crise econômica nacional e internacional e de redução de recursos públicos e privados destinados ao setor (aspecto conjuntural), além da indisposição do público local para pagar pelo produto artístico e cultural (aspecto estrutural). Diante desse contexto, os/as empreendedores/as da ZEIS Pici, durante a realização das oficinas⁷, citaram os principais desafios ao desenvolvimento do APL e também algumas propostas de ação, sistematizada na Matriz de Planejamento Operacional apresentada mais à frente.

⁷ Cabe ressaltar que a duração/espaço das oficinas, dadas as condições encontradas pela equipe de Economia para desenvolver seu trabalho, foi dividida em dois momentos, sendo a primeira parte da atividade (aproximadamente, 1h30min) dedicada ao aprofundamento teórico, enquanto a segunda parte era voltada ao levantamento das informações que serviram de base à construção do Plano de Geração de Trabalho e Renda aqui sistematizado.

4.2.2 Alimentação

Quadro 4 - Visão de Futuro, Valores, Metas e Estratégias de Atuação da Alimentação

Visão de Futuro: Promover a produção e a venda, em maior escala, de lanches e pequenas refeições

Valores: Confiança e Preço justo.

Metas e Estratégias de Atuação: Reunir os interessados para promover uma organização. Produzir alimentação para venda de lanches.

Fonte: Dados coletados nas oficinas do PIRF/UFC - Economia, 2019.

Quadro 5 - Matriz FOFA: Problemáticas e soluções para arranjo Alimentação

AMBIENTES: Interno e Externo	Possíveis SOLUÇÕES
- Criminalidade	- Conscientização dos jovens, trabalhando com a juventude. Mais locais como o Cuca, onde existe uma concentração de pessoas, aumentando a sensação de segurança e a demanda. Aumentar o policiamento, políticas de lazer e cultura. Um local mais sociável reduz a criminalidade.
- Acesso insuficiente e inadequado as Políticas Públicas, incluindo o crédito	- Políticas públicas mais presentes e eficientes como o carrinho da Prefeitura; mais formações para trabalhar com outras tecnologias, máquinas, redes sociais, entre outras. - Aumentar as oportunidades de crédito para a compra de novas máquinas visando à redução dos custos como água, luz e gás.
- Tecnologia	As tecnologias têm o intuito de dar mais qualidade ao arranjo fazendo aumentar a estrutura, a produção e a comercialização. O crédito também é de extrema importância.

Fonte: Dados coletados nas oficinas do PIRF/UFC - Economia, 2019.

a) Caracterização e histórico

A crise econômica que o país tem experimentado levou a um aumento do desemprego e a busca por novas alternativas de renda. Mesmo aqueles que permanecem empregados têm sido atraídos pela possibilidade de uma renda extra e um dos setores que mais tem atraído os/as novos/as empreendedores/as é o da alimentação.

Na ZEIS Pici, encontram-se diversos/as empreendedores/as que optaram por essa área e que realizam um trabalho com os demais voltados para as mesmas atividades. Eles/as estão organizados e conscientes de suas metas.

O arranjo alimentação é um dos mais antigos do território/ZEIS Pici, surgindo em meados da década de 1980.

Experiências de cursos sobre a atividade culinária também foram realizadas em parceria com órgãos da Prefeitura Municipal. Depoimentos dos/as empreendedores/as locais indicam que esses cursos contribuíram para melhorar as técnicas de pensar, processar e vender os alimentos na condição de atividade informal.

Há, por parte de alguns moradores, a intenção de organizar um negócio próprio com o intuito de enfrentar as dificuldades de sobrevivência, em face da crise do desemprego e do alto custo de vida. São produzidos bolos, salgados, “pratinhos⁸”, tapioca, entre outros. A comercialização se dá em espaços no próprio bairro e também fora dele. Segundo o relato de uma empreendedora local, que entrou no arranjo há dois anos, a ZEIS Pici apresenta outro espaço de comercialização com possível aumento na demanda com a criação do equipamento Cuca-Pici.

b) Descrição dos produtos/serviços

PRODUTOS/SERVIÇOS	FORNECEDORES
Café e sucos	Pequenos mercadinhos locais
Tapioca	Lojas de atacado (Assaí, Cometa, Makro, Atacadão)
Cuscuz	Lojas de atacado (Assaí, Cometa, Makro, Atacadão)
Salgados diversos	Lojas de atacado (Assaí, Cometa, Makro, Atacadão)
Picolé	Fábricas locais
Lanches	Lojas de atacado (Assaí, Cometa, Makro, Atacadão)
Cereais	Lojas de atacado (Assaí, Cometa, Makro, Atacadão)

Fonte: Dados coletados nas oficinas do PIRF/UFC - Economia, 2019.

c) Análise de mercado

O arranjo produtivo alimentação, que já é bem desenvolvido na ZEIS Pici, tem boas possibilidades de desenvolvimento mediante fomento de um projeto da Prefeitura denominado de “Meu carrinho empreendedor”, que busca fornecer um carrinho para o vendedor que fizer o seu devido cadastro. Nesse sentido, é importante destacar que, segundo uma matéria no Diário do Nordeste, publicada em julho de 2019, mais da metade das franquias no Ceará é do ramo de alimentação ou beleza, e isso reflete, de certa forma, a realidade da ZEIS Pici, tendo em vista que o bairro possui ambos os segmentos.

⁸ Expressão popular para pequenas porções de comidas, vendidas em pratos descartáveis, a preços populares, em locais públicos, principalmente feiras e eventos, mas também nas calçadas das casas dos/as empreendedores/as.

Uma maneira de integrar os arranjos produtivos locais da ZEIS Pici é através da reativação da feira local que, de acordo com o que foi relatado nas oficinas, era um ótimo local para vendas. Outra forma de desenvolver o arranjo produtivo da alimentação e que representa uma demanda mais ou menos geral identificada nos demais APLs da ZEIS Pici é investir em propaganda e marketing, visando a uma melhor imagem e divulgação dos produtos.

As atividades de ambulantes, principalmente as vendas nas calçadas de casa, carrinhos de lanches, marmitarias e similares, são consideradas desorganizadas, mas não apresentam dificuldades com os concorrentes.

As principais fortalezas apontadas nas oficinas foram o fato de a alimentação se constituir numa necessidade básica do ser humano; outro ponto citado foi a qualidade dos alimentos, o atendimento, a higiene e a flexibilidade nos meios de pagamento. Demonstram, portanto, que possuem, no mínimo, a consciência das variáveis fundamentais a serem destacadas no ramo em que atuam.

Quanto às oportunidades a serem abertas pela construção de um arranjo produtivo, foram destacadas: propaganda, cursos profissionalizantes e parcerias. Ressalte-se que, entre as principais fraquezas (internas) apontadas, estão: vender “fiado”, a carência de capacitação na área, inclusive para novos produtos, visando a diversificar a produção, e a falta de atenção com as boas práticas em alimentação. Entre as ameaças, foram observadas a matéria-prima cara, a falta de segurança nos espaços públicos onde ocorre a comercialização e as dificuldades de deslocamento.

d) Análise financeira

Os resultados da pesquisa apontaram muitas dificuldades dos/as empreendedores/as em organizar uma rotina financeira, a contabilidade dos gastos, dos investimentos, crédito e fluxo de caixa ou estoque, não havendo, ademais, uma organização das informações detalhadas. O que foi debatido por eles quanto à questão financeira é que os maiores gastos acontecem com matéria-prima e insumos (energia, água, gás etc.).

Quanto ao fluxo de caixa, não existe a contabilidade daquilo que é receita ou daquilo que é lucro. Em relação ao crédito, alguns interlocutores afirmaram que já conseguiram acessar principalmente o microcrédito. Outros afirmaram haver a necessidade de capital de giro para expandir os negócios (tanto para compra de matéria-prima, maquinários,

quanto realizar cursos/capacitação etc.). Alguns disseram obter recursos financeiros via Crediamigo, mas relataram dificuldades de pagamento ou divergência no valor.

e) Análise operacional

Os/As trabalhadores/as do ramo de alimentos da ZEIS Pici disseram trabalhar até 12h por dia, mas enfatizaram que o retorno é baixo, principalmente porque há perdas (produtos que não são vendidos, ou porque a demanda foi menor que a expectativa ou porque não houve um planejamento prévio). Constou-se baixa produtividade e, como resultado, pouco rendimento e baixos ganhos.

O trabalho na produção de alimentos não usa técnicas para reduzir desperdícios e nem melhor aproveitamento dos alimentos/matéria-prima (formação ou capacitação sobre sistemas alimentares, o uso da criatividade atrelada à sustentabilidade, boas práticas para manipulação de alimentos e nutrição/dieta orientada, como: orgânica, cetogênica, *low carb*, etc., poderiam, via cursos ofertados pelas organizações do Sistema S (a exemplo do Senai e Senac)), por exemplo, melhorar a produtividade e agregar valor aos seus produtos.

f) Marketing e comercialização

A formação de preços, segundo os participantes, é definida considerando a concorrência, baseada nos valores dos insumos e na margem de lucro estabelecida no “olhômetro”. Ou seja, não há uma sistematização das informações e nem controle contábil.

A principal forma de divulgarem seus produtos é anunciando-os verbalmente e, às vezes, usando mídias sociais, como *WhatsApp*, *Facebook* e *Instagram*.

Os principais demandantes de seus produtos são a própria comunidade e a família. Mas, às vezes, eles se deslocam para eventos ou localidades próximas à comunidade, como a Areninha e as festas religiosas que acontecem periodicamente.

4.2.3 Artesanato

Quadro 6 – Visão de Futuro, Valores e Estratégias de Atuação do Artesanato

Visão de Futuro: Expandir a área de alcance do artesanato proveniente do Pici para outros bairros, cidades e estados do Brasil, de forma coletiva.

Valores: Amor, dignidade, cooperação, criatividade, força de vontade e capacidade.

Metas e Estratégias de Atuação: reconhecido pela habilidade de manuseio de materiais, como madeira, tecido, couro, dentre outros. Reconhecimento da cultura.

Quadro 7 – Matriz FOFA: Ambientes Interno e Externo Artesanato

AMBIENTE S	FORTALEZAS	FRAQUEZAS
INTERNO	<ul style="list-style-type: none"> - Habilidades bem desenvolvidas - Diversidade da produção - Boa organização coletiva - Partilha de conhecimento entre grupos - Atividades possibilitam ter uma renda própria 	<ul style="list-style-type: none"> - Pouca capacidade de gestão - Imediatismo - Acomodação por parte de algumas pessoas - A maioria é mulher, assim, o trabalho no setor concorre com as demandas domésticas
EXTERNO	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso a capacitação pelos projetos e programas públicos existentes - Preservação dos saberes passados de geração em geração 	<ul style="list-style-type: none"> - Crise financeira e aumento dos preços da matéria-prima e insumos, encarecendo os produtos

Fonte: Dados coletados nas oficinas do PIRF/UFC - Economia, 2019.

a) Caracterização e histórico

O artesanato da ZEIS Pici vem se organizando coletivamente já há algum tempo. Esse arranjo é formado por empreendedores/as individuais que realizam suas atividades em maior ou menor grau no contexto coletivo. O trabalho realizado pela equipe do PIRF tem fortalecido os laços e as parcerias profissionais. Atualmente, o grupo tem feito um movimento de ações coletivas para 2020.

O arranjo produtivo tem uma expressão muito forte e visível na ZEIS Pici. Ele surge em meados de 1990, como uma forma de conhecimento tradicional, passado de geração para geração, com forte influência da religião católica.

É uma atividade desenvolvida, na sua maioria, por mulheres com a intenção de contribuir na complementação da renda familiar. Importante registrar algumas das razões que fizeram esse arranjo ganhar força e expressão histórica na referida ZEIS. Uma delas refere-se à participação da comunidade em cursos oferecidos por órgãos da Prefeitura Municipal de

Fortaleza ou entidades não governamentais que dispunham, inclusive, de espaços físicos. Outra razão está na característica do próprio arranjo por oportunizar espaços para troca de conhecimento e convivência.

Ao longo desse período, nasceu um grupo produtivo chamado Brilho da Lua, com influência e apoio da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES) e que, mais recentemente, passou a integrar a Rede Estrela de Comercialização Solidária. As mulheres participantes do Grupo Brilho da Lua se reúnem toda semana para produzir bonecas de pano e seu espaço de comercialização de forma coletiva se dá por meio das feiras nos terminais de Fortaleza. Uma parte da produção, feita individualmente por algumas mulheres, é vendida em espaços identificados pelas próprias mulheres com registro de boa aceitação e preço justo.

Atualmente, outros tipos de artesanato estão presentes na ZEIS Pici, tais como artigos para decoração, produção de artesanato indígena (como arco e flecha, colares, pulseiras, entre outros) e artigos diversos produzidos através da reutilização de materiais como garrafa PET.

b) Descrição dos produtos/serviços

O arranjo produtivo do artesanato na ZEIS Pici reúne uma diversidade de produtos. Dentre as tipologias identificadas, está o trançado em palha, bordados a mão, bordados em crochê, dentre outros artigos para presentes. Lista-se, no Quadro 8, alguns dos produtos, os quais têm níveis de participação diferenciados dentro do arranjo, como mostrado abaixo. As bonecas se destacam como principal produto entre os/as empreendedores/as, seguida dos bordados a mão e em crochê, em artigos de cama, mesa e banho. Os artigos para decoração em geral e para datas comemorativas como Natal, Páscoa e Carnaval também possuem importante participação no arranjo produtivo.

Quadro 8 - Produtos que compõem o arranjo Artesanato

Produto	Descrição
Bonecas	Bonecas de pano com diversos tamanhos e formatos.
Bordados a mão e em crochê	São bordados e pinturas, assim como crochê.
Fuxico	O fuxico é aplicado em peças, para tapetes e até mesmo bonecas.
Artigos para decoração com material reciclado	São artigos para decoração da casa em geral, peças especiais para Natal e outras festas anuais.
Artesanato indígena⁹	As peças são típicas do dia a dia indígena, como cocás, colares, chocalho, dentre outras.

Fonte: Dados levantados nas oficinas do PIRF/UFC - Economia, 2019.

A produção de artesanato indígena tem boa representatividade na comunidade, buscando dar continuidade à arte do povo nativo cearense. Artigos como arco e flecha, colares, pulseiras e trançados são comercializados localmente, assim como levados a feiras e exposições estaduais e nacionais.

Apesar de o Pici ser reconhecido pelos próprios artesãos como uma área de comércio diversificado, no fornecimento da matéria-prima e insumos necessários para produzir sua arte, os artesãos preferem trabalhar com fornecedores de outros bairros, em especial o Centro. Esse fato está associado aos preços de insumo em nível local não serem competitivos. Além disso, alguns dos itens demandados pelos/as empreendedores/as não são ofertados por fornecedores locais. Sendo assim, existe um custo de logística que reflete no preço final do produto oferecido aos consumidores.

Também se identificou que não existe uma forma de organização para a compra coletiva da matéria-prima e insumos. Apesar disso, observou-se uma articulação embrionária para formação de coletivos de compras de matéria-prima. No mais, os/as empreendedores/as envolvidos nesse arranjo compreendem a importância de implementar um programa de logística reversa, efetivando-se por meio de uma parceria com o arranjo da confecção. Tal possibilidade ocorre com o aproveitamento de sobras de tecidos da confecção.

c) Análise de mercado

O segmento artesanal no Brasil tem, nos últimos anos, se destacado pelo seu potencial de ampliação da capacidade produtiva, passando a ser reconhecido como fonte de emprego e renda (SANTOS, 2007). Reconhecido como uma atividade econômica em expansão, o artesanato se destaca pela grande produção na região Nordeste. No Ceará, o

⁹ Esse artesanato é produzido pelos índios Tapeba, residentes do município de Caucaia e comercializado por um empreendedor da comunidade comprometido com a causa indígena.

artesanato é reconhecido pela grande diversidade de seus produtos. O segmento tem sido alcançado por iniciativas do setor público e privado que apoiam e contribuem para o fortalecimento da atividade no mercado. Como exemplo disso, tem-se a Central do Artesanato do Ceará (Ceart), a qual, desde a década de 1980, promove a comercialização do artesanato cearense, e o SEBRAE, que atua na capacitação de artesãos, incubação e assistência técnica de empreendimentos nesse segmento.

Na ZEIS Pici, dentre os arranjos identificados, o artesanato ocupa importante posição em termos de organização para participação no mercado, contando com a presença de grupos que se reúnem para, de forma parcial ou completa, produzir e realizar suas compras coletivamente. Como exemplo dessa prática, viu-se o grupo Brilho da Lua, que compõe a Rede Estrela de Comercialização Solidária. Nesse último grupo, as empreendedoras participam coletivamente de feiras e costumam participar de capacitações para aprimoramento da qualidade dos produtos com regularidade.

✓ **Fortalezas**

A maioria das pessoas envolvidas no artesanato é mulher, as quais se reconhecem como mais criativas e habilidosas nesse ofício do que os homens. Essas características melhoram a qualidade do produto. O nível de organização coletiva das/os empreendedoras/os no arranjo fortalece a troca de experiências e conhecimentos entre elas/es, o que tem sido favorável aos princípios do solidarismo e autogestão, assim como na comercialização do produto. Um exemplo disso são algumas artesãs que estão mais envolvidas na organização de feiras, as quais têm a boa prática de organização do fluxo de caixa. Essas empreendedoras compartilham os seus conhecimentos com aquelas que são desorganizadas nessa área.

Outra ação que fortalece o segmento do artesanato é a parceria com a Prefeitura e outros órgãos. As/Os empreendedoras/es mencionam que as parcerias têm tornado seus produtos mais visíveis no mercado, uma vez que recebem esse apoio governamental.

✓ **Oportunidades**

Do ponto de vista demográfico, as/os empreendedoras/es consideraram o alto fluxo de pessoas no bairro como uma oportunidade de crescimento para o arranjo. Além disso, na comunidade, muitas pessoas, especialmente as mulheres, possuem habilidade para diversas tipologias de artesanato (crochê, tapetes, pinturas, bonecas de pano, feltro). Quanto

ao ambiente econômico, as/os empreendedoras/os afirmam que o artesanato proporciona um complemento da renda familiar, ao mesmo tempo em que dá oportunidade às mulheres de ter sua própria renda. No artesanato, todas/os as/os empreendedoras/os reconhecem a existência de políticas públicas que beneficiam o arranjo, ao passo que promovem capacitações que contribuem para o aumento da qualidade dos produtos.

A formalização dos empreendimentos fornece, entre outras coisas, a condição de emissão de nota fiscal para os consumidores, assim como ter o acesso mais fácil a melhores preços do mercado varejista. No ambiente tecnológico, esse arranjo é beneficiado pelo acesso a tecnologias na *internet* que oportunizam o fácil acesso a técnicas de pintura, costura, dentre outras. Tudo isso permite variar a mercadoria e a qualidade do produto. Mesmo quando duas pessoas produzem boneca, por exemplo, “estas nunca serão iguais”, porque “algumas artesãs usam um tecido melhor ou suas bonecas têm um formato inovador”, explicam. A própria organização coletiva é uma oportunidade para o artesanato, uma vez que os custos de participação nos eventos são reduzidos e a área de atuação do/a empreendedor/a é ampliada.

Existe uma postura ética na forma de ensinar a outras/os artesãs/os sobre como melhorar seu produto, sem desqualificar o produto da/o outra/o e também buscando a originalidade de cada grupo. Essa ética se estende ao momento da comercialização, em que a disposição das bonecas no pranchão é feita de forma igual para apreciação dos consumidores, sem colocar aquelas consideradas mais bonitas na frente. “Quem escolhe é o consumidor”, afirmam.

O nicho de mercado alcançado pelo artesanato possibilita as vendas à vista, o que favorece financeiramente o/a empreendedor/a.

✓ **Ameaças**

As ameaças visualizadas pelo grupo se referem à crise financeira, a qual incorre em aumento da inflação e, como consequência, aumento dos preços da matéria-prima e insumos, o qual é repassado ao consumidor. Somado a isso, a crise traz consigo o aumento do desemprego e, conseqüentemente, uma queda na renda e no consumo. As pessoas passam a priorizar itens considerados indispensáveis em suas compras e, quando decidem comprar o artesanato, optam por produtos com preços mais baixos. O artesanato também experimenta dificuldade de envio dos produtos para venda em outros estados, uma vez que os custos para isso têm aumentado. No passado, era possível levar os itens na mala sem cobrança de taxas. Entretanto, nos últimos anos, essa prática tem sido considerada ilegal, sofrendo fiscalização

rigorosa. Desta forma, as/os artesãs/os são obrigadas/os a pagar valores de envio da mercadoria, que muitas vezes não compensam.

Apesar de reconhecerem a importância da renda do artesanato para o contexto familiar, as/os artesãs/os entendem como ameaça o fato de não conseguirem ter a renda do negócio como renda principal da família. Outro aspecto importante é que, em alguns casos, quando a/o empreendedora/o vivencia o aumento de sua renda, começa a mudar seu estilo de vida, distanciando-se dos objetivos comuns do grupo.

No contexto legal, identificou-se grupos que são prejudicados quando pedem um financiamento do governo e alguém não paga, trazendo ao grupo o ônus de arcar com o valor. A saída apontada pelas/os empreendedoras/es é que essa dívida recaia apenas sobre a pessoa que não pagou, ainda que esse aval “cruzado”, ou solidário, seja uma forma de viabilizar a atividade de microcrédito. Também compreendem que, atualmente, apesar dos avanços, o investimento de instituições públicas para abertura de pequenos negócios ainda não consegue contemplar um número considerável de empreendedores/as no segmento do artesanato, relegando esses empreendimentos à ilegalidade.

✓ **Fraquezas**

Por outro lado, internamente, o arranjo produtivo do artesanato da ZEIS Pici possui algumas fraquezas que podem se apresentar como limitantes à sua capacidade competitiva. Ao serem questionadas/os sobre a capacidade de gestão, as/os empreendedoras/es afirmam que existe um imediatismo entre algumas/uns das/os envolvidas/os na atividade do artesanato, as/os quais muitas vezes não compreendem a importância das capacitações, exceto se essas trouxerem um retorno em curto prazo. “Querem aprender mais sobre o ofício, mas ficam em casa assistindo TV quando há capacitações”, sugere uma empreendedora do setor.

Boa parte dessas/es empreendedoras/es tem dificuldade de estabelecer o preço do produto. Algumas/uns entendem que o preço é estabelecido de acordo com o lugar onde estejam expondo, outra parte do grupo observa os preços de seus concorrentes e estabelece seus preços em busca de competitividade. Apenas pequena parcela das/os empreendedoras/es é consciente dos aspectos a serem considerados na definição dos preços dos produtos, pondo a informação em prática. Compreendem que os bons resultados financeiros da empresa estão vinculados a esse cálculo.

Outro aspecto também considerado como uma fraqueza no arranjo do artesanato está relacionado à baixa divulgação dos produtos e eventos. Isso ocorre pela falta de habilidade da maioria das/os empreendedoras/es com as redes sociais, fato que dificulta a atração do consumidor aos produtos.

O Quadro 9 apresenta algumas problemáticas específicas do arranjo artesanato na ZEIS Pici e as possíveis soluções levantadas pelas/os empreendedoras/es para sua superação.

Quadro 9 - Problemáticas e possíveis soluções para o arranjo produtivo Artesanato

Problemáticas	Possíveis soluções
Falta de espaço pra comercialização.	Oportunidade de utilizar os espaços no Centro de Cultura e Arte (Cuca-Pici), Mercado e Vapt Vupt.
Dificuldade de legalização	Não veem muita importância na legalização, a não ser que tenham algum benefício – uma orientação contábil poderia contribuir com a questão, sobretudo, inicialmente.
Divulgação do produto	Consideram que seria importante se conseguissem tirar boas fotos, se capacitar na forma de apresentação de seus produtos e expor nas redes sociais, feiras, etc.
Aval solidário	Sugerem existir dificuldades no grupo porque se um não pagar os outros têm que pagar e muitos não acham justo.
Estabelecer o preço do produto	Propõem um curso de capacitação em marketing, incluindo determinação de preços.

Fonte: Dados coletados nas oficinas do PIRF/UFC - Economia, 2019.

✓ **Estratégia de sustentabilidade dos EES**

As formas encontradas pelas/os empreendedoras/es para se tornarem mais sustentáveis no mercado do artesanato estão pautadas em quatro pontos:

1. Melhoria nos níveis de organização, desde a produção até a comercialização.
2. Redução dos custos de alguns produtos, os quais utilizam insumos provenientes de materiais reciclados e/ou com as compras coletivas.
3. Adequada gestão da qualidade dos produtos. Uma das prioridades levantadas pelas/os empreendedoras/es é garantir um bom acabamento de seus produtos para atrair a clientela.
4. Atendimento pós-venda qualificado. As/Os empreendedoras/es realizam trocas e consertos, caso o consumidor identifique alguma falha no produto após a compra.

d) Análise financeira

Existe uma grande lacuna quando se trata da área financeira. O grupo do arranjo artesanato, de uma forma geral, não tem o controle de suas contas. Apenas uma pequena parcela consegue gerir suas finanças como empreendedoras/es individuais. Esse grupo aprendeu com a experiência coletiva das feiras.

No que se refere ao fluxo de caixa, a maioria das/os artesãs/os tem dificuldade no controle nos empreendimentos individualmente. Além disso, muitas/os não sabem a diferença entre receita e lucro. As/Os empreendedoras/es afirmaram que a falta de constância na ocupação para alguns dificulta o controle dos gastos e contribui para que não tenham noção de quanto ganham e qual é seu lucro.

Considerando que o arranjo é formado pela interação das partes, conclui-se que, embora as participantes do arranjo produtivo do artesanato tenham noção da importância da gestão financeira adequada para o bom desempenho do empreendimento, na prática isso não se efetiva.

As/Os artesãs/os conhecem as instituições que oferecem crédito e algumas/uns já chegaram a pedir empréstimos com aval solidário. Apesar disso, o grupo questiona a forma com que essas instituições lidam com os maus pagadores. Há um consenso quanto à mudança do aval coletivo para um pagamento individual.

e) Análise operacional

Observou-se que, no arranjo artesanato, as/os empreendedoras/os são mais ocupados do que produtivos, uma vez que os resultados são pequenos, se comparados ao potencial do grupo. Buscando maior produtividade, o grupo está se organizando para estabelecer metas que possam ser alcançadas em pelo menos 20h de trabalho semanal. A intenção é trabalhar de forma coletiva, porém com a divisão de tarefas nas seguintes áreas: Compra de material; Limpeza do espaço; Etapas da confecção; Venda; Divulgação.

Concernente à sustentabilidade, o artesanato consegue reduzir os seus custos por serem confeccionados a partir de material reciclado. Dentre os insumos utilizados, encontram-se CDs, sobras de tecidos provenientes da confecção, garrafas, tampas de garrafas, palha, pote de manteiga, tubo de linha seco pra lembrancinhas, dentre outros. Esses são utilizados para produção de tapetes, panos de prato, conjuntos de *souvenir*, dentre outros.

A ideia do arranjo produtivo é ampliar sua produção com insumos reciclados, buscando parcerias com o arranjo produtivo da confecção e, até mesmo, com empresas.

f) Marketing e comercialização

Os grupos de artesanato foram contemplados pelo catálogo digital do artesanato, lançado pela Prefeitura de Fortaleza no ano de 2019. Trata-se de uma plataforma em que os/as artesãos/s de Fortaleza podem divulgar seus produtos, gerando um maior alcance de divulgação. Essa política, dado a atual conjuntura, tem o intuito de estimular o arranjo produtivo do artesanato de Fortaleza, beneficiando diretamente a ZEIS Pici.

Outra forma de atuação coletiva no mercado se daria com a reativação do espaço de comercialização conhecido como Mercado, que, segundo os relatos das/os empreendedoras/es, é um espaço significativo para vendas e realização de feiras. O grupo tem planos de realização de feiras de forma periódica em 2020 e pretende estabelecer uma parceria com os arranjos arte e cultura e alimentação, sem falar do arranjo confecção, com o qual mantém importante relação de complementaridade.

A intenção do grupo é investir nas redes sociais como principal meio de divulgação para a organização de eventos e a promoção das vendas.

4.2.4 Confecção

Quadro 10 - Visão de Futuro, Valores e Metas e Estratégias de Atuação da Confecção

Visão de Futuro: Promover o desenvolvimento dos empreendimentos do arranjo, melhorando o diálogo e superando as dificuldades de mercado, organização e gestão.

Valores: Qualidade, conforto e anúncio dos produtos.

Metas e Estratégias de Atuação: Oferecer um produto com mais qualidade e com um diferencial. Uma possibilidade de cooperação entre os empreendimentos seria a compra de matéria prima de forma coletiva.

Fonte: Dados das Oficinas PIRF/UFC Economia, 2019.

Quadro 11 – Matriz FOFA: Ambientes Interno e Externo da Confeccção

AMBIENTES	FORTALEZAS	FRAQUEZAS
INTERNO	<ul style="list-style-type: none"> - Qualidade da produção - Preço competitivo 	<ul style="list-style-type: none"> - Mão de obra não preparada - Divulgação – Marketing
EXTERNO	<ul style="list-style-type: none"> - Cidade com ótima viabilidade para confecção 	<ul style="list-style-type: none"> - Competitividade acirrada, sobretudo, com produtos importados com preços mais baratos - Crise atual do país

Fonte: Dados das Oficinas PIRF/UFC - Economia, 2019.

a) Caracterização e histórico

O setor de confecção tem se destacado no estado do Ceará e no município de Fortaleza, em particular por sua forte resiliência e criatividade. O estado apresenta uma grande potencialidade, tendo em vista o crescimento de 3,6% da sua produção têxtil, entre 2012 e 2016, enquanto no que se refere à produção nacional, nesse mesmo período, é observada uma queda de 12,8%. O papel representado pelo segmento confecção no Ceará é reconhecido inclusive por estados e regiões vizinhas que acorrem, sobretudo, à Fortaleza para adquirir mercadorias, com grande repercussão na geração de trabalho e renda local.

Na ZEIS Pici, diversos/as empreendedores/as optaram por essa área de atuação e realizam um trabalho em pequenas unidades individualizadas. Os empreendimentos não estão organizados coletivamente, mas abertos a conhecer uns aos outros, com a possibilidade de encontrar elementos em comum em torno dos quais possam ampliar sua colaboração.

O arranjo produtivo local confecção, comparado aos demais arranjos, é o mais recente na ZEIS Pici. Surgiu como atividade doméstica e tinha intuito de ser um complemento da renda, no entanto a demanda foi aumentando cada vez mais, e alguns/as empreendedores/as locais a tomaram como atividade principal, chegando até mesmo a vender fora da ZEIS. Anteriormente, eram ofertados cursos de corte e costura na ZEIS Pici em parceria com a Prefeitura e outras instituições, assim, surgiram novas oportunidades para os/as empreendedores/as. Atualmente, a produção do segmento na ZEIS Pici gira em torno de roupas, fronhas, lençóis, entre outros. No entanto, dada a atual conjuntura de crise, esse arranjo está passando por um período de descenso.

b) Descrição dos produtos/serviços

O segmento confecção da ZEIS Pici produz roupas variadas, além de fronhas e lençóis, sobretudo para venda no local (vizinhança).

✓ Fornecedores

O arranjo em questão é bem diversificado, sendo assim o tecido, que é um insumo importante para a produção, é comprado fora da ZEIS Pici, em feiras ou fábricas. A falta de disponibilidade local torna o preço do tecido não atrativo para aquisição dentro do bairro. Outro caso é o capital físico, como máquinas, que também não são ofertadas na ZEIS. No entanto, alguns insumos como linha e cola são comprados nos mercadinhos locais. Um fornecedor potencial continua sendo de fora da ZEIS, portanto, com a compra coletiva, os custos tendem a diminuir.

c) Análise de mercado

Segundo a pesquisa de conjuntura da ABIT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO (2019), o segmento confecção teve uma baixa produção no mês de junho de 2019. Comparado ao mesmo período do ano anterior, a diminuição foi de 33% e isso indica que ele está enfrentando oscilações. A baixa nos últimos meses de 2019 dificultou o desenvolvimento do ramo.

O setor de confecção no estado do Ceará, só 2019, segundo pesquisa do Instituto de Estudos e Marketing Industrial (IEMI), avançou 3% em sua produção de insumos para a cadeia da moda, enquanto o país recuava 4,5%.

O setor tem se destacado no Ceará e no município de Fortaleza, em particular por sua resiliência e criatividade. O Estado apresenta uma grande potencialidade tendo em vista o crescimento de 3,6% da sua produção têxtil, entre 2012 e 2016, enquanto a produção nacional, nesse mesmo período, obteve uma queda de 12,8% (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018). O papel representado pelo segmento confecção no Ceará é reconhecido inclusive por estados e regiões vizinhas que recorrem, sobretudo, à capital do estado para adquirir mercadorias, com grande repercussão na geração de trabalho e renda local.

Por fim, segundo a pesquisa feita pelo IEMI, a produção de Jeans é destaque, e, tendo em vista que o Nordeste concentra 22,2% do total do Brasil, a sua produção pode ser explorada pela ZEIS Pici.

A análise indicou que, entre as fortalezas dos empreendimentos de confecção da ZEIS, estão a qualidade e o preço competitivo, em função de uma margem de lucro reduzida, em alguns casos apenas suficiente para remunerar o trabalho envolvido no processo, também devido ao trabalho informal.

No que se refere às fraquezas (internas) dos empreendimentos, pode-se observar a baixa qualificação da mão de obra e a insuficiente divulgação/marketing dos produtos. Ao mesmo tempo, ressaltam como oportunidade o fato de Fortaleza se destacar como “Cidade com ótima viabilidade para confecção”, apesar das ameaças que ficam por conta da competição desigual (com grandes produtores) e da crise atual do país.

✓ **Estratégias de sustentabilidade**

Há diversas possibilidades de ascensão desse mercado no que diz respeito à economia solidária, tais como através do trabalho realizado pela Rede Estrela de Iracema. A Rede reúne sete cooperativas de Fortaleza que trabalham com atividades ligadas à confecção: desde costureiras que produzem moda adulta até tecelãs que fabricam os tecidos, com teares manuais, redes e tapetes de algodão cru. Atualmente, a iniciativa é apoiada pela Prefeitura de Fortaleza, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE).

Ao todo, são beneficiadas 70 mulheres dos bairros Granja Portugal, Genibaú, Jardim União, Antônio Bezerra, Conjunto Palmeiras II, Parque Santana e Jacarecanga. Segundo a concepção do referido projeto implementado pelo poder público municipal, o trabalho em rede fortalece os laços de cooperativismo e abre espaço, a partir dessa união de forças, para um trabalho coletivo e autônomo.

Além disso, buscar nichos específicos é um fator em ampla expansão no mercado de confecções, a exemplo da produção das roupas *fitness*, moda para pets, roupas com temáticas culturais, moda íntima e praia.

A procura pela qualificação desse mercado é vasta em Fortaleza, fato que possibilita constante aperfeiçoamento da produção, mediante cursos de capacitação. Tem-se como referência os seguintes locais de qualificação: Senac, Senai, Sebrae, Casa da Modelagem, além dos Cursos de Design da UFC e IFCE.

d) Análise financeira

Os resultados do levantamento revelaram dificuldades na execução de uma rotina financeira ou uma contabilidade. Assim como nos demais arranjos produtivos, não há uma organização das informações detalhadas. Do ponto de vista da gestão financeira, não existe separação entre os ganhos com o negócio, o que é fluxo de caixa ou recursos, por exemplo, oriundos de empréstimos/crédito, e o que é recurso privado. Qualidades em termos de produção local apontam que se pode ampliar a geração de trabalho e renda nas condições atuais da ZEIS Pici por meio da atividade de confecção. Restaria, nesse caso, ampliar a formação em áreas como educação financeira, administrativa, jurídica, contábil, além de informática básica e marketing digital, além de tecnologias específicas. Permanece a necessidade de acesso ao crédito em condições adequadas ao segmento econômico dos/as empreendedores/as da ZEIS, notadamente em termos de taxas de juros menores e carência ampliada, sem prejuízo de subsídio governamental, tendo em vista o interesse social e ecológico envolvido.

e) Análise operacional

A análise dos empreendimentos de confecção da ZEIS Pici revelou uma produção destinada, prioritariamente, para atender a demanda local. Geralmente, as vendas ocorrem em casa, buscando compatibilizar com as demandas domésticas, tais como os cuidados com a alimentação, crianças, idosos, entre outros.

Os ganhos financeiros dependem da movimentação do mês. O trabalho, por sua vez, é individual e centralizado, ao mesmo tempo em que aparece como oportunidade de renda complementar para mulheres. Entre as dificuldades relacionadas ao setor, além do baixo acesso ao capital de giro e de investimento, também se destacam a ausência de formação, incluindo o pouco conhecimento sobre empréstimos e financiamentos, e o aumento do preço dos tecidos.

Por sua vez, os/as empreendedores/as locais vêm optando pelo tecido chinês, que chega mais barato ao mercado local. Sobre a organização coletiva, não há uma compreensão geral da necessidade, mas da sua possibilidade, em particular, no que se refere à compra da matéria-prima, também pensando a articulação com produtores de outros bairros.

Esses consideram uma ameaça à necessidade de trabalhar informalmente, bem como a pouca oferta de cursos de capacitação. Entretanto, reconhecem o potencial formativo da Internet, por meio de ferramentas como o *Youtube*, com tutoriais para aprender e ensinar.

Em termos de sustentabilidade, cabe considerar a reciclagem de resíduos realizada através de sua doação para o setor de artesanato.

f) Marketing e comercialização

Os/as empreendedores/as do ramo de confecção Pici fazem divulgação de seus produtos de modo informal e pessoal, revelando ter dificuldade com as redes sociais, embora reconheçam as possibilidades de utilização de ferramentas como o *WhatsApp*. Possuem uma boa noção de formação de preços, incluindo desde considerações sobre custos fixos e variáveis, tempo de trabalho etc. até a perspectiva do mercado.

Atualmente, possuem clientes entre os diversos grupos, sobretudo da vizinhança do Pici. A população do bairro é, portanto, seu principal público consumidor.

✓ Estratégias de comercialização

Dentre as estratégias destacadas, está a busca por acompanhar as tendências da moda. O uso da forma “fiado”, por sua vez, foi citado como tentativa de garantir as vendas. Porém, sofrem com a ameaça de inadimplência (ao atuarem na função de “credores”).

Um desafio seria ampliar as vendas para outros bairros, bem como reativar um espaço público popularmente conhecido por “mercadão”. Quanto ao aumento do preço dos tecidos, revela-se a disposição, porém a dificuldade para a compra de máquinas, a fim de produzir em larga escala e conseguir baixar o preço. Ao mesmo tempo, não abrem mão de trabalhar com tecidos de primeira linha, o que tende a despertar a demanda de consumidores com maior preferência por melhor qualidade.

As sugestões que foram reunidas no diálogo com os/as empreendedores/as do setor de confecção foram as seguintes:

- ✓ Apoio na formalização, através da diminuição dos impostos, incluindo IPTU etc.;
- ✓ Capacitação na área de costura (aperfeiçoamento);
- ✓ Necessidade de formalização para acessar o crédito, condições de pagamento adequadas em relação a carência e juros. Crédito a partir de 5 mil reais;

- ✓ Capacitação em administração financeira;
- ✓ Ampliação das vendas com cartão de crédito;
- ✓ Articulação entre os/as empreendedores/as para compra coletiva da matéria prima.

Apresenta-se a seguir a Matriz de Planejamento Operacional, em que se estabelece o Diálogo entre a Realidade atual (diagnóstico) e a Realidade desejada (visão de futuro), destacando os Eixos, os Objetivos, as Ações estratégicas, as Parcerias/fontes de recurso e os Prazos de execução.

Esclarece-se que o horizonte temporal definido de três anos (2020 - 2º semestre a 2022) para a implementação desse Plano tem como justificativa: (i) colar o último ano do mandato do gestor atual aos dois primeiros anos do mandato do próximo gestor municipal, que será eleito em outubro de 2020 e empossado em janeiro de 2021 e, sobretudo, (ii) a opção de escolha de um tempo razoável, nem muito curto, nem muito longo que possa sensibilizar e mobilizar o Conselho Gestor, os empreendimentos e demais representações da comunidade a aperfeiçoar a estrutura organizacional local na direção da efetivação das ações de monitoramento e avaliação da execução do Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Pici e de seus resultados, qualificando, portanto, os espaços de diálogo, participação e autonomia organizacional da ZEIS Pici.

Vale ressaltar que o Eixo 5 “Ambiente Institucional da Política: marco legal, estrutura organizacional e integração de políticas públicas” será apresentado ao final, perpassando os quatro eixos antes referidos.

4.3 Matriz Operacional do Plano por APL: eixos, objetivos, atividades estratégicas, parcerias/fontes de recurso e prazos de execução

Quadro 12 – Matriz Operacional do Plano por APL

- **APL Arte e Cultura**

EIXO 1: Produção e Difusão das Expressões de Arte e Cultura com Visão Empreendedora e Comunitária				
OBJETIVO 1: Valorizar e ampliar a produção e difusão da Arte e Cultura como atividade econômica e que contribua na defesa das necessidades e interesses da ZEIS Pici				
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS/FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2023
- Identificação e apoio aos novos talentos como expressão da Arte e Cultura popular.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Espaço Cultural Frei Tito de Alencar (Escuta) e Entidades afins			
- Articulação dos Grupos Locais com movimentos culturais do Corredor Cultural do Benfica e outras ZEIS/comunidades para reivindicar ações sociais públicas de apoio ao segmento Arte e Cultura.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Instituições e Entidades que representam e/ou atuam no Corredor Cultural do Benfica e na própria ZEIS Pici			
- Inclusão dos eventos artístico-culturais da ZEIS Pici no calendário de cultura de Fortaleza.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) - Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza (Secultfor)			
- Ampliação de parcerias com instituições governamentais e não governamentais com vistas à realização de eventos que fortaleçam o segmento de Arte, Cultura e Esporte da ZEIS Pici.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Espaço Cultural Frei Tito de Alencar (Escuta) e Entidades afins - Departamento de Educação Física da UFC			
- Fortalecimento das relações com entidades do movimento de economia solidária	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento			

EIXO 1: Produção e Difusão das Expressões de Arte e Cultura com Visão Empreendedora e Comunitária				
OBJETIVO 1: Valorizar e ampliar a produção e difusão da Arte e Cultura como atividade econômica e que contribua na defesa das necessidades e interesses da ZEIS Pici				
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS/FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2023
com foco no intercâmbio de bens e serviços, além da busca por recursos (financeiro, material e humano), envolvendo o segmento de Arte e Cultura da ZEIS Pici.	Econômico (SDE) e Secretarias afins - Espaço Cultural Frei Tito de Alencar (Escuta) e Entidades afins - Rede Cearense de Economia Solidária (RCSES-Fortaleza-Metropolitana) e outras redes e empreendimentos solidários			
- Inserção do segmento Arte Cultura da ZEIS Pici nas prioridades do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA-Pici), em fase de construção.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins			
- Aproveitamento da mão-de-obra local nas iniciativas públicas de construção de obras e/ou reforma dos equipamentos de lazer e esporte da ZEIS Pici, entre outras iniciativas.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins			
EIXO 2: Ampliação do acesso a Conhecimentos para o desenvolvimento sociocultural da ZEIS Pici				
OBJETIVO 2: Desenvolver processos de formação e capacitação com vistas a agregar novos saberes à produção cultural e artística da ZEIS Pici				
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS/FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2021
- Programa de Formação Continuada em temas como Economia Solidária, Administração Financeira, Elaboração e Gestão de Projetos Sociais, Plano de Negócio, Informática Básica, Marketing Digital e Tecnologias Específicas no campo da Arte e Cultura.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) - Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza (Secultfor) - Secretaria Estadual de Cultura (Secult CE) - Universidades (UFC/UECE) e Instituto Federal do Ceará (IFCE)			

EIXO 1: Produção e Difusão das Expressões de Arte e Cultura com Visão Empreendedora e Comunitária

OBJETIVO 1: Valorizar e ampliar a produção e difusão da Arte e Cultura como atividade econômica e que contribua na defesa das necessidades e interesses da ZEIS Pici

AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS/FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2023
- Estabelecimento de parcerias com instituições governamentais para viabilizar um Cursinho Comunitário que contribua para o ingresso da comunidade jovem da ZEIS Pici nas Universidades Públicas.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Universidades (UFC/UECE), Instituto Federal do Ceará (IFCE) e Instituições afins			

EIXO 3: Ampliação do acesso a Financiamento: crédito e finanças solidárias

OBJETIVO 3: Fomentar o acesso ao crédito em condições adequadas para o segmento Arte e Cultura da ZEIS Pici

AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS/FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2021
- Acesso as Leis e Editais de incentivo a Arte e Cultura no âmbito municipal e estadual, orientadas por linguagem clara e acessível para as diferentes categorias que atuam no segmento Arte e Cultura.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) - Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza (Secultfor) - Secretaria Estadual de Cultura (Secult CE)			
- Acesso aos agentes financeiros e Instituições públicas e/ou privadas para obtenção de crédito de incentivo ao empreendedorismo artístico-cultural, a exemplo do CredJovem e CrediAmigo.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Instituições financeiras afins			

EIXO 3: Ampliação do acesso a Financiamento: crédito e finanças solidárias				
OBJETIVO 3: Fomentar o acesso ao crédito em condições adequadas para o segmento Arte e Cultura da ZEIS Pici				
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS/FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2021
<p>- Incubação de experiência de finanças solidárias (Banco comunitário de desenvolvimento, Cooperativa de crédito solidário e/ou Fundos rotativos solidários), tendo como referência as boas práticas já existentes em Fortaleza-Ceará e no NE brasileiro.</p> <p>* Ação estratégica presente nos 04 APLs para efeito de registro, mas a proposta aqui colocada merece um estudo mais aprofundado quanto à concepção - REDE, fundamentos e condicionantes orientadores para a criação de um banco comunitário, a participação e autonomia dos empreendedores/comunidade na tomada de decisão, a estratégia metodológica e, por fim, as possibilidades, limites e desafios da experiência de finanças solidárias antes apresentadas.</p>	<p>- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins</p> <p>- Universidades (UFC/UECE), Instituto Federal do Ceará (IFCE) e Instituições afins</p> <p>- Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Instituições financeiras afins</p> <p>- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-CE)</p> <p>- Entidades não governamentais com expertise na temática, a exemplo do Banco Palmas, Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH) e Cáritas Diocesana Fortaleza, entre outras.</p>			

• **APL Alimentação**

EIXO 1: Trabalho e renda na produção e comercialização de alimentos de mais qualidade e em maior escala				
OBJETIVO 1: Qualificar e ampliar as oportunidades de trabalho e renda dos empreendimentos (individual-solidário) com vistas à melhoria das condições de vida e de trabalho dos/as empreendedores/as e suas famílias				
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS /FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2021
- Incentivo ao exercício coletivo na compra de matéria-prima, indicação de fornecedores e espaços públicos para a venda de lanches e pequenas refeições em maior escala.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Rede Cearense de Economia Solidária (RCSES-Fortaleza-Metropolitana) e outras redes e empreendimentos solidários - Entidades da própria ZEIS Pici e adjacências			
- Criação/estruturação da política de compras institucionais do segmento Alimentação nos mais diferentes eventos promovidos pelo município de Fortaleza e Entidades não governamentais.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Entidades da própria ZEIS Pici e adjacências			
- Estímulo à organização de redes de consumidores para os produtos ofertados pelo segmento Alimentação, bem como na organização de eventos em parceria com os demais arranjos produtivos da ZEIS Pici.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Rede Cearense de Economia Solidária (RCSES-Fortaleza-Metropolitana) e outras redes e empreendimentos solidários			
- Negociação de programas de iniciativa pública e/ou privada, a exemplo de Horta Solidária, Bodega Solidária, Farmácia Viva, Agricultura Urbana com vistas à redução dos custos de produção e comercialização dos produtos do segmento Alimentação, contribuindo para a melhoria da saúde das famílias e proteção do meio ambiente.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-CE) - Projetos de extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidades afins			

EIXO 1: Trabalho e renda na produção e comercialização de alimentos de mais qualidade e em maior escala

OBJETIVO 1: Qualificar e ampliar as oportunidades de trabalho e renda dos empreendimentos (individual-solidário) com vistas à melhoria das condições de vida e de trabalho dos/as empreendedores/as e suas famílias

AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS /FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2021
- Identificação e Fortalecimento das relações com entidades do movimento de Economia Solidária para prestação de serviços de Alimentação, além da busca por recursos (financeiro, material e humano) para a Economia Solidária, incluindo o segmento de Alimentação da ZEIS Pici.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Rede Cearense de Economia Solidária (RCSES-Fortaleza-Metropolitana) e outras redes e empreendimentos solidários			
- Reativação do Mercado como espaço de divulgação e comercialização do segmento alimentação e dos demais APLs (Arte e Cultura, Artesanato e Confecção).	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins			

EIXO 2: Ampliação do acesso a Conhecimentos para o desenvolvimento do arranjo Alimentação da ZEIS Pici

OBJETIVO 2: Desenvolver processos de formação e capacitação com vistas a agregar novos saberes à produção, conservação e comercialização de lanches e pequenas refeições com mais qualidade e sem desperdício

AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS /FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2021
- Programa de Formação Continuada em temas como Economia Solidária, Autogestão, Administração Financeira, Plano de Negócio, Informática Básica, Marketing Digital e Tecnologias Específicas no campo da Gastronomia e Conservação e Embalagem de alimentos.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-CE) - Universidades (UFC/UECE) e Instituto Federal do Ceará (IFCE) e Instituições afins			

EIXO 2: Ampliação do acesso a Conhecimentos para o desenvolvimento do arranjo Alimentação da ZEIS Pici

OBJETIVO 2: Desenvolver processos de formação e capacitação com vistas a agregar novos saberes à produção, conservação e comercialização de lanches e pequenas refeições com mais qualidade e sem desperdício

AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS /FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2021
- Integração de ações de sustentabilidade entre as Instituições públicas e/ou privados, a exemplo do Programa Gastronomia Mais Verde e a Orgânica Brasil .	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-CE) - Universidades (UFC/UECE) e Instituto Federal do Ceará (IFCE) e Instituições afins			

EIXO 3: Ampliação do acesso a Financiamento: crédito e finanças solidárias

OBJETIVO 3: Fomentar o acesso ao crédito em condições adequadas para o segmento Alimentação da ZEIS Pici

AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS /FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2021
- Acesso aos agentes financeiros e instituições públicas e/ou privadas para obtenção de crédito em condições adequadas e que atenda a demanda de capital de giro e aquisição de insumos e equipamentos para os empreendimentos (individual-solidário).	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Instituições financeiras afins			
- Incubação de experiência de finanças solidárias (Banco comunitário de desenvolvimento, Cooperativa de crédito solidário e/ou Fundos rotativos solidários),	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins			

EIXO 3: Ampliação do acesso a Financiamento: crédito e finanças solidárias

OBJETIVO 3: Fomentar o acesso ao crédito em condições adequadas para o segmento Alimentação da ZEIS Pici

AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS /FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2021
<p>tendo como referência as boas práticas já existentes em Fortaleza-Ceará e no NE brasileiro.</p> <p>* Ação estratégica presente nos 04 APLs para efeito de registro, mas a proposta aqui colocada merece um estudo mais aprofundado quanto à concepção - REDE, fundamentos e condicionantes orientadores para a criação de um banco comunitário, a participação e autonomia dos empreendedores/comunidade na tomada de decisão, a estratégia metodológica e, por fim, as possibilidades, limites e desafios da experiência de finanças solidárias antes apresentadas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Universidades (UFC/UECE), Instituto Federal do Ceará (IFCE) e Instituições afins - Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Instituições financeiras afins - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-CE) - Entidades não governamentais com expertise na temática, a exemplo do Banco Palmas, Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH) e Cáritas Diocesana Fortaleza, entre outras. 			

• **APL Artesanato**

EIXO 1: Produção e Comercialização dos produtos artesanais, articulado aos princípios e estratégias da Economia Solidária				
OBJETIVO 1: Fomentar iniciativas que amplie e consolide a produção e comercialização dos produtos dos empreendimentos (individual-solidário) com qualidade e diferenciado				
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS/FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2021
- Estímulo à organização coletiva dos empreendimentos locais para a compra coletiva de matéria-prima e outros insumos/equipamentos.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SDE e Secretarias afins			
- Implementação e/ou fortalecimento de canais e estratégias de comercialização dos empreendimentos, tais como, redes de comercialização, feiras, pontos fixos, espaços de comercialização em equipamentos públicos, rede de consumidores, comércio eletrônico, selo da economia solidária.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae - CE) - Cáritas Arquidiocesana Fortaleza-Metropolitana - Rede Cearense de Economia Solidária (RCSES-Fortaleza-Metropolitana) e outras redes e empreendimentos solidários			
- Criação/estruturação da política de compras institucionais do segmento Artesanato nos mais diferentes eventos promovidos pelo município de Fortaleza e Entidades não governamentais.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SDE e Secretarias afins			
- Articulação do arranjo Artesanato com movimentos culturais, a exemplo do Corredor Cultural do Benfica, incluindo outras ZEIS na perspectiva de reivindicar ações sociais públicas de apoio ao setor.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SDE e secretarias afins - Instituições e Entidades que respondem e/ou atuam no Corredor Cultural do Benfica			
- Identificação e Fortalecimento das relações com entidades do movimento de Economia Solidária para troca de experiências de produção e comercialização, além da busca por recursos (financeiro, material e humano) para a Economia Solidária, incluindo o segmento de Artesanato da ZEIS Pici.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Rede Cearense de Economia Solidária (RCSES-Fortaleza-Metropolitana) e outras redes e empreendimentos solidários			

EIXO 1: Produção e Comercialização dos produtos artesanais, articulado aos princípios e estratégias da Economia Solidária

OBJETIVO 1: Fomentar iniciativas que amplie e consolide a produção e comercialização dos produtos dos empreendimentos (individual-solidário) com qualidade e diferenciado

AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS/FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2021
- Articulação e interface com outras iniciativas já em execução e/ou previstas com vistas a aperfeiçoar a capacidade operacional público-privada e a demanda por recursos financeiros. * Projeto Incubadoras de Empresas de Fortaleza – PARQFOR ¹ * Projeto Mulher Empreendedora ² * Projeto Meu Bairro Empreendedor ² * Projeto de Feiras Itinerantes ² * Projeto Plantar, Colher e Empreender ³	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SDE - Universidades e Faculdades conveniadas ao Programa de Apoio a Parques Tecnológicos e Criativos de Fortaleza – PARQFOR - Faculdade Ease Brasil			

EIXO 2: Ampliação do acesso a Conhecimentos para o desenvolvimento do arranjo Artesanato da ZEIS Pici

OBJETIVO 2: Desenvolver processos de formação e capacitação com vistas a agregar novos saberes aos processos de produção e comercialização dos produtos dos empreendimentos (individual-solidário)

AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS /FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2021
- Programa de Formação Continuada em temas como Economia Solidária, Autogestão, Administração Financeira, Plano de Negócio, Informática Básica, Marketing Digital e Tecnologias Específicas no campo do Artesanato.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-CE) - Universidades (UFC/UECE) e Instituto Federal do Ceará (IFCE) e Instituições afins			

EIXO 3: Ampliação do acesso a Financiamento: crédito e finanças solidárias

OBJETIVO 3: Fomentar o acesso ao crédito em condições adequadas para o segmento Artesanato da ZEIS Pici

AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS /FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2021
- Acesso aos agentes financeiros e outras instituições públicas e/ou privadas para obtenção de crédito em condições adequadas e que atenda a demanda de capital de giro e aquisição de outros insumos/equipamentos para os empreendimentos (individual-solidário).	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Instituições financeiras afins			
- Incubação de Banco comunitário de desenvolvimento, Cooperativa de crédito solidário e/ou de Fundos rotativos solidários, tendo como referência as boas práticas já existentes em Fortaleza-Ceará e no NE brasileiro. * Presente nos 04 APLs para efeito de registro, mas a proposta aqui colocada merece um estudo mais aprofundado quanto à concepção - REDE, fundamentos e condicionantes orientadores para a criação de um banco comunitário, a participação e autonomia dos empreendedores/comunidade na tomada de decisão, a estratégia metodológica e, por fim, as possibilidades, limites e desafios das experiências de finanças solidárias antes apresentadas.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Universidades (UFC/UECE), Instituto Federal do Ceará (IFCE) e Instituições afins - Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Instituições financeiras afins - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-CE) - Entidades não governamentais com expertise na temática, a exemplo do Banco Palmas, Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH) e Cáritas Diocesana Fortaleza, entre outras.			

EIXO 3: Ampliação do acesso a Financiamento: crédito e finanças solidárias

OBJETIVO 3: Fomentar o acesso ao crédito em condições adequadas para o segmento Artesanato da ZEIS Pici

AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS /FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2021
<p>- Incubação de experiência de finanças solidárias (Banco comunitário de desenvolvimento, Cooperativa de crédito solidário e/ou Fundos rotativos solidários), tendo como referência as boas práticas já existentes em Fortaleza-Ceará e no NE brasileiro.</p> <p>* Ação estratégica presente nos 04 APLs para efeito de registro, mas a proposta aqui colocada merece um estudo mais aprofundado quanto à concepção - REDE, fundamentos e condicionantes orientadores da participação e autonomia dos empreendedores/comunidade na tomada de decisão, a estratégia metodológica e, por fim, as possibilidades, limites e desafios da experiência de finanças solidárias antes apresentadas.</p>	<p>- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins</p> <p>- Universidades (UFC/UECE), Instituto Federal do Ceará (IFCE) e Instituições afins</p> <p>- Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Instituições financeiras afins</p> <p>- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-CE)</p> <p>- Entidades não governamentais com expertise na temática, a exemplo do Banco Palmas, Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH) e Cáritas Diocesana Fortaleza, entre outras.</p>			

• **APL Confeção**

EIXO 1: Produção e Comercialização do segmento da Confeção, articulado aos princípios e estratégias da Economia Solidária				
OBJETIVO 1: Fomentar iniciativas que amplie e consolide a produção e comercialização do segmento Confeção com vistas à superação das dificuldades de mercado, organização e gestão dos empreendimentos (individual-solidário)				
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS /FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2021
- Estímulo à organização coletiva dos/as empreendedores/as para a compra coletiva de matéria-prima e outros insumos/equipamentos.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SDE e Secretarias afins			
- Estruturação e/ou fortalecimento de canais e estratégias de comercialização dos produtos dos empreendimentos, tais como, redes de comercialização, feiras, pontos fixos, espaços de comercialização em equipamentos públicos, comércio eletrônico, selo da economia solidária.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae - CE) - Cáritas Arquidiocesana Fortaleza - Rede Cearense de Economia Solidária (RCSES-Fortaleza-Metropolitana) e outras redes e empreendimentos solidários			
- Identificação e Fortalecimento das relações com entidades do movimento de Economia Solidária para troca de experiências de produção e comercialização, além da busca por recursos (financeiro, material e humano) para a Economia Solidária, incluindo o segmento de Confeção da ZEIS Pici.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Rede Cearense de Economia Solidária (RCSES-Fortaleza-Metropolitana) e outras redes e empreendimentos solidários			
- Criação/estruturação da política de compras institucionais do segmento Confeção nos mais diferentes eventos promovidos pelo município de Fortaleza e Entidades não governamentais.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Entidades da própria ZEIS Pici e adjacências			

EIXO 2: Ampliação do acesso a Conhecimentos para o desenvolvimento do arranjo Confeção da ZEIS Pici

OBJETIVO 2: Desenvolver processos de formação e capacitação com vistas a agregar novos saberes aos processos de produção e comercialização dos produtos dos empreendimentos (individual-solidário)

AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS /FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2021
- Programa de Formação Continuada em temas como Economia Solidária, Autogestão, Administração Financeira, Plano de Negócio, Informática Básica, Marketing Digital e Tecnologias Específicas de Corte e costura e Design.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-CE) - Universidades (UFC/UECE) e Instituto Federal do Ceará (IFCE) e Instituições afins			

EIXO 3: Ampliação do acesso a Financiamento: crédito e finanças solidárias

OBJETIVO 3: Fomentar o acesso ao crédito em condições adequadas para o segmento Confeção da ZEIS Pici

AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS /FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2021
- Apoio à formalização dos empreendimentos com vistas a facilitar o acesso ao crédito com condições de pagamento adequadas (carência e juros) e que atenda a demanda de capital de giro e aquisição de insumos/equipamentos, bem como a redução de impostos, incluindo o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Instituições financeiras afins			
- Ampliação das vendas com cartão de crédito e outras modalidades.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Rede Cearense de Economia Solidária (RCSES-Fortaleza-Metropolitana) e outras redes e empreendimentos solidários			

EIXO 3: Ampliação do acesso a Financiamento: crédito e finanças solidárias				
OBJETIVO 3: Fomentar o acesso ao crédito em condições adequadas para o segmento Confeção da ZEIS Pici				
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS /FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2021
<p>- Incubação de experiência de finanças solidárias (Banco comunitário de desenvolvimento, Cooperativa de crédito solidário e/ou de Fundos rotativos solidários), tendo como referência as boas práticas já existentes em Fortaleza-Ceará e no NE brasileiro.</p> <p>* Ação estratégica presente nos 04 APLs para efeito de registro, mas a proposta aqui colocada merece um estudo mais aprofundado quanto à concepção - REDE, fundamentos e condicionantes orientadores da participação e autonomia dos empreendedores/comunidade na tomada de decisão, a estratégia metodológica e, por fim, as possibilidades, limites e desafios da experiência de finanças solidárias antes apresentadas.</p>	<p>- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins</p> <p>- Universidades (UFC/UECE), Instituto Federal do Ceará (IFCE) e Instituições afins</p> <p>- Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Instituições financeiras afins</p> <p>- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-CE)</p> <p>- Entidades não governamentais com expertise na temática, a exemplo do Banco Palmas, Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH) e Cáritas Diocesana Fortaleza, entre outras</p>			

EIXO 5: Ambiente Institucional da Política: marco legal, estrutura organizacional e integração de políticas públicas**OBJETIVO 5:** Criar um ambiente institucional de apoio e fomento à Economia Solidária, ampliando as ações de fortalecimento do setor na ZEIS Pici e demais integrantes deste Plano.

AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS/FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2022
- Criação de uma assessoria especial de Economia Solidária (vinculada ao Gabinete do Prefeito) com poderes para articular a política integrada de Economia Solidária dentro e fora do Governo, garantindo a devida intersetorialidade da Política com iniciativas de áreas tais como: Educação, Assistência Social; Meio Ambiente, etc, bem como em sintonia com as diretrizes do Governo Estadual na área da Geração de Trabalho e Renda.	- Conselho Gestor PIRF - Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza - Universidades públicas e privadas - Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, Rede Estrela de Iracema; Rede DLIS, entre outras.			
- Regulamentação da Lei Municipal existente, para que seja institucionalizada a Política Municipal de Economia Solidária , partindo do diálogo com os atores de ECOSOL e áreas afins, devendo conter a base conceitual da política, seus mecanismos operacionais, instrumentos de gestão com responsabilidades e atribuições, mecanismos de controle social (conselho) e, sobretudo, os instrumentos de financiamento e incentivos financeiros (fundos e formas de acesso), criando uma ambiência favorável e dando segurança jurídica e sustentabilidade institucional para a ampliação das iniciativas de economia solidária no Município.	- Prefeitura Municipal de Fortaleza - Câmara Municipal de Fortaleza - Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza - Conselho Gestor PIRF - Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, Rede Estrela de Iracema; Rede DLIS, entre outras.			
- Estruturação e gestão dos Centros públicos* de economia solidária (um em cada território/ZEIS Pici, Bom Jardim, e Poço da Draga) que constituirão o lugar referência e de operacionalização da política nos territórios/ZEIS e darão apoio à multiplicação da política no nível da gestão municipal.	- Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza e Secretarias afins - Conselho gestor PIRF			

* No caso da ZEIS Pici analisar a proposta de reativação do conhecido “Mercadão”, já utilizado no passado.

A Matriz de Planejamento acima referida destaca as ações estratégicas que o Plano de Geração de Trabalho e Renda requer que sejam operacionalizadas, contudo, importa registrar que a ZEIS Pici tem sido pontualmente alcançada por políticas públicas em âmbito federal, estadual e municipal que contribuem para o fortalecimento e a consolidação dos empreendimentos econômicos que ali se encontram. Entre as ações implementadas, destacam-se as seguintes:

✓ *Projeto Incubadoras de Empresas de Fortaleza (PARQFOR)* – Esse projeto tem como objetivo a implantação de oito incubadoras em Universidades e Faculdades conveniadas ao Programa de Apoio a Parques Tecnológicos e Criativos de Fortaleza (PARQFOR). O projeto tem como público alvo jovens empreendedores/as universitários/as, os/as quais serão beneficiados com espaço *coworking*, serviços de telefonia, internet, acesso a computadores, bem como assessorias nas áreas gerencial, contábil, jurídica, gestão financeira, qualificações e networks. A ZEIS Pici tem proximidade com a UFC fisicamente e por meio de projetos de extensão executados no território. Além disso, a Prefeitura tem um projeto de ampliação dos Centros de Referência e um dos bairros onde pretendem implementá-lo é o Antônio Bezerra, bairro limítrofe com o Pici. O Centro de Referência também oferece serviços para a incubação de pequenas empresas.

✓ *Projeto Mulher Empreendedora* – Estimula o empreendedorismo feminino, possibilitando o acesso ao microcrédito, além de capacitações e consultorias gerenciais. Por meio de seleção pública, o programa contempla 200 (duzentas) propostas de negócios com crédito de até R\$15.000,00. É uma concessão de financiamento subsidiado utilizado para compra de máquinas, equipamentos e insumos usados na criação ou na ampliação de empreendimentos em Fortaleza. Na primeira edição do projeto, não houve mulheres do Pici selecionadas, apesar disso, já existe previsão para lançamento do próximo edital no começo de 2020, que favorece as empreendedoras da ZEIS Pici. As mulheres que têm suas propostas aprovadas passam inicialmente por capacitações para, em seguida, receber o financiamento. A capacitação é uma condição para recebimento do financiamento. Com o dinheiro em mãos, a empreendedora passa a ser acompanhada por um consultor na gestão do negócio por período de um ano.

✓ *Projeto Plantar, Colher e Empreender* – Esse projeto ainda não foi implementado, mas consiste na capacitação técnica e gerencial em agricultura urbana, considerando as práticas comunitárias de segurança alimentar. Será disponibilizado um financiamento subsidiado de até R\$ 5.000,00 para implantação de quintais produtivos. Esse projeto consegue alcançar principalmente empreendedores/as das periferias, onde os espaços

para o plantio são mais disponíveis. Serão oferecidas aulas práticas e teóricas em escolas de tempo integral e no horto. Depois disso é liberado o financiamento para fazer a horta em casa. O projeto pretende alcançar o empreendedor individual ou empresas em geral.

✓ *Projeto Meu Bairro Empreendedor* – Por meio desse projeto, o governo municipal estabelece ações para o desenvolvimento econômico local, integrado e sustentável em bairros de Fortaleza. O projeto pretende desenvolver a economia local sob o seguinte aspecto: elevar o capital humano, social e empresarial no território. Existe a previsão de expansão deste projeto para o bairro Antônio Bezerra, em 2020, alcançando assim as imediações do Pici.

✓ *Projeto de feiras itinerantes* - Mensalmente feiras são realizadas nos 7 terminais de ônibus, assim como em instituições públicas e/ou privadas, conforme as parcerias que são firmadas. A Prefeitura oferece toda a infraestrutura dessas feiras e os/as empreendedores/as vão para expor seus produtos. Nesse programa encontram-se empreendimentos solidários e não solidários. Na ZEIS Pici, atualmente empreendedoras do arranjo de artesanato já participam de feiras.

Outro importante aspecto a ser considerado nas sugestões está relacionado ao acesso ao crédito disponibilizado pelos bancos públicos, em especial o Banco do Nordeste (BNB), o qual disponibiliza o Programa Microcrédito Produtivo Orientado, o Crediamigo. O referido programa contribui para o desenvolvimento socioeconômico dos/as empreendedores/as por meio do microcrédito e da orientação empresarial. Trata-se de um programa que leva o crédito a microempreendedores/as formais e informais, que estejam começando ou que tenham um faturamento anual de até R\$ 200.000,00. O atendimento do Crediamigo é personalizado, com unidades especializadas para atender ao público. Existe uma unidade de atendimento do Crediamigo na Avenida Mister Hull, que atende aos/às empreendedores/as da ZEIS Pici.

Os riscos desse tipo de crédito são minimizados pela formação dos grupos solidários, caracterizados como um grupo de três ou quatro empreendedores/as que estabelecem relações de confiança mútua e solicitam o crédito em conjunto. Cada empreendedor solicita o valor necessário individualmente, mas se responsabiliza pelo todo. Uma categoria menos utilizada é o *Crediamigo Comunidade*, o qual é solicitado a partir de um banco comunitário. Pessoas que trabalham na mesma região e que têm o mesmo objetivo de desenvolver a sua comunidade podem adquirir capital de giro para algumas ferramentas de uso comum para o desenvolvimento da infraestrutura local. Outra categoria é o *Crediamigo Mais*, que oferece o recurso necessário para realizar a atividade, incluindo capacitação. Os

grupos solidários substituem o avalista pelo aval coletivo. Na maioria dos arranjos na ZEIS Pici, principalmente no arranjo do artesanato, alguns/as empreendedores/as já receberam esse tipo de crédito, principalmente para capital de giro.

Ainda sobre o quesito microcrédito, é importante salientar o papel das finanças solidárias no desenvolvimento comunitário. Nessa perspectiva, nas oficinas realizadas para elaboração do Plano, principalmente na segunda e terceira, o tema das Finanças Solidárias foi abordado as distintas modalidades (Fundos Rotativos, Bancos Comunitários e Cooperativas de Crédito). Dentre elas, os chamados Bancos Comunitários de Desenvolvimento, cuja experiência conhecida mundialmente e também citada pelos participantes é o Banco Palmas, no Conjunto Palmeiras, embora existam outras metodologias que se assemelham, tais como a que cria os chamados Grupos de Oportunidades Locais e Desenvolvimento (GOLDS), baseada no modelo do Self-Help Group (SHG), desenvolvido no sudeste da Índia, por uma organização não governamental de microfinanças.

Ademais, como já dito anteriormente, a criação de um banco comunitário requer mais tempo para a devida maturação e a criação de ambiente de confiança entre os participantes. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de aprofundamento dos debates, considerando, inclusive, os acúmulos oportunizados pelo Seminário Estadual, que contou com a participação de uma representante do Instituto Palmas, organização que possui reconhecida expertise na área, tendo implementado diversas ações mediante parceria com o poder público, notadamente por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária. A referida experiência foi relatada no Painel 3 “Experiências Exitosas em Economia Solidária”.

De forma breve, pode-se caracterizar o que se está entendendo por Banco Comunitário e listar algumas premissas para sua criação. Para França Filho e Silva Jr (2009), a definição de banco comunitário está associada ao desenvolvimento de um território. Por isso, a denominação de “Bancos Comunitários de Desenvolvimento” foi definida,

Os bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) podem ser definidos como uma prática de finanças solidárias de apoio às economias populares situadas em territórios com baixo índice de desenvolvimento humano. Estruturados a partir de dinâmicas associativas locais, os BCDs apoiam-se em uma série de ferramentas para gerar e ampliar a renda no território. Para tanto, articulam-se quatro eixos centrais de ações em seu processo de intervenção: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em economia solidária (FRANÇA FILHO e SILVA JR, 2009, p. 31).

Conforme Paiva (2015), considerando esse arcabouço conceitual e as práticas desenvolvidas, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários elaborou alguns princípios

balizadores do funcionamento dos empreendimentos, que expõem suas características e sintetizam o seu modo de atuação,

1. É a própria comunidade quem decide criar o banco, tornando-se sua gestora e proprietária;
2. Os bancos comunitários oferecem duas modalidades de crédito: uma em real e outra em moeda social circulante;
3. Suas linhas de crédito estimularam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território;
4. Apoiam os empreendimentos em suas estratégias de comercialização (feiras, lojas solidárias, central de comercialização e outros);
5. Atuam em territórios caracterizados por alto grau de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social;
6. Estão voltados, sobretudo, aos beneficiários de programas assistenciais governamentais e de políticas compensatórias,
7. Sua sustentabilidade, em curto prazo, funda-se na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas (RBBC, 2007 apud PAIVA 2015).

Desse modo, um banco comunitário consiste em uma organização propulsora do desenvolvimento local. No caso do referencial aqui adotado, o Instituto Palmas desempenha um papel central, atuando como uma espécie de “entidade âncora”, constituindo-se na principal entidade de apoio à rede de bancos comunitário no Brasil. Atualmente, enquanto OSCIP de microcrédito, o referido Instituto está respaldado a estabelecer contratos e convênios com o poder público e também com as instituições bancárias oficiais, captando recursos e tecnologias para os bancos por ele assessorados.

Ao centrar-se em empreendimentos que se vinculam à perspectiva da economia solidária, em 11 de novembro do ano corrente, o Plenário do Senado Federal aprovou o Projeto de Lei da Câmara (PLC 137/2017) que cria a Política Nacional de Economia Solidária (PNES) e o Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES), além de regulamentar empreendimento desse tipo já existentes - o que significa um avanço em meio à retração vigente nesse setor desde 2015.

Assim posto, a elaboração de uma política pública que fortaleça e consolide as experiências em economia solidária requer integrar formação, produção, comércio justo, consumo e finanças solidárias como um sistema interdependente e autogestionário.

Para tanto, um conjunto de condicionalidades deve ser considerado pelo ente público no intuito de fazer acontecer as ações que compõem o PIRF, em resposta aos anseios e necessidades da ZEIS Pici como descrito a seguir.

- ✓ Vontade e decisão política dos gestores públicos, em especial representantes do poder municipal;
- ✓ Recursos financeiros disponibilizados;
- ✓ Estrutura organizacional com recursos humanos capacitados para coordenar a operacionalização das ações e projetos;
- ✓ Compreensão sobre os princípios, valores e objetivos da economia solidária por parte da população, dirigentes e servidores públicos;
- ✓ A vivência e as relações entre os grupos produtivos solidários devidamente consideradas;
- ✓ Parcerias com instituições que apoiam grupos produtivos solidários estabelecidas.

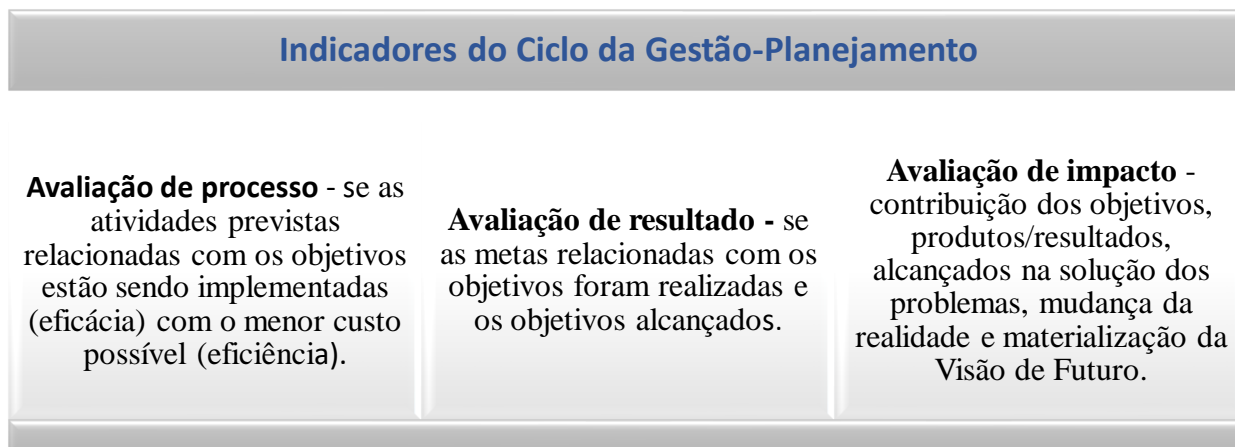
É importante ressaltar que várias discussões e agendas institucionais já foram realizadas pelo movimento de economia solidária do Ceará, resultando em proposições que se aplicam à realidade da ZEIS Pici; inclusive, Fortaleza já conta com a lei municipal de incentivo à economia solidária, a qual carece da devida regulamentação (criando os instrumentos legais) para que seja efetivada.

5 GESTÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO: aperfeiçoando a estrutura organizacional e articulando parcerias institucionais

O Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF), em particular o Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Pici, exige que a estrutura organizacional já existente seja validada e/ou aperfeiçoada com vistas à continuidade do processo de implantação das ações estratégicas aqui reunidas e à aferição do alcance dos objetivos propostos na Matriz de Planejamento Operacional em relação a: i) Avaliação de processo, ii) Avaliação de resultado e iii) Avaliação de impacto como apresentado na matriz a seguir.

O Monitoramento é o acompanhamento sistemático das ações, passo a passo, e está mais relacionado ao processo de execução das ações. Já a Avaliação verifica o alcance dos objetivos e as alterações na situação-problema, ou seja, verifica a evolução entre o estado atual em relação ao estado desejado. Esse último Ciclo da Gestão-Planejamento deve trabalhar com três tipos de indicadores, como mostra a figura a seguir.

Figura 11 – Ciclo da Gestão-Planejamento



Fonte: Cartilha de Apoio à Gestão de Empreendimentos Econômicos Territoriais, 2013.

A experiência tem mostrado certo descaso no pensar e realizar as atividades de Monitoramento e Avaliação tanto pelas instituições e equipes técnicas, quanto pelas lideranças que coordenam o processo de gestão social. Daí, a necessidade da ZEIS Pici validar e aperfeiçoar um modelo simplificado de monitoramento e avaliação como desafio a ser perseguido pós-PIRF/UFC. Por isso, o Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Pici compreende que essas atividades são tão importantes quanto à planificação, pois é através delas que se avança no processo de gestão [e controle] social.

Nesse sentido, é fundamental a apropriação por parte do Conselho Gestor,

Mobilizadores Sociais, Empreendimentos, Organizações que atuam na referida ZEIS e outras representações sociais e institucionais da ferramenta Monitoramento e Avaliação, sobretudo quanto à definição do que avaliar e, mais precisamente, ao que os arranjos produtivos locais indicaram como importante avaliar.

Nessa direção, o Plano recomenda que seja viabilizada uma estrutura de apoio ao processo de M&A com a constituição de uma equipe, envolvendo representações do Iplanfor, Conselho Gestor, Mobilizadores Sociais e Empreendimentos, bem como representações das organizações e instituições com atuação na ZEIS Pici com a responsabilidade de, participativa e autonomamente, validar e fazer acontecer a proposta de Monitoramento e Avaliação apresentada a seguir.

Quadro 13 - Matriz Simplificada de Monitoramento e Avaliação por APL
Horizonte Temporal: 2020 - 2022 [curto, médio e longo prazo]

Categoria de Análise (Setor/Aspecto)	Indicadores e Forma de Apuração	Meios de Verificação	Periodicidade
ARTESANATO			
Visão de Futuro “Expandir a área de alcance do artesanato proveniente do Pici para outros bairros, cidades e estados do Brasil, de forma coletiva”	% do mercado conquistado de forma coletiva [bairros, cidades e estados]	Dados coletados e sistematizados de comercialização do artesanato [elaboração de um roteiro]	Semestral [junho e dezembro]
Valores “O amor, a dignidade, a cooperação, a criatividade. Força de vontade e capacidade”	Atitudes e capacidades coletivas e profissionais na gestão dos empreendimentos e arranjo produtivo	Memória sistematizada das reuniões e eventos de formação e capacitação [elaboração de um roteiro]	Semestral [junho e dezembro]
Metas e Estratégias de Ação “Ser reconhecido pela habilidade de manuseio de materiais, como madeira, tecido, couro, dentre outros. Reconhecimento da cultura local e garantir renda para artesãos”	Alcance dos objetivos [e metas] e as alterações na situação-problema Evolução entre o estado atual em relação ao estado desejado expresso na Visão de Futuro	Memória sistematizada das reuniões e outras atividades que revele as habilidades, reconhecimento da cultura local e melhoria da renda [elaboração de um roteiro]	Semestral [junho e dezembro]
ARTE E CULTURA			
Visão de Futuro “Ser um espaço de organização artística coletiva que contribua com o movimento cultural em defesa dos interesses e direitos da ZEIS do Pici”	% de iniciativas de arte e cultura negociadas e executadas Evolução entre o estado atual em relação ao estado desejado expresso na Visão de futuro	Dados coletados e sistematizados das ações estratégicas realizadas e seus resultados	Semestral [junho e dezembro]
Valores “Organização, Compartilhamento, Democracia, Participação nas decisões, Formação social através da arte e cultura e Identificação com a local”	Atitudes e capacidades coletivas e profissionais na gestão dos empreendimentos e arranjo produtivo	Memória sistematizada das reuniões e eventos de formação e capacitação [elaboração de um roteiro]	Semestral [junho e dezembro]

<p>Metas e Estratégias de Ação “Fortalecer, em conjunto aos demais produtores da ZEIS e, em particular, dentro do próprio arranjo. Uma forma de atuação coletiva entre os arranjos produtivos locais é a reativação da feira que, segundo os relatos de empreendedores/as/as nas oficinas era um ótimo espaço para vendas; outra forma de desenvolvimento dos arranjos supõe investir, principalmente, em formação, particularmente, na área de marketing e divulgação - incluindo outras áreas, como gestão, e também o acesso às técnicas mais recentes no campo da arte e cultura”.</p>	<p>Alcance dos objetivos [e metas] e as alterações na situação-problema e</p> <p>Evolução entre o estado atual em relação ao estado desejado expresso na Visão de futuro</p>	<p>Memória sistematizada das reuniões e outras atividades que revele as habilidades, reconhecimento da cultura local e melhoria da renda [elaboração de um roteiro]</p>	<p>Semestral [junho e dezembro]</p>
ALIMENTAÇÃO			
<p>Visão de Futuro “Promover a venda em maior escala de lanches e pequenas refeições”.</p>	<p>% do aumento dos produtos comercializados (produzido X vendido)</p>	<p>Dados coletados e sistematizados de inovação da produção e venda dos produtos expressos na visão de futuro [elaboração de um roteiro]</p>	<p>Semestral [junho e dezembro]</p>
<p>Valores “Confiança e preço justo”.</p>	<p>Atitudes e capacidades coletivas e profissionais na gestão dos empreendimentos e arranjo produtivo</p>	<p>Memória sistematizada das reuniões e eventos de formação e capacitação [elaboração de um roteiro]</p>	<p>Semestral [junho e dezembro]</p>
<p>Metas e Estratégias de Ação “Reunir os interessados para promover uma organização. Produzir alimentação para venda de lanches”.</p>	<p>Alcance dos objetivos [e metas] e as alterações na situação-problema</p> <p>Evolução entre o Estado Atual em relação ao Estado Desejado expresso na Visão de futuro</p>	<p>Memória sistematizada das reuniões e outras atividades que revele as habilidades, reconhecimento da cultura local e melhoria da renda [elaboração de um roteiro]</p>	<p>Semestral [junho e dezembro]</p>
CONFECÇÃO			
<p>Visão de Futuro “Melhorar o diálogo para um melhor desenvolvimento dos empreendimentos do arranjo, superando as dificuldades de mercado, organização e gestão”</p>	<p>% do mercado conquistado de forma coletiva (produzido X vendido) e elemento de organização e gestão como desejado na Visão de Futuro</p>	<p>Dados coletados e sistematizados de produção e comercialização do artesanato [elaboração de um roteiro]</p>	<p>Semestral [junho e dezembro]</p>
<p>Valores “Qualidade, conforto e anúncio dos produtos”.</p>	<p>Atitudes e capacidades coletivas e profissionais na gestão e divulgação dos produtos dos empreendimentos e arranjo</p>	<p>Dados coletados e sistematizados de inovação da produção e venda dos produtos expressos na visão de futuro [elaboração de um</p>	<p>Semestral [junho e dezembro]</p>

		roteiro]	
Metas e Estratégias de Ação “Oferecer um produto com mais qualidade e com um diferencial. Uma possibilidade de cooperação entre os empreendimentos seria a compra de matéria prima de forma coletiva”.	Alcance dos objetivos [e metas] e as alterações na situação-problema Evolução entre o Estado Atual em relação ao Estado Desejado expresso na Visão de futuro	Memória sistematizada das reuniões e outras atividades que revele as habilidades de gerenciamento e cooperação, o diferencial e melhoria da renda [elaboração de um roteiro]	Semestral [junho e dezembro]

Fonte: Dados coletados nas oficinas PIRF/UFC - Economia, 2019.

Quadro 13 – Matriz Simplificada de Monitoramento e Avaliação por APL
Horizonte Temporal: 2020 - 2022 [curto, médio e longo prazo]

Categoria de Análise (Setor/Aspecto)	Indicadores e forma de apuração	Meios de Verificação	Periodicidade
ARTESANATO			
Análise financeira	Equilíbrio entre Receita e despesa [ganhou - nem ganhou nem perdeu ou perdeu] % de melhoria da renda do artesão	Relatórios de contabilidade [balancetes]	Trimestral [fevereiro, agosto e dezembro]
Análise operacional	Eficiência no processo de execução das atividades com menor custo	Memória sistematizada das reuniões e outros registros [elaboração de um roteiro]	Trimestral [fevereiro, agosto e dezembro]
Marketing e comercialização	Iniciativas de divulgação e aperfeiçoamento dos canais e instrumentos de comercialização dos produtos ou serviços	Memória sistematizada das ações e instrumentos de marketing [elaboração de um roteiro]	Trimestral [fevereiro, agosto e dezembro]
ARTE E CULTURA			
Análise financeira	Equilíbrio entre Receita e despesa [ganhou - nem ganhou nem perdeu ou perdeu] % de melhoria da renda do artesão	Relatórios de contabilidade [balancetes]	Trimestral [fevereiro, agosto e dezembro]
Análise operacional	Eficiência no processo de execução das atividades com menor custo	Memória sistematizada das reuniões e outros registros [elaboração de um roteiro]	Trimestral [fevereiro, agosto e dezembro]
Marketing e comercialização	Iniciativas de divulgação e aperfeiçoamento dos canais e instrumentos de comercialização dos produtos ou serviços	Memória sistematizada das ações e instrumentos de marketing [elaboração de um roteiro]	Trimestral [fevereiro, agosto e dezembro]
ALIMENTAÇÃO			
Análise financeira	Equilíbrio entre Receita e despesa [ganhou - nem ganhou nem perdeu ou perdeu] % de melhoria da renda do artesão	Relatórios de contabilidade [balancetes]	Trimestral [fevereiro, agosto e dezembro]

Análise operacional	Eficiência no processo de execução das atividades com menor custo	Memória sistematizada das reuniões e outros registros [elaboração de um roteiro]	Trimestral [fevereiro, agosto e dezembro]
Marketing e comercialização	Iniciativas de divulgação e aperfeiçoamento dos canais e instrumentos de comercialização dos produtos ou serviços	Memória sistematizada das ações e instrumentos de marketing [elaboração de um roteiro]	Trimestral [fevereiro, agosto e dezembro]
CONFECCÃO			
Análise financeira	Equilíbrio entre Receita e despesa [ganhou - nem ganhou nem perdeu ou perdeu] % de melhoria da renda do artesão	Relatórios de contabilidade [balancetes]	Trimestral [fevereiro, agosto e dezembro]
Análise operacional	Eficiência no processo de execução das atividades com menor custo	Memória sistematizada das reuniões e outros registros [elaboração de um roteiro]	Trimestral [fevereiro, agosto e dezembro]
Marketing e comercialização	Iniciativas de divulgação e aperfeiçoamento dos canais e instrumentos de comercialização dos produtos ou serviços	Memória sistematizada das ações e instrumentos de marketing [elaboração de um roteiro]	Trimestral [fevereiro, agosto e dezembro]

Fonte: Dados coletados nas oficinas PIRF/UFC - Economia, 2019.

Quadro 13 – Matriz Simplificada de M & A da Implementação e Gestão do Plano

Horizonte Temporal: 2020 - 2022 (curto, médio e longo prazo)

Categoria de Análise (Setor/Aspecto)	Indicadores e forma de apuração	Meios de Verificação	Periodicidade
Institucionalidade local: articulação e parceria	Negociação e acesso dos empreendimentos às ações públicas governamentais e não governamentais	Nº de Ações e projetos negociados e implantados	Semestral [junho e dezembro]
Participação cidadã e Organização dos empreendimentos por arranjo produtivo	Nível de participação e organização dos empreendimentos por arranjo produtivo	Relatórios, registro fotográfico e lista de presença	Semestral [junho e dezembro]
Satisfação das lideranças, dos empreendimentos e organizações com a Gestão (e controle) social do Plano de Geração de Trabalho e Renda e de seus resultados	Avaliação de processo: se as atividades previstas relacionadas com os objetivos/metasp estão sendo executadas [eficácia] com o menor custo possível [eficiência]; Avaliação de impacto: contribuição dos objetivos, produtos/resultados, alcançados na solução dos problemas, mudança da realidade e materialização da Visão de Futuro.	Relatórios, registro fotográfico e lista de presença [elaboração de um roteiro]	Semestral [junho e dezembro]

Fonte: Dados coletados nas oficinas PIRF/UFC - Economia, 2019.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de tudo é importante realçar que a ZEIS Pici é um território reconhecido pelo governo municipal por seu potencial socioeconômico, cultural e político, porém é visto pelo estado como “cidade informal”, caracterizada pela clandestinidade e invisibilidade em decorrência das precárias condições de regularização urbanística e fundiária.

Uma das referências dessa “cidade informal” explicita-se no (re)desenho urbano associado a “novas” áreas de interesse social como resposta de uma política de desenvolvimento urbano de enfrentamento à cruel realidade de vários bairros periféricos da cidade de Fortaleza, considerados áreas ocupadas de forma irregular, que reclamam por um instrumento de regularização urbanística e fundiária dos assentamentos habitacionais na perspectiva de assegurar o direito à cidade de forma digna e cidadã.

É nesse contexto que o Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Pici se apresenta como uma proposta de intervenção e materialização dessa política, compreendido como uma potencialidade econômica e produtiva, articulado e complementar às demais intervenções objeto do Contrato 025/2019, celebrado entre o Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor) e a Fundação CETREDE, por meio da UFC, que trata da elaboração dos Planos Integrados de Regularização Fundiária (PIRFs) das ZEIS Pici, Bom Jardim e Poço da Draga.

Ressalta-se que as possibilidades, os limites e os desafios desse Plano estão intimamente relacionados aos resultados de eficiência, eficácia e permanência da política urbanística e fundiária na medida em que considere e faça acontecer às proposições que constam no objeto do contrato já mencionado, entre elas (i) o Diagnóstico socioeconômico, físicoambiental, urbanístico e fundiário; (ii) a Minuta de normatização especial de parcelamento, edificação, uso e ocupação do solo; (iii) o Plano de regularização fundiária; (iv) o Plano urbanístico; e (v) o Plano de participação e desenvolvimento social.

Isso posto, registra-se os ganhos com a adoção da metodologia para a elaboração do referido Plano que, acertadamente, espelhou-se em três tecnologias sociais, utilizadas e replicadas com rigor e atenção à realidade da ZEIS Pici, ou seja, a Metodologia Gestão Participativa para o Desenvolvimento (Gespar), a Metodologia de Sustentabilidade da Fundação Banco do Brasil (FBB) e a Metodologia da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação (Anteag), que concebe o plano de negócio e a sustentabilidade dos empreendimentos com foco nos arranjos produtivos locais (APLs) e nos fundamentos e na contribuição direta da economia solidária na construção de outro modelo de desenvolvimento, pensado em suas múltiplas

dimensões, já que o modelo de organização do empreendimento econômico solidário (EES) e as práticas de economia solidária pressupõem a existência de coesão social, forte organização territorial, redução das desigualdades e respeito às diferenças, de forma a fomentar o dinamismo econômico, promover a proteção ambiental e colaborar para a organização sociopolítica de territórios e comunidades, efetivando, portanto, os espaços de diálogo, de participação e autonomia dos/as empreendedores/as e suas representações sociais e populares.

Desse modo, o PIRF se insere, também através desse Plano de Geração de Trabalho e Renda, no processo de fortalecimento das políticas públicas de combate à pobreza e à desigualdade econômica e social, fatores amplamente relacionados à degradação social e ambiental, que necessitam ser enfrentados a fim de evitar que o crescimento das desigualdades comprometa a própria capacidade de superação dos obstáculos ao desenvolvimento sustentável.

A economia solidária se coloca como alternativa ao desemprego e à precarização das relações de trabalho seja na escala micro, da geração de oportunidades econômicas para populações de baixa renda, ou no plano macro, pelo estímulo econômico gerado a partir do seu potencial de consumo, sem esquecer as demandas sociais e ambientais.

A realização de um planejamento com a participação das lideranças locais, empreendedores/as e representações sociais e institucionais, bem como a capacitação e a organização solidária consiste em uma estratégia que contribui para a construção do caminho percorrido pelos/as pequenos/as empreendedores/as locais. A utilização de ferramentas desse tipo contribui para que os/as trabalhadores/as possam se preparar para o futuro em cooperação a partir do reconhecimento de sua condição atual, da identificação de cenários possíveis, do levantamento de suas demandas e da definição das ações necessárias para tornar real o idealizado.

De igual modo, deve-se reconhecer que várias discussões e agendas institucionais já foram realizadas pelo movimento de economia solidária do Ceará, resultando em proposições que se aplicam à realidade da ZEIS Pici, inclusive, Fortaleza já conta com a lei municipal de incentivo à Economia Solidária, a qual carece da devida regulamentação (criando os instrumentos legais) para que seja efetivada.

7 REFERÊNCIAS

AMORIM, Mônica Alves; MOREIRA, Maria Vilma Coelho; IPIRANGA, Ana Silvia Rocha. **A construção de uma metodologia de atuação nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) no estado do Ceará: um enfoque na formação e fortalecimento do capital social e da governança. Interações (Campo Grande)**, v. 6, n. 10, 2016.

ANTEAG. **Autogestão e Economia Solidária** – uma nova metodologia, 2º volume. BSB: Ministério do Trabalho e Emprego, 2005.

BEHR, R. R.; LIMA, AATFC. **Participação, Criatividade e Planejamento Estratégico**. VI SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. Bauru: UNESP, 1999.

BENI, Mário Carlos. **Política e Estratégia do Desenvolvimento Regional: planejamento integrado e sustentável do turismo. Revista Turismo em Análise**, v. 10, n. 1, p. 7-17, 1999.

BORTOLI NETO, A. A virada dos pequenos. **Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios**, n. 100, p. 37, 1997.

DALLA VECCHIA, Raquel Virmond Rauen. Arranjos produtivos locais como estratégia de desenvolvimento regional e local. **Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe) – ISSN 2177-4153**, v. 4, n. 1, p. 31-50, 2006.

FARAH JÚNIOR, Moisés Francisco. **Desenvolvimento local e comportamento dos agentes econômicos: estratégias empresariais pró-ativas ou reativas?**. Revista da FAE, v. 4, n. 2, 2001.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FERREIRA, Luis Fernando Filardi et al. Análise quantitativa sobre a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo. **Gestão e Produção**, v. 19, n. 4, p. 811-823, 2012.

FORTALEZA, PREFEITURA DE. **Fortaleza 2040** Planejamento Participativo: Por uma Fortaleza de oportunidades, mais justa, bem cuidada e acolhedora. Edições Iplanfor - Série Fortaleza 2040 - nº 1 - ano I, 2014.

FORTALEZA, PREFEITURA DE. **Fortaleza 2040** Relatório das ZEIS. IPLANFOR, 2015.

FORTALEZA, PREFEITURA DE. **Fortaleza 2040**. O Olhar dos Moradores. Edições Iplanfor - Série Fortaleza 2040 - nº 3 - versão atualizada – ano II, 2015.

FORTALEZA, PREFEITURA DE. **Fortaleza 2040: Plano de Ações Estratégicas de Regularização Fundiária (PLAERF)**. 2016. Disponível em: http://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/assets/files/eixos/0_RegularizaoFundiria.pdf. Acesso em: 15/11/2019.

FRANÇA FILHO, Genauto; SILVA JR. Bancos Comunitários de Desenvolvimento. CATTANI, A.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Orgs.) Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 2009.

GEM [GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR]. **Empreendedorismo no Brasil: Relatório**

Executivo 2013. Curitiba: GEM, 2014. Disponível em: <http://www.sebraemg.com.br/atendimento/bibliotecadigital/documento/CartilhaManual-ou-Livro/Pesquisa-GEM-2013---Relatorio-executivo>. Acesso em: 16 de março de 2014.

LEI Nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm. Acesso em: 13/11/2019.

GADOTTI, M. **Economia Solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

IPEA. **Temas especiais**. Experiências de industrialização localizada. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: < www.ipea.gov.br/polind/ipead03.html.> Acesso em: 20.06.2001.

LASTRES, H. M.; CASSIOLATO, J. E., LEMOS, C. MALDONADO, J. e VARGAS, M.A. **Globalização e inovação localizada** – Experiências de Sistemas Locais no Mercosul. Brasília: IEL/IBICT, 1999.

MENDONÇA, Haroldo. **Comércio justo e economia solidária no Brasil e o papel da política pública na sua promoção** (2011).

NOVA, Gileno Vila, SGARBI, Jaqueline. **Cartilha de Apoio à Gestão de Empreendimentos Econômicos Territoriais**. MDA/SDT-IADH, 2013.

PAIVA, Victoria Régia Arrais de. **Dilemas e perspectivas de institucionalização das Finanças Solidárias**: a experiência dos Bancos Comunitários no Ceará. 2015. 350f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2015.

PLANO INTEGRADO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA-PIRF. Convênio PMF-UFC - **Caderno de Planejamento Estratégico para Elaboração do PIRF**, 2019.

PLANO INTEGRADO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA-PIRF. **Caderno de Diagnóstico Socioeconômico, Físico-Ambiental, Urbanístico e Fundiário**, 2019.

PARREIRAS, Luiz Eduardo. **Negócios solidários em cadeias produtivas**: protagonismo coletivo e desenvolvimento sustentável (2007).

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; MANTOVANELI JUNIOR, Oklinger; PELLIN, Vadinho. Arranjo produtivo local como estratégia que promove o ecodesenvolvimento: análises das experiências de Bonito (MS), Lagoa de Ibiraquera (Garopaba e Imbituba/SC) e Santa Rosa de Lima (SC). **Turismo-Visão e Ação**, v. 7, n. 1, p. 69-91, 2005.

SANTOS, Evelynne Tabosa dos. **Exportações de artesanato do Ceará no período de 2004 a 2006**: desafios e oportunidades. Dissertação de Mestrado. Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Fortaleza – CE, 2007. Disponível em: <https://uol.unifor.br/uol/ObraBdtdSiteTrazer.do?method=trazer&ns=true&obraCodigo=78435>. Acesso 17/11/2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE-SEUMA. **Estudo preliminar de compatibilização da Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei Nº 7.987/1996) com o Plano Diretor Participativo de Fortaleza - PDPFOR (LC Nº 062/2009)**, 2015. Disponível em:

<https://urbanismoemioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/servicos/Compatibilizacao-Lei-de-Uso-e-Ocupacao-do-Solo-LUOS-e-Plano-Diretor.pdf>. Acesso em 13/11/2019.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SGARBI, Jaqueline; VILA NOVA FILHO, Gileno (Org.). **Cartilha de Apoio à Gestão de Empreendimentos Econômicos Territoriais**. Recife: Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano - IADH, 2013.

SILVEIRA, Caio Márcio; REIS, Liliane Costa. **Desenvolvimento Local: dinâmicas e estratégias**. Rio de Janeiro: Comunidade Solidária/Governo Federal/Ritz, 2001.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu, 2002.

TERENCE, Ana Cláudia Fernandes. **Planejamento estratégico como ferramenta de competitividade na pequena empresa: desenvolvimento e avaliação de um roteiro prático para o processo de elaboração do planejamento**. 2002. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

8ANEXOS

8.1 Cartaz Seminário

CONVITE

II SEMINÁRIO CEARENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA
NOS TERRITÓRIOS DAS ZEIS BOM
JARDIM, PICI E POÇO DA DRAGA

12 - 13.DEZ.2019

Auditório José Albano (CH1/UFC)



8.2 Programação Seminário

PROGRAMAÇÃO

12/12/2019

8:30 às 9:00h: Credenciamento

9:00 às 10:30h: Mesa 1 – Narrativas e reflexões das atividades do PIRF nos territórios: resultados, possibilidades e desafios

10:30 às 12:00h: Mesa 2 – Diálogos e Convergência para o fortalecimento das Zeis: construindo possibilidades de parcerias e agenda de compromissos

12:00 às 13:30h: Almoço

13:30 às 15:00h: Mesa 3 - Diálogos e Convergência para o fortalecimento das Zeis: relatos de experiências inspiradoras em economia solidária

15:00 às 16:30h: Mesa 4 – O papel da incubação no fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários: trajetórias das incubadoras de Economia Solidária no Ceará

16:30 às 17:00h: Lançamento de livros

17:00h: Programação cultural e encerramento de atividades do dia

13/12/2019

09:00 às 12:00h: Mesa 5 - Diálogos e Convergência da Economia Solidária com as diversas outras economias na construção do Bem Viver.

8.3 Convite Instituições

Ao Ilmo. Sr. Prof. Francisco Guedes
Coord. Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários
Universidade Estadual do Vale do Acaraú
Sobral-Ce

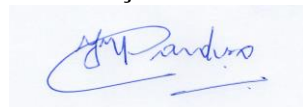
Prezado colega,

Em nome da Coordenação do Eixo Economia do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF), projeto implementado mediante parceria entre a UFC e o Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor), cujas ações estão concentradas em três territórios das Zonas Especiais de Interesse Social, na cidade de Fortaleza, convidamos V. Sa. a colaborar com a Mesa Redonda 4: “O papel da incubação no fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários: trajetórias das incubadoras em economia solidária no Ceará”, integrante do **II Seminário Cearense de Economia Solidária: geração de trabalho e renda nos territórios das ZEIS Bom Jardim, Pici e Poço da Draga**, a realizar-se dia 12/12/2019, no horário das 8:30 às 17:00h, no Auditório José Albano – Centro de Humanidades/UFC, conforme programação em anexo.

Ressaltamos, ainda, que este evento também é parte integrante do 18º Feirão Estadual de Socioeconomia Solidária, promovido pela Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, que seguirá com outras atividades nos dias 13 e 14 de dezembro do corrente ano, na Praça da Gentilândia.

Ficamos ao dispor para quaisquer informações adicionais e desejosos de contar com vossa honrosa presença.

Um abraço solidário.



Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso
Coordenador Eixo Economia PIRF – UFC

8.4 Conteúdo Programático das Oficinas

19:48

93%

Antônio Leonor de...

CURSO DE EXTENSÃO EM FUNDAMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NOS TERRITÓRIOS DAS ZEIS BOM JARDIM, PICI E POÇO DA DRAGA

CERTIFICADO

Certificamos que *Antônio Leonor de Maria* participou da *Curso de Extensão em Fundamentos de Economia Solidária: Geração de Trabalho e Renda nos Territórios das Zeis Bom Jardim, Pici e Poço da Draga*, promovido pela Equipe de Economia do Plano Integrado de Regularização Fundiária- PIRF/UFC e Laboratório de Estudos Avançados em Desenvolvimento Regional Sustentável, realizado entre julho e dezembro de 2019, com carga horária total de 16 horas.

Fortaleza, 19 de dezembro de 2019


 Prof. Gil Gilho de Castro Cardoso
 Coordenador de Economia PIRF/UFC


 Prof. Suely Salgueiro Chacon
 Coordenadora do LEADER/UFC







Conteúdo programático:

1ª oficina: Diagnóstico Participativo - 4h/a

Ementa: Caracterização e socialização das atividades econômicas dos participantes (o que faz, como faz, quem ajuda, renda média mensal); Conceito de diagnóstico; Etapas do diagnóstico; Possibilidades de formação de arranjos produtivos locais; Definição da realidade local: SISTEMA (forças/potencialidades e fragilidades/estrangulamentos) e AMBIENTE (oportunidades e ameaças); Construção da Matriz de diagnóstico participativo (Matriz FORA) e socialização da realidade dos empreendimentos locais agrupados por segmento econômico.

Facilitadores: Profa. Catarina Maria Rabelo e Thais Gabriela Veras Lima

Monitor: Bruno Almeida Bandeira

Assinatura: 

3ª oficina - Gestão Estratégica e Operacional voltada à Economia Solidária - 4h/a

Ementa: Conceito e etapas do planejamento estratégico; Gestão Estratégica e Operacional (missão, visão estratégica, valores, missão); Planos estratégico, tático e operacional; identificação do setor de atividade do empreendimento/negócio (indústria, comércio, serviços) para formação do arranjo; Conceito de mercado; Ações coletivas de atuação nesse mercado; Caracterização do processo produtivo (o que produzir, como, para quem, quanto, fontes de receita, resultado); Alternativas para o fortalecimento dos empreendimentos/arranjos solidários; INEI, Simples Nacional, Associação, Cooperativas.

Facilitadores: Profa. Márcia Rocha de Castro Cardoso e Paulo Torres Junior

Monitor: Lucas Moreira Pontes

Assinatura: 

2ª oficina - Planejamento e Economia Solidária - 4h/a

Ementa: Conceito de planejamento; Importância do planejamento para o empreendedor; Conceito de Economia Solidária (ECOSOL); ECOSOL como estratégia competitiva para os pequenos empreendimentos; Aspectos propostos da economia Solidária; Estudo e aplicação da FOFA para os arranjos produtivos locais identificados.

Facilitadores: Prof. André Vasconcelos Ferreira e Nilce Steghebe Florentino de Sousa Carvalho

Monitor: Natanael Abes Ferreira

Assinatura: 

4ª oficina: Plano de Negócio Sustentável e Solidário - 4h/a

Ementa: Revisão das discussões das oficinas anteriores; Conceito de Arranjos produtivos locais; de plano de negócios sustentável e solidário; Levantamento de dados dos segmentos, identificando seus problemas comuns e específicos; estabelecimento de relação entre os problemas existentes e as políticas públicas que os alcançam.

Facilitadores: Profa. Selma Maria Pinoto Alcântara e Profa. Victória Régia Araújo de Paiva

Assinatura:





8.5 Cartaz do 18º Feirão de Socioeconomia Solidária e Agricultura Familiar

18º FEIRÃO DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR

12 a 14 de Dezembro
na Praça João Gentil
em Fortaleza, Ceará

Economia Solidária: Dialogando e convergindo com as outras Economias que buscam construir o Bem Viver e II Seminário Cearense de Economia Solidária: geração de trabalho e renda nos territórios das Zeis Bom Jardim, Pici e Poço da Draga.

saiba mais

The poster features a central illustration of a woman with dark skin and curly hair, wearing a blue and red patterned dress, holding a large white banner. The banner contains the event title in colorful, bold letters. Below the banner, the dates and location are listed. A paragraph of text describes the event's focus on Solidarity Economy and a seminar. A QR code is provided for more information, with an arrow pointing to it. The bottom of the poster is decorated with colorful, stylized icons representing various aspects of the event: a hand, a flower, a recycling symbol, a guitar, and a sun-like shape.

REALIZAÇÃO



APOIO



PARCERIA



8.6 Programação do 18º Feirão



18º feirão de socioeconomia solidária e agricultura familiar

PROGRAMAÇÃO

12
QUINTA

- 15h Assembleia com participantes
- 16h Oficina de sacolas de papel reciclado / Performance "Falo" – NAH/UECE
- 17h Cortejo do Auditório José Albano para a Praça da Gentilândia
- 17h30 Grupo Miraíra – IFCE
- 18h Abertura do 18º Feirão
- 18h30 Apresentações Culturais
- 21h Encerramento 1º dia

13
SEXTA

I Seminário – Economia Solidária: Dialogando e convergindo com as Economias que buscam construir o Bem Viver

- 8h30 Acolhida/Amorização/Troca de afetos
- 9h Abertura e composição da Mesa
- 9h15 Participação das Economias: Negro; Feminista; Ecológica; Dos Povos; Criativa
- 10h30 Pontuando convergências – Prof. Victória (UFCA) e André (UFC)
- 11h Abertura para a Plenária
- 12h10 Encaminhamentos e agradecimentos
- 14h Roda de Conversa com os territórios sobre organização da Economia Solidária (Local: IFCE)
- 14h30 **OFICINAS**
Praça da Gentilândia -abertas para participantes e feirantes.
1. Cores da Solidariedade – Da teoria à prática na linguagem das cores
2. Boas Práticas de Alimentação (IFCE)
3. Redes Sociais e Comercialização (IFCE)
- 17h Grupos Tapebas – Escola do Trilho e Escola da Ponte
- 18h Início das apresentações Culturais com Grupo NEABI – IFCE
- 19h Templo da Poesia
- 20h Rais Jader
- 21h Encerramento 2º dia

14
SÁBADO

- 8h Comercialização na Praça e Oficinas
1. Contação de História e confecção de bonecas Abayomi
2. Oficina de Bordado – Vanda Fernandes
- 9h KHORI - Apresentação cultural
- 9h30 Início das Apresentações Culturais
- 12h Encerramento da Feira

8.7 Documento Complementar ao Plano de Geração Trabalho e Renda da ZEIS Pici

Prezados/as gestores do Iplanfor,

Vimos pelo presente responder ao requisitado no Relatório de Reanálise que trata das considerações acerca do produto da Etapa 6 - Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Pici, Bom Jardim e Poço da Draga (P042889/2020) elaborada pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato - DIART/Iplanfor, no âmbito do Plano Integrado de Regularização Fundiária, sob a responsabilidade da Universidade Federal do Ceará - UFC, observando o conteúdo do contrato 025/2019 e respectivo Termo de Referência a ele associado.

A seguir apresenta-se a justificativa de cada conteúdo considerado no Termo de Referência como Presente c/ressalva (P/r), Incompleto (I) e Ausente (A).

CONTEÚDO CONTRATO 025/2019 BASEADO NO TERMO DE REFERÊNCIA	ZEIS PICI
2. Mapeamento do Mercado de Trabalho e Arranjos Produtivos locais: Inventário de Estudos e Diagnósticos Socioeconômicos realizados pelas comunidades	P/r)
<p><u>Justificativa</u> No caso da ZEIS Pici não foi identificado nos últimos anos nenhum estudo ou diagnóstico socioeconômico realizado pela comunidade ou com o apoio de alguma instituição pública ou entidade não governamental.</p>	
3. Mapeamento do Mercado de Trabalho e Arranjos Produtivos locais: Sondagens junto ao IDT/SINE, SDE/PMF, Superintendência Regional do Trabalho e Sindicatos para busca de informações sobre o mercado de trabalho local.	A)
<p><u>Justificativa</u> Foram identificadas pesquisas de Emprego e Desemprego, no âmbito do Ceará e Fortaleza, elaboradas pelo IDT/SINE. Essas pesquisas e outras informações de base secundária, além da precariedade, elas não atenderam às especificidades da ZEIS Pici, Bom Jardim e Poço da Draga em face, inclusive, da territorialização das referidas ZEIS serem diferentes das definições de áreas administrativas adotadas pelo estado do Ceará, bem como as prioridades de intervenção do município de Fortaleza, em particular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE). No caso da SDE, esta disponibilizou sua base de dados detalhada e mais consistente, mas direcionada apenas a ZEIS Bom Jardim. Foi feita busca nas páginas referidas bem como busca rápida por vocábulos específicos, como “IDT/SINE”, “Superintendência Regional do Trabalho” e “Organizações Não Governamentais”, não tendo sido encontradas informações ou referências sobre as sondagens nessas instituições no que se refere às referidas ZEIS. A ZEIS Pici contou mais especificamente com a pesquisa direta de 180 questionários, aliada à pesquisa etnográfica rua a rua realizada pela equipe PIRF/UFC, embora este item se refira apenas ao relato das sondagens.</p>	

CONTEÚDO CONTRATO 025/2019 BASEADO NO TERMO DE REFERÊNCIA	ZEIS PICI
4. Mapeamento do Mercado de Trabalho e Arranjos Produtivos locais: Mapeamento de Concentração de Atividades Econômicas existentes.	
<p><u>Justificativa</u></p> <p>Em face da ausência de dados secundários que permitissem realizar a caracterização da população quanto ao mercado de trabalho da ZEIS Pici, como dito acima, foram utilizados dados das duas pesquisas diretas feita pela Equipe PIRF/UFC. Uma das pesquisas refere-se a aplicação de 180 questionários e deu conta do perfil geral do mercado de trabalho nos quesitos ocupação, natureza do trabalho e atividade econômica identificada pela comunidade, sendo estes comparados aos indicadores do Ceará (formalidade e informalidade), disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/PNAD.</p> <p>Esse item foi contemplado com detalhamento na pesquisa etnográfica rua a rua, o que permitiu aprimorar o item do Plano de Geração de Trabalho e Renda, intitulado 4.2 “Análise Diagnóstica dos Arranjos Produtivos Locais”.</p>	
6. Ações de Formação de Habilidades Básicas, Específicas e de Gestão Profissionais da Força de Trabalho: Promover articulações das Instituições Formadoras de Mão-de-obra com o Conselho Gestor da área.	D
<p><u>Justificativa</u></p> <p>Conteúdo considerado incompleto, contudo, destaca-se que durante o processo permanente de sensibilização e mobilização foram listadas as instituições público-privadas e entidades da sociedade civil - algumas já contatadas desde o início do trabalho - que já atuam ou são estratégicas para apoiar as ações de capacitação da mão-de-obra, bem como de outras ações sociais públicas demandadas pela ZEIS Pici.</p> <p>Por ocasião da realização das 04 oficinas, deu-se continuidade ao processo de sensibilização e mobilização com vistas ao aperfeiçoamento do mapeamento, com as visitas às instituições, entre elas, a Pró-reitoria de Extensão – UFC; a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SDE/Prefeitura de Fortaleza; o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas - Sebrae/Ce e a Coordenadoria de Participação Social/Prefeitura de Fortaleza.</p> <p>Em relação às entidades da sociedade civil essa mesma articulação foi efetivada, entre elas, o IADH - Projeto Habitação de Interesse Social; o Cetra - Rede Agroecológica do Ceará; o Curso de Gestão de Políticas Públicas/UFC responsável pelo Projeto com a Rede Feminista Estrela de Iracema, a Rede Bodega de Comercialização Solidária e a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária – Cáritas Diocesana.</p> <p>Outro movimento de articulação foi direcionado as experiência de extensão voltadas para o Painel 4: “O papel das Incubadoras de Economia Solidária”, entre elas, registra-se o IEES/Universidade Estadual Vale do Acaraú; a Intesol/Unilab; o Iteps/UFCA; a Incubadora do IFCE e a Associação Emancipadas, empreendimento incubado pelo Instituto Palmas, com apoio da UFC.</p> <p>Todo esse processo de articulação culminou com a participação das instituições e entidades acima referidas no II Seminário Estadual de Economia Solidária, momento em que se</p>	

CONTEÚDO CONTRATO 025/2019 BASEADO NO TERMO DE REFERÊNCIA	ZEIS PICI
<p>buscou o diálogo formal em torno do comprometimento público com as demandas apresentadas pela ZEIS Pici e as demais. Nesse sentido, os registros encontram-se no item 2.2 “Ações de Sensibilização e Mobilização” do Território da ZEIS antes referida.</p>	
<p>7. Ações de Formação de Habilidades Básicas, Específicas e de Gestão Profissionais da Força de Trabalho: Promover articulações dos Sindicatos de Trabalhadores com o Conselho Gestor para mobilizar mão-de-obra qualificada local para ser empregada em segmentos econômicos fora das ZEIS.</p>	<p>A)</p>
<p><u>Justificativa</u></p> <p>Conteúdo considerado ausente, o que significa dizer que as ações permanentes de sensibilização e mobilização não registraram incidência de Sindicatos de Trabalhadores com esse papel, pois a intermediação de mão-de-obra, geralmente, fica a cargo do IDT/SINE.</p> <p>Porém, o perfil dos/as empreendedores dos arranjos produtivos pode servir como base para um cadastro de trabalhadores/as que possam dispor de produtos e serviços fora da ZEIS Pici.</p> <p>Ademais, optou-se por priorizar as atividades consideradas de alta relevância em face das várias agendas assumidas tanto pelo Conselho gestor, quanto pela equipe PIRF/UFC-Economia.</p>	
<p>10. Fomento e Desenvolvimento de Empreendimentos de Economia Solidária: Difundir a ideia do Consumo Solidário e da Conscientização ambiental.</p>	<p>D)</p>
<p><u>Justificativa</u></p> <p>Conteúdo considerado incompleto, contudo, destaca-se que as oficinas II e III tiveram como centralidade a aproximação dos participantes com a concepção, fundamentos, possibilidades, e desafios da Economia solidária e suas formas de organização econômica – de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo – baseando-se no trabalho associado, na autogestão, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e no respeito ao meio ambiente, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida ou bem-viver.</p> <p>Nesse sentido, importa registrar que, na Oficina II Planejamento e Economia Solidária, alguns arranjos ficaram mais motivados e propensos para a construção de uma rede de consumidores para realização de compras coletivas junto a fornecedores do setor.</p> <p>Segue abaixo o roteiro metodológico trabalhado nas oficinas antes referidas.</p> <p>Oficina II: Planejamento e Economia Solidária – momentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conceito de planejamento; Importância do planejamento para o empreendedor; Conceito, fundamentos e estratégias de Economia Solidária (ECOSOL) e aplicação da matriz de análise FOFA (SWAT) para os arranjos produtivos locais identificados. - Divisão dos participantes, de acordo com o segmento trabalhado, para a formação de grupos por afinidades. Cada grupo elaborou um elemento do planejamento organizacional (descrição do empreendimento/empresa, plano de marketing, plano 	

CONTEÚDO CONTRATO 025/2019 BASEADO NO TERMO DE REFERÊNCIA	ZEIS PICI
<p>operacional e planejamento financeiro), que daria uma prévia de organização empresarial.</p> <p>- Socialização e reflexão sobre: 1. Dificuldade individual para organizar as informações e como essa tarefa se tornou mais fácil quando se fez de forma coletiva; 2. Pontos em comum de cada atividade desenvolvida pelos empreendedores, com os outros (dificuldades de elaboração de preços, de promover o produto, de organizar sua produção); 3. Evidenciar como a organização coletiva traz melhores resultados para a comunidade como um todo; 4. O conhecimento que cada um adquiriu ao desenvolver os objetivos do planejamento organizacional.</p> <p>Oficina III: Gestão Estratégica e Operacional Voltada à Ecosol – momentos:</p> <p>- Conceito e etapas do planejamento estratégico; Gestão estratégica e operacional (visão estratégica, valores, missão); Planos estratégico, tático e operacional; Identificação do setor de atividade do empreendimento/negócio (indústria, comércio, serviços) para formação do arranjo; Conceito de mercado; Ações coletivas de inserção nesse mercado; Caracterização do processo produtivo (o que produzir, como, para quem, quanto, fontes de receita, resultado); Alternativas para o fortalecimento dos empreendimentos/arranjos solidários; (MEI, Simples Nacional, Associação, Cooperativa).</p> <p>- Divisão dos participantes em grupos de trabalho de acordo com o segmento produtivo. Cada grupo elaborou um elemento do planejamento organizacional (descrição do empreendimento/empresa, plano de marketing, plano operacional e planejamento financeiro), que daria uma prévia de organização empresarial.</p> <p>- Socialização e reflexão sobre: 1. Dificuldade individual para organizar as informações e como essa tarefa se tornou mais fácil quando se fez de forma coletiva; 2. Pontos em comum de cada atividade desenvolvida pelos empreendedores, com os outros (dificuldades de elaboração de preços, de promover o produto, de organizar sua produção); 3. Evidenciar como a organização coletiva traz melhores resultados para a comunidade como um todo; 4. O conhecimento que cada um adquiriu ao desenvolver os objetivos do planejamento organizacional.</p> <p>Os painéis 4 e 5, do II Seminário Estadual de Economia Solidária, aprofundaram a ideia de consumo solidário numa relação estreita com o meio ambiente, onde foram apresentadas as boas práticas em Economia solidária no âmbito do município de Fortaleza e do estado do Ceará.</p> <p>O conteúdo programático das oficinas consta no item 8 ANEXOS do Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Pici.</p>	
<p>12. Fomento e Desenvolvimento de Empreendimentos de Economia Solidária: Rediscutir com Bancos Públicos a possibilidade de retomada do Programa de Apoio a Projetos Produtivos solidários.</p>	I)
<p><u>Justificativa</u></p> <p>Conteúdo considerado incompleto. Entretanto, considera-se que o Painel 2 “Instituições e Entidades de apoio e fomento à Economia Solidária”, do II Seminário Estadual de Economia Solidária, avançou no diálogo de negociação com as parcerias</p>	

CONTEÚDO CONTRATO 025/2019 BASEADO NO TERMO DE REFERÊNCIA	ZEIS PICI
<p>institucionais, em especial, o Banco do Nordeste do Brasil – Gerência de Negócios, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae/Coordenadoria Fortaleza e a Secretaria de Municipal de Desenvolvimento Econômico - SDE na direção da continuidade e/ou revisão das ações implementadas junto aos empreendimentos da ZEIS Pici em condições adequadas e que atenda as necessidades e interesses dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES).</p> <p>Não identificado na ZEIS Pici o acesso ao Programa de Apoio a Projeto Produtivos Solidários (PAPPS), do Banco do Nordeste do Brasil, implementado inicialmente em 2004. Sabe-se que o referido Programa deixou de ser uma prioridade em face das mudanças do contexto político-institucional com interferência direta na referida instituição.</p> <p>Assim posto, considera-se que o Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Pici assume o importante papel de avançar nos espaços de negociação com vistas à pactuação de Programas/ações de apoio e fomento aos EES em condições mais favoráveis.</p>	
<p>16. Fomento ao Microcrédito e Implantação de Banco Comunitário: Promover o encontro dos programas de microcrédito das instituições públicas e privadas com as microunidades de produção das ZEIS.</p>	<p>P/r)</p>
<p><u>Justificativa</u></p> <p>Conteúdo presente com ressalva. Foi observado nas oficinas que parcela significativa dos empreendimentos da ZEIS Pici já vivenciaram alguma experiência de crédito, em especial o Crediamigo, do Banco do Nordeste do Brasil. Nessa direção, o II Seminário Cearense de Economia Solidária deu o devido destaque ao Painel 2 “Diálogos e Convergência para o fortalecimento das Zeis: construindo possibilidades de parcerias e agendas de compromissos”, onde o BNB e a SDE, em especial, mostraram especificamente a realidade de oferta de crédito por ZEIS, deixando aberto espaços de diálogo na direção da negociação e pactuação em torno do crédito.</p>	
<p>18. Fomento ao Microcrédito e Implantação de Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD): Estimular a criação de Banco Comunitário, mediante metodologia específica.</p>	<p>I)</p>
<p><u>Justificativa</u></p> <p>Em relação ao quesito microcrédito é importante salientar o papel das finanças solidárias no desenvolvimento comunitário. Nessa perspectiva, nas oficinas realizadas para elaboração do Plano, principalmente, na segunda e terceira, o tema das Finanças Solidárias foi abordado e destacado às distintas modalidades (Fundos Rotativos, Bancos Comunitários e Cooperativas de Crédito). Dentre elas, os chamados Bancos Comunitários de Desenvolvimento, cuja referência conhecida mundialmente e também citada pelos participantes, é o Banco Palmas, no Conjunto Palmeiras - embora existam outras metodologias, que se assemelham, tais como a que cria os chamados GOLDS (Grupos de Oportunidades Locais e Desenvolvimento), baseada no modelo do Self-Help Group (SHG), desenvolvido no sudeste da Índia, por uma organização não governamental de microfinanças.</p>	

CONTEÚDO CONTRATO 025/2019 BASEADO NO TERMO
DE REFERÊNCIA

ZEIS
PICI

Entretanto, a criação de um banco comunitário requer mais tempo para a devida maturação e criação de ambiente de confiança entre os participantes. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de aprofundamento dos debates, considerando, inclusive, os acúmulos oportunizados pelo II Seminário Estadual, que contou com a participação de uma representante do Instituto Palmas, organização que possui reconhecida expertise na área, tendo implementado diversas ações mediante parceria com o poder público, notadamente, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária. A referida experiência foi relatada no Painel3 “Experiências Exitosas em Economia Solidária”.

De forma breve, pode-se caracterizar o que se está entendendo por Banco Comunitário e listar algumas premissas para sua criação. Para França Filho e Silva Jr (2009), a definição de banco comunitário está associada ao desenvolvimento de um território. Por isso, a denominação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento foi definida,

Os bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) podem ser definidos como uma prática de finanças solidárias de apoio às economias populares situadas em territórios com baixo índice de desenvolvimento humano. Estruturados a partir de dinâmicas associativas locais, os BCDs apoiam-se em uma série de ferramentas para gerar e ampliar a renda no território. Para tanto, articulam-se quatro eixos centrais de ações em seu processo de intervenção: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em economia solidária (FRANÇA FILHO e SILVA JR, 2009, p. 31).

Conforme Paiva (2015), considerando este arcabouço conceitual e as práticas desenvolvidas, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários elaborou alguns princípios balizadores do funcionamento dos empreendimentos, que expõem suas características e sintetiza o seu modo de atuação,

1. É a própria comunidade quem decide criar o banco, tornando-se sua gestora e proprietária;
2. Os bancos comunitários oferecem duas modalidades de crédito: uma em real e outra em moeda social circulante;
3. Suas linhas de crédito estimularam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território;
4. Apoiam os empreendimentos em suas estratégias de comercialização (feiras, lojas solidárias, central de comercialização e outros);
5. Atuam em territórios caracterizados por alto grau de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social;
6. Estão voltados, sobretudo, aos beneficiários de programas assistenciais governamentais e de políticas compensatórias,
7. Sua sustentabilidade, em curto prazo, funda-se na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas (RBBC, 2007 apud Paiva 2015).

CONTEÚDO CONTRATO 025/2019 BASEADO NO TERMO DE REFERÊNCIA	ZEIS PICI
<p>Desse modo, um banco comunitário consiste numa organização propulsora do desenvolvimento local. E, no caso do referencial aqui adotado, o Instituto Palmas desempenha um papel central, atuando como uma espécie de “entidade âncora”, constituindo-se na principal entidade de apoio à rede comunitária de bancos no Brasil.</p> <p>Atualmente, enquanto OSCIP de microcrédito, o referido Instituto está respaldado a estabelecer contratos e convênios com o poder público e também com as instituições bancárias oficiais, captando recursos e tecnologias para os bancos por ele assessorados.</p>	

Sem mais a tratar no momento, nos colocamos à disposição.

Atenciosamente.

Prof. Gil Célio de Castro Cardoso
Coordenador do Projeto PIRF/UFC-Economia